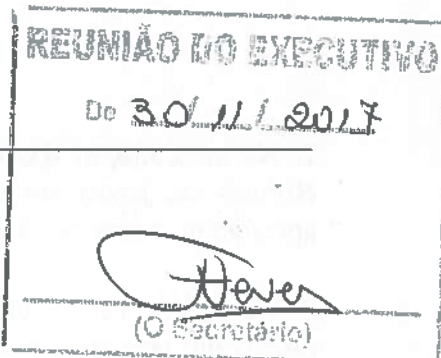




MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO
CÂMARA MUNICIPAL



PROPOSTA

Considerando que:

1. Pelos documentos previsionais para o ano de 2018, em anexo, elaborados ainda nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, conforme indicação da DGAL, de acordo com o entendimento da Comissão de Normalização Contabilística (CNC)¹, fica o Município do Vila Velha de Ródão autorizado a cobrar, no ano económico de 2018, os impostos diretos e indiretos, taxas, licenças, coimas e outras receitas previstas no Orçamento, para satisfação das despesas inscritas no mesmo.
2. A proposta de Orçamento para o ano de 2018 foi elaborado de acordo com as regras previsionais definidas (i) no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e (ii) no capítulo IV-Regras orçamentais, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, seguindo uma política de afetação de recursos segundo critérios de seletividade, com supressão dos encargos que não se demonstrem absolutamente necessários, por forma a garantir a melhor afetação dos recursos disponíveis, gerando um Orçamento por programas, onde relevam o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais (PAM).
3. A elaboração do Orçamento assentou, também, na identificação rigorosa das despesas obrigatórias resultantes, nomeadamente, de encargos com pessoal, encargos financeiros, compromissos com terceiros decorrentes de contratos em curso e protocolos estabelecidos e decisões dos tribunais.
4. A presente proposta de orçamento para 2018 cumpre rigorosamente o critério de consignação de receitas no que se impõe, afetando-se os respetivos recursos às ações participadas por Fundos Comunitários
5. As Grandes Opções do Plano para o ano de 2018 integram os projetos e ações previstas no Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais a desenvolver pela Autarquia, direta ou indiretamente, com financiamento assegurado no Orçamento do Exercício.
6. O Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2018 discrimina os investimentos por objetivos, programas, projetos e ações, a realizar diretamente pela Autarquia, num horizonte temporal de 4 anos, estabelecendo as opções políticas tomadas e consequentes prioridades na satisfação das necessidades coletivas locais.

¹ [Nota Explicativa: Elaboração e aprovação de documentos previsionais 2018.](#)

7. Na arrecadação das receitas e na realização das despesas deverão observar-se as Normas de Execução do Orçamento propostas para o ano de 2018, as quais se apresentam em anexo aos Documentos Previsionais.

8. De acordo com o artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a proposta de orçamento deveria ser acompanhada de proposta de quadro plurianual de programação orçamental. Por falta de regulamentação deste articulado, que deveria ter sido publicada até 3 de janeiro de 2014, o Município do Vila Velha de Ródão não apresentará o referido documento.

Propõe-se:

Que nos termos da alínea c) do n.º 1, artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado ainda com o n.º 2, do artigo 45.º e artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal os **documentos previsionais de gestão para o ano de 2018**, a seguir discriminados, que instruem a presente proposta e desta são parte integrante como:

ANEXO I - Relatório do Orçamento;

ANEXO II - Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipais e Orçamento;

ANEXO III - Normas de Execução do Orçamento;

ANEXO IV - Mapa de Entidades Participadas;

ANEXO V - Nota Explicativa (Reposições não Abatidas nos Pagamentos)

Vila Velha de Ródão, Paços do Município, 27 de outubro de 2017

O Presidente da Câmara



(Luís Miguel Ferro Pereira, Dr.)

Documentos Previsionais

ANO ECONÓMICO DE 2018

Relatório do Orçamento
Grandes Opções do Plano
Plano Plurianual de Investimentos
Plano de Atividades Municipais
Orçamento
Normas de Execução do Orçamento
Mapa de Entidades Participadas
Nota explicativa

Município de Vila Velha de Ródão
Câmara Municipal



Documentos Previsionais

ANO ECONÓMICO DE 2018

Relatório do Orçamento

Município de Vila Velha de Ródão
Câmara Municipal



Índice

1.	NOTA PRÉVIA	4
2.	ENQUADRAMENTO	4
3.	ANÁLISE FINANCEIRA.....	12
3.1.	MAPA RESUMO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL PARA 2018	14
3.2.	RECEITA PREVISIONAL	15
3.2.1.	Estrutura das Receitas	15
3.3.	DESPESA PREVISIONAL	17
3.3.1.	Critérios adotados na projeção da despesa	17
3.3.2.	Estrutura das Despesas	18
3.3.3.	Grandes Opções do Plano 2018	22
4.	SITUAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO À DATA DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO	31
5.	ANÁLISE COMPARATIVA 2017/2018	32
5.1.	RECEITA	32
5.2.	DESPESA.....	33
5.3.	EVOLUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL (PAM).....	36
6.	RÁCIOS FINANCEIROS	37
7.	MAPA DE PESSOAL 2018.....	38
8.	RESPONSABILIDADES CONTIGENTES	39



1. NOTA PRÉVIA

Os documentos previsionais que se submetem à apreciação, discussão e deliberação dos órgãos da autarquia, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, conferem veracidade e substância no que concerne à atividade do Município de Vila Velha de Ródão para o ano de 2018. Estes foram elaborados em cumprimento com a legislação em vigor, designadamente o POCAL¹, particularmente no que diz respeito aos princípios, regras orçamentais e previsionais e o novo regime financeiro das autarquias locais, Lei 73/2013 de 03 de setembro, na matéria em que é possível a sua aplicação.

Os documentos previsionais para 2018 continuarão a ter estrutura contabilística determinada pelo POCAL, apesar do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), através do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que revogou o POCAL, situação que obedece às orientações da DGAL.

A classificação económica do orçamento apresentado decorre da aplicação do Decreto-Lei nº26/2002 de 14 de Fevereiro, que visa a obtenção de informação de natureza orçamental normalizada para as administrações públicas central, regional e local.

A estrutura de objetivos e programas das Grandes Opções do Plano (GOP) está em sintonia com a classificação funcional das despesas definidas no POCAL.

2. ENQUADRAMENTO

Os documentos previsionais que se apresentam, para o ano 2018, são constituídos pelas Grandes Opções do Plano, que se subdividem em Plano de Atividades Municipais (PAM), Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e respetivo Orçamento.

Numa altura em que já é conhecida informação oficial sobre a proposta do Orçamento de Estado para 2018, as autarquias locais já conhecem algumas das medidas previstas, bem como as condicionantes que lhe estão adstritas.

¹ Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

Uma das medidas previstas no documento diz respeito aos limites de endividamento dos municípios, relativamente à *Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso*, uma vez que irão deixar de estar sujeitos todos aqueles que se encontrem dentro dos limites do endividamento. O diploma referido condicionava a assunção de despesa por parte das autarquias locais, uma vez que proíbe as entidades públicas de assumirem despesas, para as quais não tenham receitas previstas nos 90 dias seguintes.

Em relação às transferências de verbas para a administração local, a proposta do OE2018, prevê um crescimento de 1,5%, que apesar de não ser um crescimento muito significativo, entendemos ser importante, principalmente atendendo às contingências que o país atravessou, agravadas pelas tragédias dos incêndios florestais e operações de socorro registadas este ano.

Apesar de se registar um ligeiro reforço ao nível da transferência de receita, o município elaborou os seus documentos previsionais de forma racional e equilibrada, norteadas pela necessária contenção de recursos, ao nível da contração de despesa.

No que respeita à matéria de descongelamento de carreiras, progressões e promoções previstas na administração central, aplicar-se-á exatamente nos mesmos termos na administração local, cabendo no entanto às autarquias gerir o faseamento e os impactos orçamentais no capítulo dos recursos humanos.

Relativamente ao *Fundo de Apoio Municipal* (FAM), no OE2018 prevê-se uma redução progressiva das contribuições dos municípios, estando prevista para 2018 uma redução na ordem dos 25%, 50% para 2019, 75% em 2020 e o desaparecimento da exigência de contribuição no ano seguinte.

A proposta de OE2018 consagra ainda a possibilidade de operações de substituição de dívida, através de empréstimos com menores encargos, permitindo nesse quadro a ultrapassagem dos limites de endividamento. No documento prevê-se ainda a possibilidade de utilização de 30% da margem de endividamento (em vez de 20%) para financiamento de operações de reabilitação urbana e ainda instrumentos que visam resolver as dívidas aos fornecedores de água.

À semelhança dos anos anteriores, as GOP's² para 2018, apresentam-se sustentadas de forma positiva, face à situação de equilíbrio económico e financeiro em que o município se encontra. Não obstante a esta situação de equilíbrio, existem algumas condicionantes provocadas pela incerteza quanto à receita a arrecadar, bem como o acesso aos mecanismos de financiamento de projetos a desenvolver pelo município. Esta condicionante não foi impeditiva de que a autarquia procurasse criar condições de continuidade à realização dos projetos, considerados pelo executivo como estruturantes para o município, tirando o máximo partido das oportunidades de cofinanciamento inscritas no Quadro Comunitário de apoio, Portugal 2020.

Apesar dos constrangimentos e dificuldades impostas às famílias e às autarquias, o Município de Vila Velha de Ródão continuará a manter uma gestão rigorosa e transparente, procurando assegurar um serviço público de qualidade às populações nas diversas áreas, no que respeita às áreas do ambiente, da ação social, da cultura, do desenvolvimento económico, do emprego, da educação, do desporto e do urbanismo, de forma criteriosa e sustentada, criar condições para elevar a qualidade de vida dos seus munícipes.

Os principais objetivos transcritos nos documentos previsionais para o ano 2018 passam pelas seguintes medidas:

Dar continuidade ao trabalho de proximidade, que possibilite e proporcione a atração de investimento privado, criação de postos de trabalho, intensificação da preservação e defesa ambiente, com o intuito de gerar o bem-estar e a qualidade de vida dos munícipes.

Apoio à empregabilidade no concelho – Forte aposta na economia local, centrada na prossecução de medidas de apoio ao tecido empresarial. O investimento privado tem merecido especial atenção por parte do executivo municipal, assumindo-se hoje como um dos eixos estratégicos em que o sucesso é visível e objetivo, materializando-se em investimentos muito relevantes na área industrial, mas que também tem assumido valores muito significativos na agricultura e no turismo. Pretendemos continuar a centrar os nossos esforços na captação de investimento privado, em particular na área do turismo, área em que os investimentos promovidos pelo município na requalificação urbanística e patrimonial a par da dinâmica económica que hoje registamos, criaram condições ímpares para o sucesso dos projetos e dos investimentos que pretendemos atrair.

² Grandes Opções do Plano

A melhor política pública na área do emprego passa essencialmente pela criação de oportunidades de trabalho justas e capazes de dar resposta às necessidades dos cidadãos cujo objetivo passa pelo aumento do rendimento disponível das famílias, promoção do emprego e combate à precariedade.

Neste sentido prevemos ainda:

- Colaborar com os programas do Instituto do Emprego e Formação Profissional na inserção, em contexto laboral de cidadãos desempregados;
- Cooperar com os organismos existentes no acolhimento de desempregados, contribuindo para a sua inserção profissional, desenvolvendo capacidades pessoais e sociais através de formações especializadas e adequadas à realidade.

Reforçar as políticas de fixação de pessoas no concelho – por se revestir de elevada importância, a fixação de pessoas no concelho é um dos eixos estratégicos que carece de maior atenção por parte do Executivo Municipal. Desta forma, pretende-se dar continuidade ao programa de apoio à fixação de jovens e famílias, incluindo o apoio social à habitação e ao arrendamento e às políticas de requalificação urbana, nomeadamente através de investimentos de grande impacto no parque habitacional do núcleo antigo da Vila, bem como a reabilitação de imóveis devolutos adquiridos pelo Município. Estas medidas visam reforçar e suprir carências identificadas no que respeita a oferta de habitação no mercado de arrendamento, no concelho de Vila Velha de Ródão.

O reforço das medidas de apoios sociais: Potenciando as ações de intervenção social, pretende-se reforçar o trabalho em rede e a cooperação institucional com as várias entidades, da economia solidária do concelho, através da implementação de novas estratégias e medidas na indagação de respostas sociais de proximidade, tais como:

- O reforço do apoio prestado ao desenvolvimento do projeto da Academia Sénior, através da inclusão e alargamento de outras atividades curriculares;
- Prosseguir e alargar os apoios a estratos sociais desfavorecidos;
- Reforçar os programas ocupacionais para crianças e jovens nos períodos de férias escolares;
- O prosseguimento do Programa Saúde Mais, que se pretende reforçar a sua divulgação e implementação, através de uma aproximação mais individualizada aos seus utentes, informando-os dos benefícios e promovendo o seu alargamento a outras valências;

Reforço dos apoios à educação: a educação consiste, de forma clara, num processo privilegiado de emancipação, de formação do carácter, da personalidade e de integração de cada cidadão, fomentando subsequentemente a estruturação de uma sociedade mais culta e esclarecida, mais desenvolvida, mais solidária e mais justa. Nesta área de atuação o município prevê o desenvolvimento de **ações de combate ao insucesso escolar**, nomeadamente, através da implementação/concretização de uma candidatura aprovada nesta área. Esta prevê a realização de diversas ações e inclui linhas de orientação estratégica, nomeadamente, através de desenvolvimento das competências familiares, estabelecimento de mecânicas de

acompanhamento personalizado, desenvolvimento de metodologias de intervenção fora da sala de aula, implementação de métodos inovadores e específicos de abordagem a grupos de risco, reforço do apoio económico às famílias e desenvolvimento de parcerias de inclusão;

Nas medidas de apoio, previstas para a educação encontram-se a oferta de manuais escolares a todos os ciclos de ensino, a oferta de um *kit* básico de material escolar, a frequência gratuita de creches e jardins-de-infância, o prosseguimento dos investimentos de requalificação das infraestruturas de ensino, a continuidade da atribuição de bolsas de estudo aos alunos do concelho a frequentar o ensino superior, e o apoio à atribuição de prémios de mérito aos alunos do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, pelo seu desempenho escolar;

Dar continuidade ao apoio, logístico e financeiro, das atividades promovidas pelo Agrupamento de Escolas, de acordo com o projeto Educativo, bem como dar prosseguimento à oferta de apoios especializados, aos alunos com necessidades identificadas, nomeadamente através dos apoios ao nível das terapias da fala e ocupacional;

Registamos ainda, a exemplo do ano de 2017, a continuidade do protocolo com o Conservatório Regional de Castelo Branco por forma a disponibilizar a frequência gratuita de aulas de música, desde o pré-escolar até ao 2º ciclo do ensino básico, em *atelier's* de aprendizagem AEC's e currículos alternativos (ensino articulado para o 2º ciclo).

É ainda pretensão do Executivo Municipal, manter para 2018 os apoios aos passes escolares dos alunos residentes no concelho e que frequentam o ensino secundário, profissional ou superior em Castelo Branco.

Apesar do investimento significativo, inscrito em orçamento, na área da educação, é algo que satisfaz o Executivo Municipal, uma vez que, o reforço de medidas desta natureza, têm reflexo no aumento do número de alunos a frequentar o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, e de crianças a frequentar as creches.

O investimento na educação é algo que nos apraz, pois consideramos que cidadãos com níveis escolares mais elevados, garantem e contribuem para uma comunidade mais empreendedora, criativa, competitiva e apta a gerar emprego, potenciando assim um desenvolvimento económico mais sustentável dos territórios.

No âmbito da cultura, Vila Velha de Ródão é hoje um concelho de referência, com uma realidade bem diferente e à sua dimensão, quando comparável aos grandes meios.

O Município de Ródão possui locais e infraestruturas de excelência que lhe permitem a realização de eventos de natureza cultural diversa, como música, teatro, cinema, dança e outras, sendo intenção deste executivo prosseguir com a sua política de investimentos em iniciativas culturais, contribuindo para prossecução de uma programação cultural rica e diversificada.

Entendemos ainda que a dinâmica cultural desenvolvida através da **Biblioteca Municipal José Baptista Martins** e da **Casa de Artes e Cultura do Tejo**, com iniciativas que hoje têm uma dimensão que ultrapassa em muito as fronteiras do nosso concelho, proporcionando-nos uma oferta de elevada qualidade, uma visibilidade e reputação que registamos com particular apreço, justifica a continuidade e o reforço do investimento realizado nesta área.

A Casa de Artes, mantém uma dotação orçamental para o ano 2018 que lhe permitirá realizar sessões de cinema semanais, espetáculos de âmbito musical, teatro, exposições e outros eventos com qualidade acima da média. Também a Biblioteca Municipal José Batista Martins, possui, uma dotação orçamental que lhe permitirá dinamizar iniciativas de elevada qualidade hoje reconhecidas quer a nível nacional, quer a nível internacional, conseguidos através de eventos como “Poesia um Dia”, são marcas de um concelho em expansão cultural e de referência, quando se fala em territórios de baixa densidade populacional. Estes resultam de uma aposta clara do Executivo em proporcionar aos seus munícipes o acesso a iniciativas culturais de excelência.

Eventos como a **Feira dos Sabores do Tejo** e o **Festival das Sopas de Peixe**, assumem cada vez mais um lugar de destaque na região, onde as vertentes económica, cultural, associativa e gastronómica do concelho caminham de mãos dadas. Estes eventos têm vindo a assumir um espaço de afirmação da visão estratégica para o desenvolvimento do território, da capacidade e do valor dos agentes económicos que, nos últimos anos, têm vindo a investir em Vila Velha de Ródão, a gerar riqueza e a criar postos de trabalho, promovendo o concelho e dando um lugar de destaque à economia local, razões pelas quais se contempla uma dotação orçamental significativa e que permita a realização de eventos de qualidade e que impulsionem a economia local e territorial.

São ainda alvo das medidas de reforço orçamental o **setor do desporto**, contemplado com a abertura do novo ginásio municipal com todas as dinâmicas e valências que se pretendem ali desenvolver. Também o setor do **turismo**, sofreu um reforço de verbas e que, pela relevância que tem adquirido com os resultados alcançados, quer pelas ações desenvolvidas ou até mesmo pelo aumento significativo de visitantes e utilizadores das infraestruturas culturais, turísticas e

desportivas existentes no concelho, se reveste de particular importância para a estratégia do município, justificando plenamente o aumento das verbas propostas.

A **preservação e divulgação do património cultural**, enquanto elemento fortemente identitário e distintivo, em particular o património ligado à Arte Rupestre do Vale do Tejo, é outro dos eixos estratégicos que o Município pretende afirmar e direccionar esforços no sentido do seu estudo e salvaguarda, para memória futura dos nossos antepassados.

Ainda na área do **património natural** e depois do rude golpe que sofremos este Verão, com os incêndios que levaram à destruição de parte significativa do património natural deste concelho, urge recomeçar. Para o efeito procedeu-se ao levantamento de toda a área ardida e à quantificação das necessidades de investimento para a sua recuperação. Este trabalho esteve na base de uma candidatura que vamos submeter, no valor de quase 1 milhão de euros, e que acreditamos, nos permita recuperar parte deste importante valor paisagístico e patrimonial do nosso concelho.

O Executivo Municipal olha para o próximo exercício económico com a mesma exigência, rigor e sentido de responsabilidade, que sempre empregou na preparação/ elaboração dos documentos previsionais, que ano após ano impele uma visão estratégica, que vise a proteção e estímulo da economia local, das empresas e das famílias, bem como a aposta na valorização dos recursos endógenos, na prossecução do desenvolvimento de políticas centradas nas pessoas e na qualidade de vida das mesmas, já que estes são geradores de riqueza denotam o progresso da sociedade.

Importa referir que as Grandes Opções do Plano para 2018 se sustentam, de forma positiva, na situação económica e financeira equilibrada da Câmara:

- ✓ Somos, a nível nacional, uma referência, ao nível das autarquias, no que respeita ao prazo médio de pagamento a fornecedores que no terceiro trimestre de 2017 se situava nos 18 dias.
- ✓ No que respeita aos limites de endividamento, nos termos da Lei das Finanças Locais, apraz-nos dizer, com elevada satisfação, que os mesmos foram cumpridos integralmente, à semelhança dos exercícios económicos anteriores, continuando a reduzir a dívida e a aumentar a nossa margem disponível.

Desenvolvimento sustentável e harmonioso do município, com vista à melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, observando as atuais condicionantes económico-financeiras.

A prossecução de uma estratégia de rigor e transparência: Maior contenção da despesa pública, no sentido do reforço e consolidação das finanças municipais;

Criar contextos que permitam ao município tirar o máximo benefício das **oportunidades de cofinanciamento, estabelecidas no quadro financeiro de apoio da União Europeia (Portugal 2020)**, e possibilitem a criação de condições para dar continuidade à realização dos projetos municipais, com especial enfoque nas áreas da reabilitação urbana, ação social, educação, desporto turismo e cultura.

Na sequência de uma política de investimentos criteriosa e responsável temos hoje, no concelho de Vila Velha de Ródão, um conjunto de infraestruturas de excelência, que oferecem aos seus munícipes uma qualidade de vida ímpar; conseguindo alcançar esta meta sem que a sua capacidade de investimento fique comprometida. São factos desta natureza que nos permitem dar continuidade ao ciclo de investimentos iniciados desde o início do primeiro mandato e que pretendemos dar prosseguimento nos próximos quatro anos, sempre na procura da melhoria das condições e qualidade de vida das populações e da fixação de pessoas no concelho.

O orçamento previsional que hoje apresentamos revela o trabalho de uma equipa dinâmica, dedicada e empenhada, que procura diariamente dar resposta aos desafios e anseios dos seus munícipes de forma clara, justa e objetiva. Antevemos um exercício económico de trabalho intenso e com desafios que nem sempre se nos afiguram fáceis, mas a facilidade nunca nos seduziu e a dificuldade também nunca nos atemorizou.

"O futuro dependerá daquilo que fizemos no presente."

Mahatma Gandhi

3. ANÁLISE FINANCEIRA

Segundo o Banco de Portugal, no primeiro semestre do ano, a economia portuguesa cresceu a um ritmo claramente superior à média europeia, bem como o observado na última década. Este dinamismo verificou-se na generalidade dos setores de atividade, registando uma dinâmica de recuperação, iniciada em meados de 2013, que reflete a conjugação dos progressos registados, ao nível estrutural, decorrentes do processo de recuperação do investimento e do consumo para níveis consentâneos com expectativas mais favoráveis dos agentes económicos relativamente à evolução do rendimento permanente e da procura global.

Em 2017, o enquadramento internacional, particularmente favorável, beneficiou a economia portuguesa, através da aceleração da procura externa e por uma melhoria generalizada ao nível das condições monetárias e financeiras, em resultado do conjunto de medidas preconizadas pelo Banco Central Europeu (BCE).

O desenvolvimento económico, no primeiro semestre do ano, esteve apoiado no dinamismo do investimento e das exportações, tendo o consumo privado apresentado um crescimento moderado e inferior ao PIB³.

No panorama nacional e no que respeita ao mercado de trabalho, pode ler-se no Boletim Trimestral – Centro de Portugal que a taxa de desemprego sofreu uma diminuição, para os 8,8%, menos 2,0 pontos percentuais do que no trimestre homólogo, sendo já a taxa mais baixa desde o final de 2009. Estimavam-se 461,4 mil indivíduos desempregados no país no segundo trimestre de 2017, traduzindo-se numa diminuição trimestral e homóloga do desemprego de 62,5 e 97,9 mil indivíduos, respetivamente.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), o indicador de confiança dos consumidores⁴, finalmente assumiram valores positivos, o que significa que existiram mais respostas otimistas do que pessimistas às questões sobre a perspetiva das famílias relativamente à evolução da situação económica do país e financeira do lar. A confiança dos empresários

³ Produto Interno Bruto

⁴ O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar, da situação económica do País, do desemprego no País e sobre as perspetivas de poupança.

continuou a aumentar face ao trimestre homólogo e face aos trimestres precedentes, de acordo com o indicador de clima económico⁵ do INE.

No processo de elaboração dos documentos previsionais, constituídos pelas Grandes Opções do Plano (Plano de Atividades Municipais / Plano Plurianual de Investimentos e respetivo Orçamento), foram tidas em linha de conta todas as premissas fundamentais face ao atual contexto económico e financeiro do país.

Deste modo, os documentos previsionais em apreço, refletem uma estratégia de rigor e contenção, no sentido da consolidação das finanças municipais, assim como o crescimento sustentável e harmonioso do município, com o propósito da melhoria da qualidade de vida dos munícipes e da disponibilização de recursos, que visem a promoção de medidas de impulso e apoio à economia local.

À semelhança de anos transatos, o processo de planeamento do orçamento anual decorreu de forma participada, tendo para o efeito envolvido todas as unidades orgânicas do Município, sob orientação da Divisão Administrativa e Financeira e do Executivo Municipal, na elaboração dos mesmos. Da consolidação, por classificação económica, de todos os orçamentos setoriais e do PPI⁶, definiu-se o presente Orçamento Municipal para o ano de 2018.

⁵ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁶ Plano Plurianual de Investimentos

3.1. MAPA RESUMO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL PARA 2018

O orçamento municipal para o ano de 2018 atinge os **9.100.000€**, verificando-se assim um aumento na ordem dos **2,36%** face ao orçamento do ano anterior. Contribui essencialmente para esta variação positiva, a previsão de aumento da receita ao nível das transferências de capital.

Da análise à estrutura orçamental, refletida no quadro seguinte, verificamos que se encontra assegurado o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental previsto no nº 2 do artigo 40º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, segundo o qual a receita corrente cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Receita	9.100.000€	%	Despesa	9.100.000€	%
Corrente	7.415.000€ ⁷	81,48%	Corrente	6.310.000€	69,34%
Capital	1.685.000€	18,52%	Capital	2.790.000€	30,66%

Tabela 1: Previsão Orçamental para 2018

Como podemos observar, a *receita corrente* bruta (7.415.000€), é superior à *despesa corrente* (6.310.000€) acrescida das *amortizações médias dos empréstimos* (127.189,13€), permitindo desta forma gerar um saldo corrente no montante de **977.811€**

$$\text{Receita Corrente} - (\text{Despesa Corrente} + \text{Amortizações Médias dos Empréstimos}) = 977.811€$$

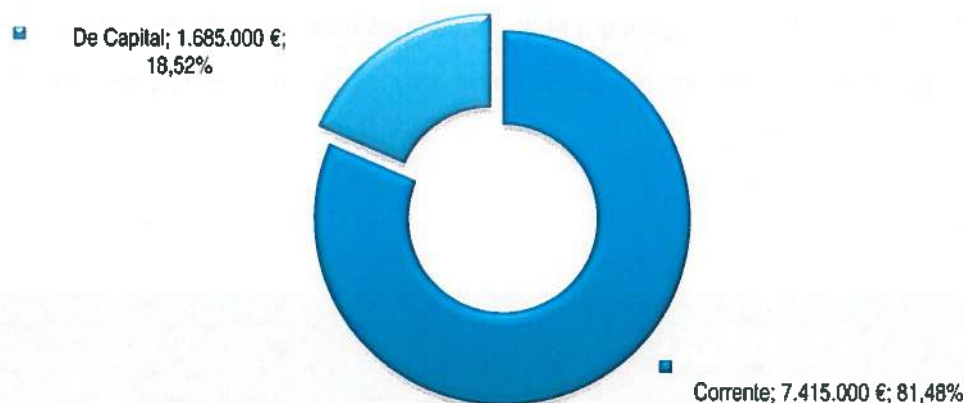
⁷ À Receita Corrente (7.411.000€) foi acrescido o valor das Reposições não Abatidas nos Pagamentos (5.000€), por se tratar de uma receita de natureza corrente.

3.2. RECEITA PREVISIONAL

3.2.1. Estrutura das Receitas

A receita total, subdivide-se de acordo com a sua natureza, em dois grandes grupos, as Receitas Correntes a que corresponde o valor global de 7.415.000€ e as Receitas de Capital a que corresponde um valor de 1.685.000€.

Estrutura da Receita 2018



Cerca de 81,48% da receita prevista para 2018 corresponde a **Receita Corrente**, destacando-se neste âmbito as rubricas das **Transferências Correntes, Impostos Diretos e Venda de Bens e Serviços Correntes**.



Cerca de 97,77% das **Transferências Correntes** são provenientes da **Administração Central**. Da análise das transferências da Administração Central para o município, verificamos que este registou um aumento de 10,70%, encontrando-se repartido da seguinte forma: Fundo de Equilíbrio Financeiro: 81,95%, Fundo Social Municipal: 0,92% e Participação Variável no IRS⁸: 1,93%.

⁸ Participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

A Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados representa **6,27%** das receitas provenientes da Administração Central.

Neste capítulo justifica-se, ainda, realçar as transferências resultantes dos acordos de colaboração existentes entre o Município e o Ministério da Educação, no contexto de execução de transferência de competências do pessoal não docente, e da comparticipação ao nível das refeições, transportes escolares, das atividades de apoio à família e atividades extracurriculares. Estas representam **8,27%** das transferências provenientes da Administração Central.

A restante receita prevista, cerca de **18,52%** corresponde à **Receita de Capital**, destacam-se neste grupo as **Transferências de Capital** (FEF⁹+FEDER¹⁰+FSE¹¹+COESÃO), que representam **18,37%** da Receita Total e **99,22%** da Receita de Capital.

De referir ainda que a repartição do FEF Corrente/Capital se encontra distribuído da seguinte forma:



Na tabela 2 que se encontra na página seguinte, podemos fazer uma análise da receita estimada para 2018 de acordo com a classificação económica da mesma.

⁹ Fundo de Equilíbrio Financeiro

¹⁰ Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

¹¹ Fundo Social Europeu

Capítulos	Previsão 2018	%	Tx. Cresc.
Receitas Correntes	7.415.000 €	81,48%	9,77%
<i>Impostos Diretos</i>	1.412.074 €	15,52%	17,37%
<i>Impostos Indiretos</i>	7.748 €	0,09%	32,99%
<i>Taxas Multas e Outras Penalidades</i>	27.895 €	0,31%	18,30%
<i>Rendimentos de Propriedade</i>	267.964 €	2,94%	-4,29%
<i>Transferências Correntes</i>	5.056.393 €	55,56%	9,88%
<i>Venda de Bens e Serviços Correntes</i>	562.803 €	6,18%	1,55%
<i>Outras Receitas Correntes</i>	75.123 €	0,83%	-7,71%
<i>Reposições não abatidas aos pagamentos</i>	5.000 €	0,05%	0,00%
Receitas de Capital	1.685.000 €	18,52%	-21,08%
<i>Venda de Bens de Investimento</i>	5.635 €	0,06%	17,86%
<i>Transferências de Capital</i>	1.671.928 €	18,37%	-21,51%
<i>Outras Receitas de Capital</i>	7.437 €	0,082%	3618,50%
Receita Total	9.100.000 €	100%	2,36%

Tabela 2: Perfil da Receita 2018

3.3. DESPESA PREVISIONAL

3.3.1. Critérios adotados na projeção da despesa

No que respeita à previsão da despesa, foram tidas em conta todas as normas e especificidades técnicas previstas no POCAL¹².

As autarquias locais deverão inscrever em orçamento, em primeiro lugar, as despesas consideradas obrigatórias, bem como os compromissos assumidos, entre elas estão:



¹² Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

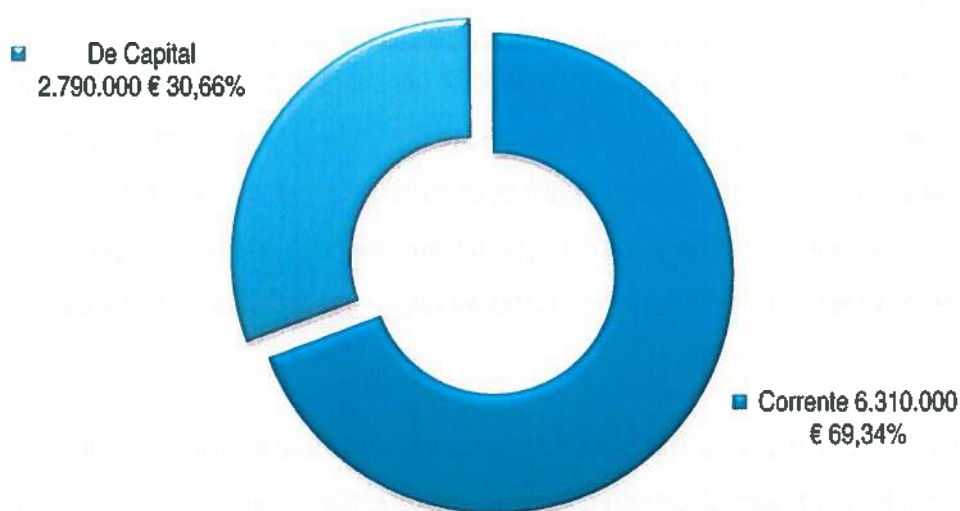
A previsão da despesa orçamental iniciou-se pela aferição das obrigações legais, dos compromissos assumidos para anos seguintes e das obrigações assumidas durante o ano de 2017 e que irão transitar para a gerência 2018, sob a forma de contratos de aquisições de bens e serviços, de empreitadas de obras em execução, assim como, pelo apuramento das despesas obrigatórias e permanentes, entre elas, as despesas com o pessoal, de funcionamento (comunicações, energia, água, combustíveis, etc.) e com a satisfação do serviço da dívida (amortizações e juros).

No que concerne às despesas de funcionamento, a estimativa teve por base os valores que se têm vindo a registar nos últimos anos, bem como a adequação destes, numa tentativa de reforço da disciplina orçamental, com vista à redução da despesa e ao reforço de uma gestão mais eficiente e racional.

3.3.2. Estrutura das Despesas

Por forma a dar cumprimento ao estabelecido no princípio do equilíbrio orçamental, a **Despesa Total** orçamentada para o ano de 2018 ascende a **9.100.000€**. Ao grupo das **Despesas Correntes** cabe um montante acumulado de **6.310.000€**, ascendendo as **Despesas de Capital** a **2.790.000€**.

Estrutura da Despesa 2018



No quadro que se segue, é feita uma análise da despesa estimada para 2018 de acordo com a classificação económica da mesma.

Capítulos	Previsão	%	Tx . Cresc.
Despesas Correntes	6.310.000 €	69,34%	11,29%
Despesas com Pessoal	2.677.288 €	29,42%	11,46%
Aquisição de Bens e Serviços	2.649.978 €	29,12%	9,63%
Juros e Outros Encargos	3.100 €	0,03%	0,00%
Transferências Correntes	821.434 €	9,03%	19,47%
Subsídios	28.000 €	0,31%	12,00%
Outras Despesas Correntes	130.200 €	1,43%	-3,56%
Despesas de Capital	2.790.000 €	30,66%	-13,35%
Aquisição de Bens de Capital	2.419.780 €	26,59%	-18,11%
Transferências de Capital	189.200 €	2,08%	124,70%
Ativos Financeiros	50.520 €	0,56%	0,00%
Passivos Financeiros	127.500 €	1,40%	0,00%
Outras Despesas de Capital	3.000 €	0,03%	0,00%
Despesa Total	9.100.000 €	100%	2,36%

Tabela 3: Perfil da Despesa 2018

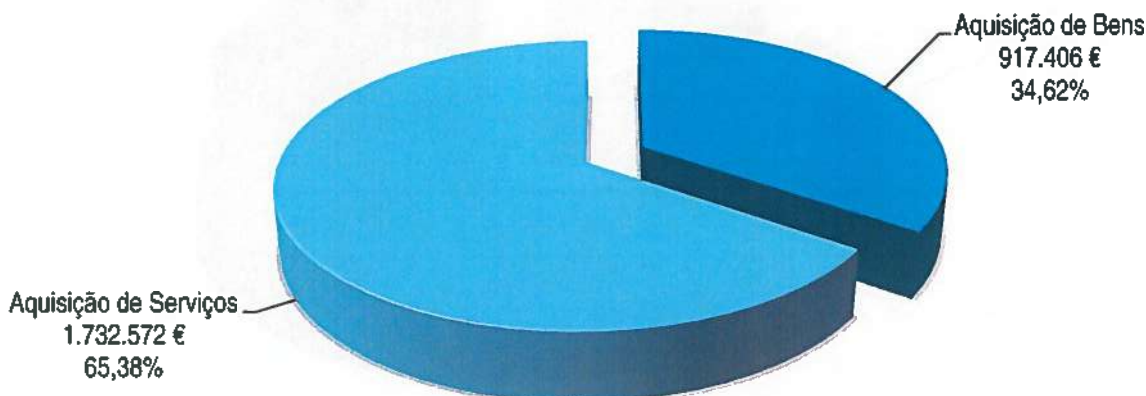
Destacam-se, ao nível das **Despesas Correntes**, o predomínio das despesas com pessoal e as despesas com a aquisição de bens e serviços que representam, respetivamente, **42,43%** e **42,00%** do perfil deste grupo de despesas, equivalendo a **29,42%** e **29,12%** das despesas totais, respetivamente.

Relativamente às despesas com pessoal, regista-se um acréscimo, justificado pela necessidade de reajustamento do mapa de pessoal do município, originada quer pela saída de vários colaboradores ao longo dos últimos anos quer pela necessidade de fazer face às novas exigências. Está ainda prevista a contratação de pessoal para a concretização das medidas anteriormente referidas no âmbito de uma candidatura, já aprovada, para combate ao insucesso escolar.

No que concerne ao grupo da **Aquisição de Bens e Serviços**, e através da análise do gráfico, verificamos que as **aquisições de serviços** representam a maioria das despesas estimadas neste âmbito absorvendo **65,38%** do valor disponível para esta rubrica, a que equivale a **1.732.572 €**.

Os restantes 34,62% correspondem à rubrica da **aquisição de bens** para a qual se estima um montante de 917.406€.

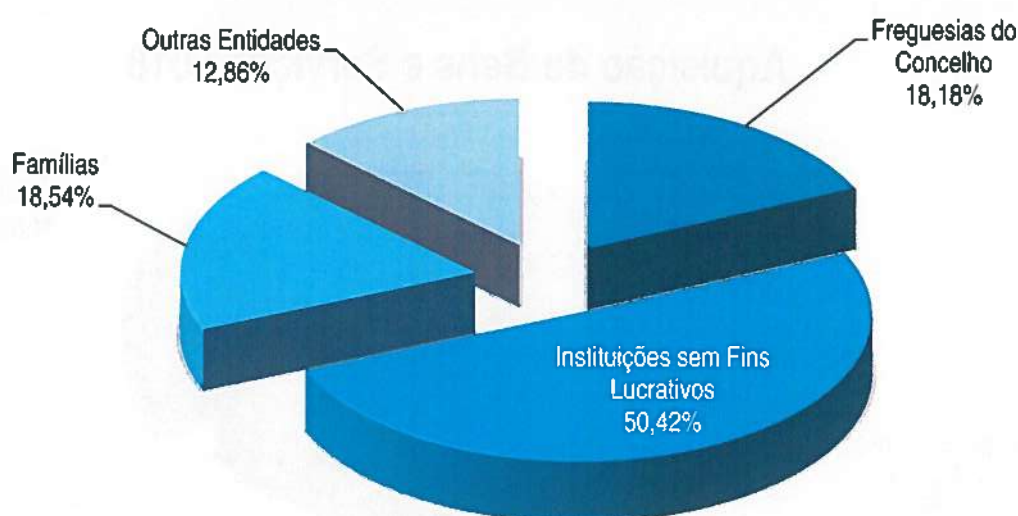
Aquisição de Bens e Serviços 2018



Continuando a análise das **Despesas Correntes**, podemos verificar que, as **Transferências Correntes**, contam com uma dotação de 821.434€, o que representa 13,02% daquela natureza de despesa e 9,03% da despesa total estimada, sendo que 50,42% dessas transferências são destinadas a **Instituições sem Fins Lucrativos**, tais como, Associações Culturais, Recreativas, Desportivas e IPSS's. Os acordos de execução e contratos interadministrativos celebrados com as **Juntas de Freguesia** deste concelho absorvem cerca de 18,18% da rubrica em análise e 18,54% do valor é direcionado para prestar apoio às **famílias**. Este apoio será prestado sob a forma de *atribuição de bolsas de estudo* a jovens estudantes do ensino superior, para *apoio à fixação de jovens e famílias no concelho* e o apoio aos *estratos sociais mais desfavorecidos*. Os restantes 12,86% cabem a **Outras Entidades**, entre elas encontra-se a Associação de Municípios e Administração Central.

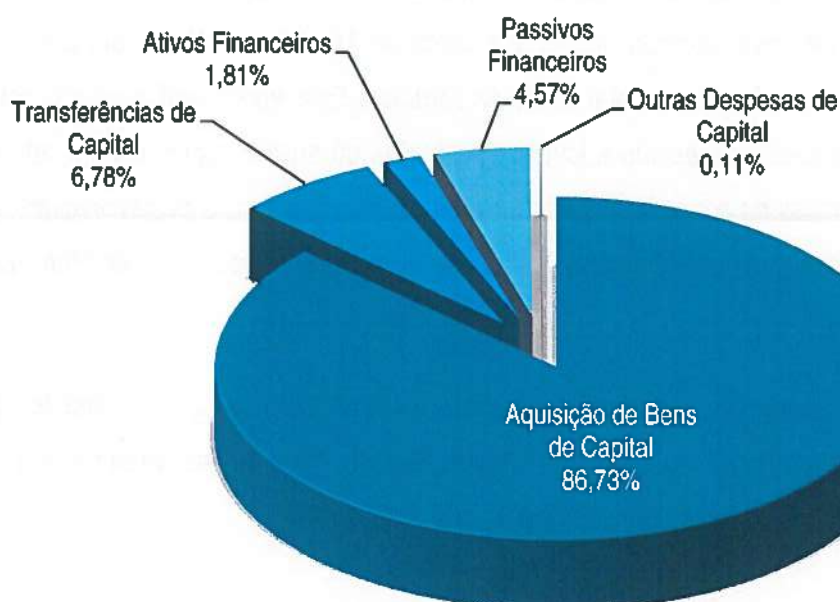
Nesta rubrica estão enquadradas todas as transferências correntes a efetuar, no âmbito dos protocolos celebrados nas áreas da educação, associativismo, ação social, assim como, os acordos de execução com as Juntas de Freguesia.

Transferências Correntes 2018



Passamos agora à análise das **Despesas de Capital**, como podemos verificar, nesta classe destaca-se a rubrica **Aquisição de Bens de Capital**. Importa referir que esta rubrica representa de **86,73%** das despesas de capital e cerca de **26,59%** das despesas totais.

Despesas de Capital



As rubricas, Transferências de Capital, Passivos Financeiros, Ativos Financeiros e Outras Despesas de Capital, consomem menos recursos, representado respetivamente, **6,78%**, **4,57%**,

1,81% e 0,11% do total das Despesas de Capital correspondendo a 2,08%, 1,40%, 0,56% e 0,03% da Despesa Total.

Na tabela 4 procurou-se efetuar uma análise mais realista e aproximada do peso dos encargos de funcionamento no total da despesa, assim como do investimento direto e indireto, para tal procedeu-se à distribuição da despesa segundo um critério de agregação.

Agregação	Capítulos	Dotação	Peso
Funcionamento	Despesas com Pessoal	2.677.288 €	59,97%
	Aquisição de Bens e Serviços	2.649.978 €	
	Outras Despesas Correntes	130.200 €	
	Sub-Total	5.457.466 €	
Investimento	Aquisição de Bens de Capital	2.419.780 €	28,67
	Transferências de Capital	189.200 €	
	Sub-Total	2.608.980 €	
Serviço da Dívida	Juros e Outros Encargos	3.100 €	1,44%
	Passivos Financeiros	127.500 €	
	Sub-Total	130.600 €	
Outras Despesas	Transferências Correntes	821.434 €	9,92%
	Subsídios	28.000 €	
	Ativos Financeiros	50.520 €	
	Outras Despesas de Capital	3.000 €	
	Sub-Total	902.954 €	
Despesa Total		9.100.000 €	100%

Tabela 4: Repartição das Despesas

Como é do conhecimento geral, nas despesas de funcionamento de uma autarquia aquelas que têm maior representatividade são as **Despesas com Pessoal** e com a **Aquisição de Bens e Serviços**. Estas dizem respeito a despesas com a aquisição de bens e serviços a terceiros por parte da autarquia, acolhendo, designadamente, as despesas correspondentes a encargos com instalações, transportes, conservação de bens, comunicações, combustíveis, energia, água, representação municipal, seguros, estudos e consultadoria e encargos da cobrança de receitas, prestações de serviços no âmbito da Educação referente a transferências assumidas com as atividades de enriquecimento curricular, transportes e refeições escolares.

3.3.3. Grandes Opções do Plano 2018

As Grandes Opções do Plano (GOP's) para 2018, são constituídas pelo *Plano Plurianual de Investimentos*, onde se encontram previstas as grandes linhas de intervenção do município, pelo *Plano de Atividades Municipais*, tal como o nome indica, contempla as diferentes atividades

previstas por cada uma das unidades orgânicas do município. Nas restantes despesas orçamentais, *Extra-Plano*, encontram-se previstas as despesas com pessoal e outras despesas gerais de funcionamento, não afetas a uma atividade específica.

As GOP's contêm as orientações políticas fundamentais, bem como, a estratégia de desenvolvimento local, os principais projetos e ações que o município prevê concretizar.

O combate ao despovoamento, a fixação de população e a atração de investimento privado, para o concelho de Vila Velha de Ródão, são algumas das linhas orientadoras do trabalho do executivo. Não poderíamos no entanto falar das medidas de combate ao despovoamento, sem falarmos de uma outra medida que a complementa e que passa pela requalificação urbana, nomeadamente através de investimentos de grande impacto no parque habitacional bem como a reabilitação de imóveis devolutos, propriedade do Município.

Medidas desta natureza criam condições favoráveis à fixação de população e colmatam uma deficiência há muito identificada no concelho e que passa pela oferta de habitação no mercado de arrendamento privado.

Procuram-se ainda implementar medidas que, incorporadas numa estratégia global do executivo, visam aumentar a vão de encontro à qualidade dos serviços prestados pelo município e em áreas basilares como a educação, a cultura, o ambiente, a ação social e a manutenção dos espaços públicos.

Assim, apresentamos algumas medidas que nos propomos desenvolver e outras que pretendemos dar continuidade, designadamente:

- Reforço e aumento da oferta do parque habitacional, através da construção de 18 fogos – Parque Habitacional da Quinta da Torre;
- Reabilitação de imóveis degradados com vista à sua disponibilização no mercado de arrendamento;
- Fomentar e implementar estratégias de apoio à requalificação urbana, através do IFRRU (Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbana), em edifícios localizados em ARU's (Áreas de Reabilitação Urbana), promovendo ações de informação e divulgação do Programa aos munícipes;
- Apoio à construção, reparação ou aquisição de habitação;
- Apoio específico para a fixação de famílias numerosas através da atribuição de um subsídio anual que pode variar entre 50 e 100% do valor da renda de casa até ao limite máximo de 275€;
- Ainda no âmbito das medidas de apoio à fixação de jovens e famílias, está prevista a implementação de uma medida de apoio direcionada ao arrendamento jovem, para jovens

dos 18 aos 35 anos. Este apoio consiste numa subvenção mensal que pode ir de 1 a 3 anos e varia em função dos rendimentos auferidos e da composição do agregado familiar;

- Isenção do pagamento das mensalidades devidas pela frequência de creches, desde que se situem na área do município e sejam frequentadas por crianças filhas de residentes;
- Atribuição de bolsas de estudo no âmbito do sistema de apoios sociais para a frequência de cursos ministrados em instituições de ensino superior;
- Oferta dos manuais escolares a todos os ciclos de ensino;
- Implementação de uma candidatura efetuada pelo município e que visa trabalhar o **Insucesso Escolar**;
- Dar continuidade ao projeto Saúde+, o qual possibilita o acesso gratuito pela população idosa do concelho e desfavorecida, bem como toda a comunidade, a consultas de clínica geral. Este projeto é dinamizado pelo município em parceria com o CLDS;
- Medidas de apoio a idosos para acesso lares e Centros de Dia;
- Apoio ao envelhecimento ativo, através da disponibilização de recursos humanos e materiais do Município, para o projeto Academia Sénior, dinamizado pela ADRACES;
- Reforçar a dotação de equipamentos de redes WI-FI de qualidade, em locais de maior afluência turística, promovendo e fomentando uma gestão inteligente do destino a visitar, através da aquisição de equipamentos e ferramentas de análise de fluxos turísticos;
- Iniciar a 2.ª fase de remodelação e valorização da zona balnear da localidade de Foz do Cibrão;
- Assegurar o funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente criadas na Associação de Bombeiros Voluntários de Vila Velha de Ródão e apoiar as obras de remodelação do quartel, procurando dar condições dignas de trabalho a todos os utilizadores daqueles espaços e a todos aqueles que ali prestem o seu trabalho.

	Montante 2018	Peso (%)	Tx Cresc.
PAM	2.695.000€	29,62%	18,44%
Extra-Plano	3.615.000€	39,73%	6,50%
PPI	2.790.000€	30,66%	-13,35%
Total	9.100.000€	100%	2,36%

Tabela 5: Repartição das Despesas – Opções do Plano 2018

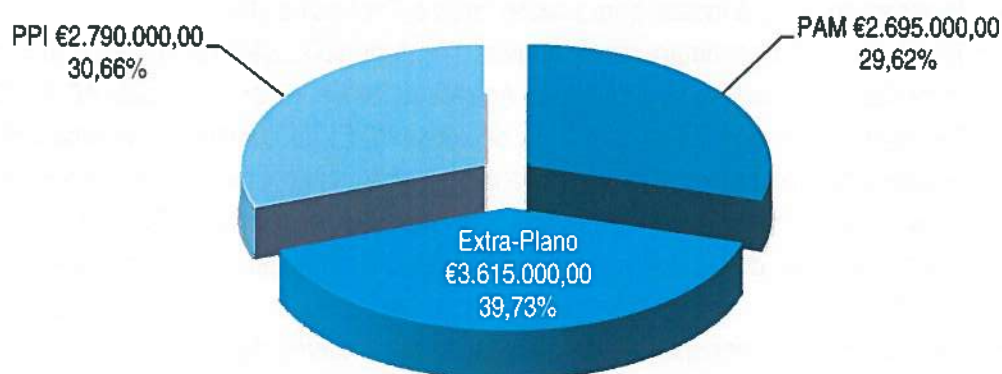
Da análise à tabela 5 verificamos que **29,62%** das dotações da despesa dizem respeito aos **Planos de Atividades** apresentados pelas diversas unidades orgânicas da autarquia, o que corresponde a um montante de **2.695.500€**

Para o **Plano Plurianual de Investimentos**, foi orçamentado um montante de **2.790.000€**, o que corresponde a **30,66%** das despesas previstas a realizar em 2018.

O valor em **Extra-Plano** representa **39,73%** das dotações da despesa, a que corresponde um montante de **3.615.000€**. Neste, incluem-se as despesas com pessoal e outras despesas gerais de funcionamento, não afetas diretamente a nenhuma atividade.

No geral, o **Orçamento Previsional** sofreu um ligeiro acréscimo, na ordem dos **2,36%**, face ao ano anterior. Tendo-se registando a maior variação, cerca de **18,44%**, ao nível do **Plano de Atividades Municipal**.

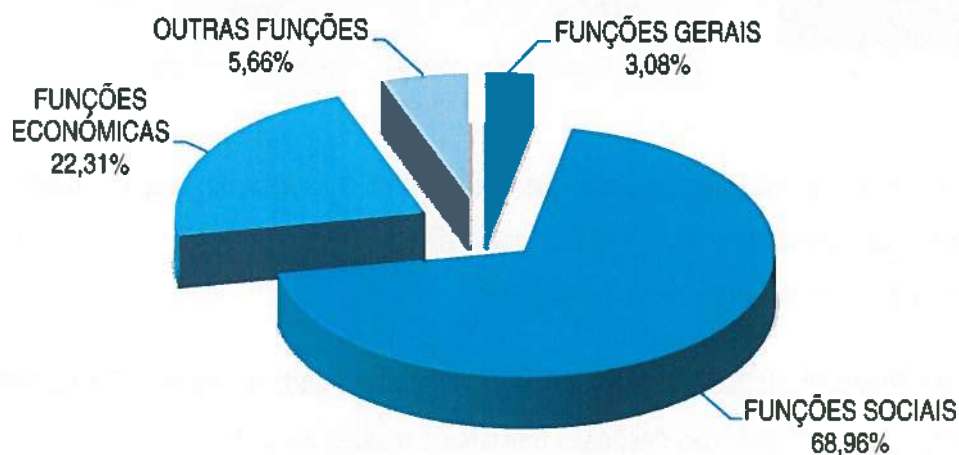
Grandes Opções do Plano 2018



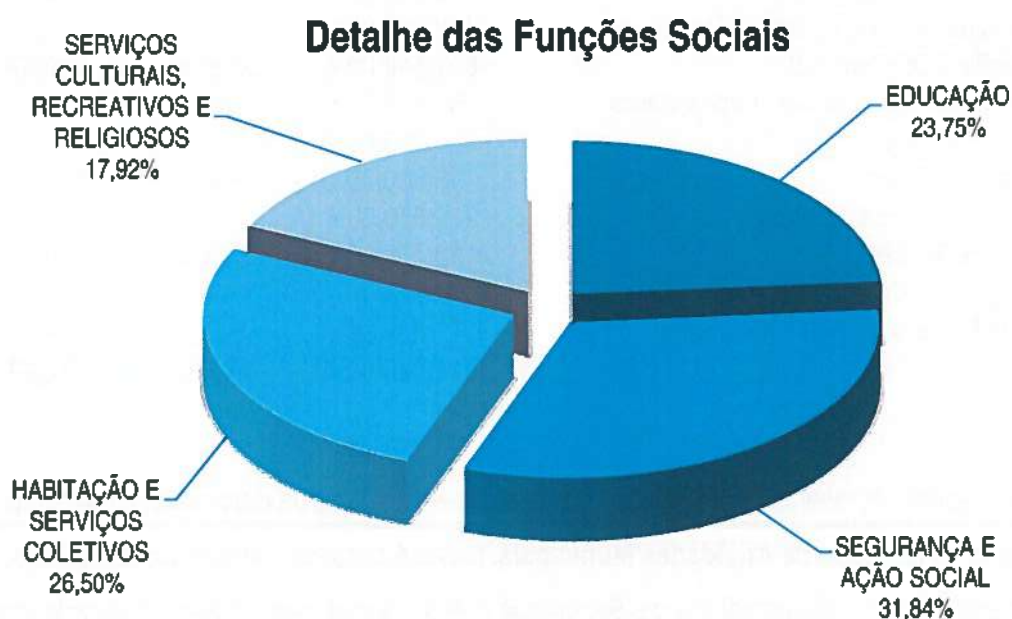
Da análise mais pormenorizada ao **Plano de Atividades Municipal**, que contempla a previsão das atividades municipais inscritas em plano, apresenta para 2018 um valor estimado de **2.695.000€**, refletindo-se num acréscimo de **18,44%** face ao ano anterior.

Em termos funcionais, verificamos que as **Funções Sociais** são aquelas que mais se destacam neste universo, absorvendo cerca de **68,96%** dos recursos disponíveis.

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL (PAM) - POR FUNÇÕES



Ao nível do **PAM** e no que respeita às **Funções Sociais**, pode verificar-se, no gráfico abaixo ilustrado, a representatividade de cada uma das rúbricas, que compõe as **Funções Sociais**, nomeadamente, **Segurança e Ação Social**, **Habitação e Serviços Coletivos**, **Educação e Serviços Culturais Religiosos**, representando respetivamente, 31,48%, 26,50%, 23,75% e 17,92%. Este reforço de verbas revela, à semelhança do ano anterior, a estratégia adotada pelo executivo municipal, no que respeita à valorização e fixação de pessoas no concelho de Vila Velha de Ródão. Revelando ainda uma maior preocupação com os estratos sociais mais desfavorecidos, com a educação das crianças e jovens, através de uma maior alocação de recursos, que visam dar apoio às diversas áreas, entre elas a **Educação**, que só este ano regista um aumento na ordem dos 78,26%, **Habitação e Serviços Coletivos**, que prevê um aumento de 12,31% e a **Segurança e Ação Social** que apresenta um crescimento na ordem dos 8,23%. Não poderíamos ainda deixar de referir o reforço efetuado ao nível dos **Serviços Culturais e Recreativos**, desenvolvidos no concelho e que só este ano regista um reforço de verbas na ordem dos 15,81%.



Todas estas medidas têm como objetivo comum, assegurar a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, o combate à desertificação e o esbatimento das assimetrias regionais, procurando num futuro próximo, inverter a situação demográfica registada nos territórios de baixa densidade, como acontece no concelho de Vila Velha de Ródão e um pouco por todos os concelhos do interior do país.

<i>Divisão/Serviço</i>	<i>2018 (€)</i>	<i>Peso (%)</i>	<i>Variação (%) 2017/2018</i>
FUNÇÕES GERAIS	83.000,00 €	3,08%	39,03%
<i>Serviços Gerais da Admin. Pública</i>	<i>28.000,00 €</i>	<i>1,04%</i>	<i>42,13%</i>
<i>Segurança e Ordem Pública</i>	<i>55.000,00 €</i>	<i>2,04%</i>	<i>37,50%</i>
FUNÇÕES SOCIAIS	1.858.433,00 €	68,96%	22,25%
<i>Educação</i>	<i>441.292,00 €</i>	<i>16,37%</i>	<i>78,26%</i>
<i>Segurança e Ação Social</i>	<i>591.691,00 €</i>	<i>21,96%</i>	<i>8,23%</i>
<i>Habitação e Serviços Coletivos</i>	<i>492.500,00 €</i>	<i>18,27%</i>	<i>12,31%</i>
<i>Serv. Culturais, Recreativos e Religiosos</i>	<i>332.950,00 €</i>	<i>12,35%</i>	<i>15,81%</i>
FUNÇÕES ECONÓMICAS	601.149,00 €	22,31%	10,57%
<i>Agricult., Pecuárias, Silvicult., Caça e Pesca</i>	<i>54.999,00 €</i>	<i>2,04%</i>	<i>-7,81%</i>
<i>Indústria e Energia</i>	<i>230.000,00 €</i>	<i>8,53%</i>	<i>-8,00%</i>
<i>Comércio e Turismo</i>	<i>90.500,00 €</i>	<i>3,36%</i>	<i>964,71%</i>
<i>Outras Funções Económicas</i>	<i>225.650,00 €</i>	<i>8,37%</i>	<i>0,07%</i>
OUTRAS FUNÇÕES	152.418,00 €	5,66%	0,33%
<i>Operações da Dívida Autárquica</i>	<i>3.100,00 €</i>	<i>0,12%</i>	<i>0,00%</i>
<i>Transferências entre Administrações</i>	<i>149.318,00 €</i>	<i>5,54%</i>	<i>0,34%</i>
TOTAL	2.695.000,00 €	100%	18,44%

Tabela 6: Plano de Atividades Municipais - Despesa Setorizada

Na tabela 6, acima representada, encontra-se uma análise detalhada da despesa sectorizada por funções ao nível do **Plano de Atividades Municipais**. Nesta é possível verificar que a rubrica que contém maior dotação orçamental é a da *Segurança e Ação Social*, para a qual foi alocada uma verba de 591.691€, o que representa cerca de 21,96% da despesa total do **PAM**. Seguem-se a *Habitação e Serviços Coletivos*, a *Educação* e os *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos*, com respetivamente 18,27%, 16,37% e 12,35% da despesa setorizada.

Quanto ao **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)**, contempla para o ano de 2018, um montante de **2.790.000€**. No que respeita a este plano, verificamos que este sofreu um decréscimo na ordem dos 13,35%, face ao ano anterior, a que corresponde um montante de 430.000.

Em termos funcionais, as dotações previstas para o Plano Plurianual de Investimentos encontram-se repartidas da seguinte forma:



Divisão/Serviço	2018 (€)	Peso (%)	Variação (%) 2017/2018
FUNÇÕES GERAIS	211.800,00 €	7,59%	51,07%
Serviços Gerais da Administração Pública	89.800 €	3,22%	-27,11%
Segurança e Ordem Pública	122.000 €	4,37%	617,65%
FUNÇÕES SOCIAIS	1.666.976 €	59,75%	-22,58%
Educação	37.300 €	1,34%	40,75%
Segurança e Ação Social	30.000 €	1,08%	50,00%
Habituação e Serviços Coletivos	1.413.676 €	50,67%	-26,28%
Serv. Culturais, Recreativos e Religiosos	186.000 €	6,67%	-1,63%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	726.204,00 €	26,03%	0,10%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	2.000 €	0,07%	-98,01%
Indústria e Energia	170.000 €	6,09%	750,00%
Transportes e Comunicações	379.000 €	13,58%	141,40%
Comércio e Turismo	173.204 €	6,21%	-61,17%
Outras Funções Económicas	2.000 €	0,07%	0,00%
OUTRAS FUNÇÕES	185.020 €	6,63%	-7,96%
Operações da Dívida Autárquica	127.500 €	4,57%	0,00%
Transferência Entre Administrações	4.000 €	0,14%	-80,00%
Diversas não Especificadas	53.520 €	1,92%	0,00%
TOTAL	2.790.000 €	100%	-13,35%

Tabela 7: Plano Plurianual de Investimentos - Despesa Setorizada

A tabela 7 apresenta uma análise detalhada da despesa setorizada por funções ao nível do **Plano Plurianual de Investimentos**, na qual podemos verificar que a rubrica que contém maior dotação orçamental é a da *Habituação e Serviços Coletivos*, para a qual foi direcionada uma verba de 1.413.676€, o que representa, em termos percentuais, 50,67% da despesa setorizada. Apesar desta ter sofrido uma redução, prevemos dar continuidade às políticas de fixação de pessoas no concelho, procurando fazê-lo através da reabilitação imóveis/ construção de imóveis para disponibilização no mercado de venda/ arrendamento. Seguem-se as rubricas *Transportes e Comunicações*, e dos *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos*, com respetivamente 13,58% e 6,67% da despesa setorizada.

As **funções gerais** correspondem aos serviços de administração geral e de proteção civil e bombeiros. As **funções sociais** incluem as áreas da educação, habitação e serviços coletivos, da ação social, do ordenamento do território, da proteção do meio ambiente, da cultura e desporto. E finalmente as **funções económicas**, onde estão integradas a agricultura, pecuária e silvicultura, indústria e energia, os transportes e comunicações e o comércio e turismo.

Em termos de importância, são as **Funções Sociais** que mais se destacam, quer pelo valor da verba alocada, quer pela importância social que esta representa. O orçamento desta rubrica representa 59,75% do PPI, a que corresponde um valor de 1.666.976€.

Quando analisado o investimento por classificação económica da despesa, temos a seguinte tabela:

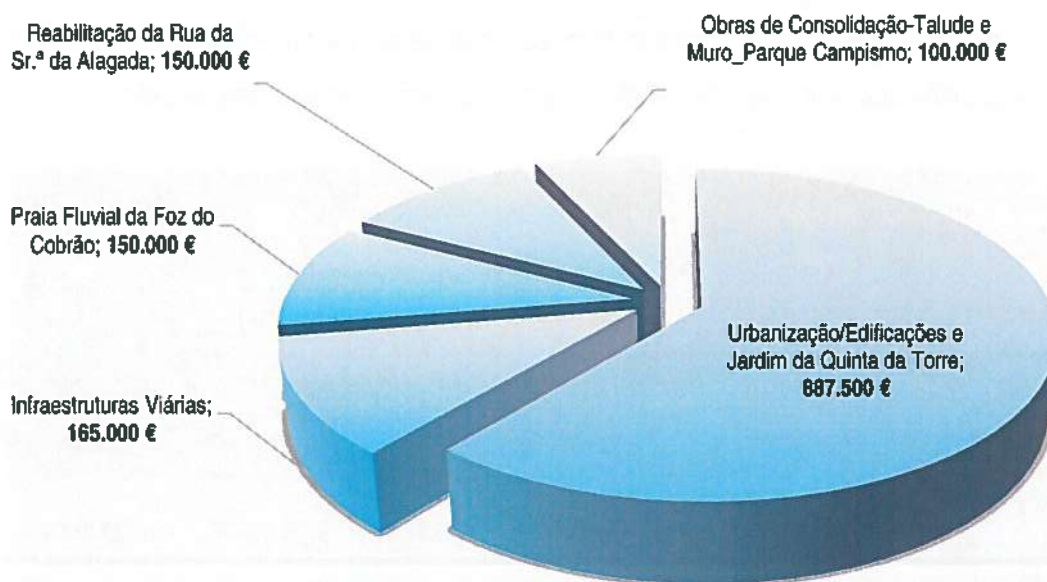
<i>Económica</i>	<i>2018</i>	<i>(%)</i>	<i>Variação 17/18</i>
Terrenos	24.000 €	0,99%	-22,58%
Habitação	694.050 €	28,68%	-46,84%
<i>Construção</i>	<i>634.450 €</i>	<i>26,22%</i>	<i>-44,15%</i>
<i>Aquisição</i>	<i>29.000 €</i>	<i>1,20%</i>	<i>87,10%</i>
<i>Reparação e Beneficiação</i>	<i>30.600 €</i>	<i>1,26%</i>	<i>-80,13%</i>
Edifícios	321.000 €	13,27%	29,44%
<i>Instalações de Serviços</i>	<i>11.000 €</i>	<i>0,45%</i>	<i>-73,17%</i>
<i>Instalações Desportivas e Recreativas e Escolas</i>	<i>217.000 €</i>	<i>8,97%</i>	<i>39,10%</i>
<i>Outros</i>	<i>93.000 €</i>	<i>3,84%</i>	<i>82,35%</i>
Construções Diversas	55.000 €	2,27%	-81,03%
<i>ETAR'S</i>	<i>15.000 €</i>	<i>0,62%</i>	<i>100,00%</i>
<i>Iluminação Pública</i>	<i>1.000 €</i>	<i>0,04%</i>	<i>-50,00%</i>
<i>Parques e Jardins</i>	<i>5.500 €</i>	<i>0,23%</i>	<i>-96,39%</i>
<i>Instalações Desportivas e Recreativas</i>	<i>12.000 €</i>	<i>0,50%</i>	<i>-90,08%</i>
<i>Cemitérios</i>	<i>5.000 €</i>	<i>0,21%</i>	<i>100,00%</i>
<i>Outros</i>	<i>16.500 €</i>	<i>0,68%</i>	<i>37,50%</i>
Melhoramentos Fundiários	1.000 €	0,04%	-98,99%
Material de Transporte	11.000 €	0,45%	-37,14%
Informática	99.500 €	4,11%	35,23%
Equipamento Administrativo	3.000 €	0,12%	50,00%
Equipamento Básico	144.004 €	5,95%	-23,93%
Equipamento. Básico - Outros Investimentos	140.526 €	5,81%	39,83%
Bens de Domínio Público	926.700 €	38,30%	54,99%
<i>Viadutos, arruamentos e obras complementares</i>	<i>700.500 €</i>	<i>28,95%</i>	<i>190,66%</i>
<i>Sistema de Drenagem de Águas Residuais</i>	<i>7.200 €</i>	<i>0,30%</i>	<i>-79,55%</i>
<i>Estação de Tratamento de Águas Residuais</i>	<i>0,00 €</i>	<i>0,00%</i>	<i>-100,00%</i>
<i>Parques e Jardins</i>	<i>67.000 €</i>	<i>2,77%</i>	<i>-72,71%</i>
<i>Captação e Distribuição de Água</i>	<i>500 €</i>	<i>0,02%</i>	<i>-90,00%</i>
<i>Viação Rural</i>	<i>8.500 €</i>	<i>0,35%</i>	<i>-70,69%</i>
<i>Outros</i>	<i>143.000 €</i>	<i>5,91%</i>	<i>1942,86%</i>
TOTAL	2.419.780 €	100,00%	-18,11%

Tabela 8: Investimento por classificação económica da despesa

Agregado o investimento por projetos, verificamos que cerca de **28,68%** da dotação prevista para o Plano Plurianual de Investimentos será aplicado ao nível da **Habitação** nomeadamente na **Construção, Reparação/Beneficiação e Aquisição** para os quais serão direcionados 26,22%, 1,26% e 1,20%, respetivamente, do investimento previsto.

No que respeita à classificação económica do investimento – **Bens do Domínio Público** prevê-se alocar para a rubrica um montante de **926.700€**, o que representa 38,30% sobre o valor total das despesas de capital, grande parte do valor previsto será distribuído pelas rubricas **Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares, Outros e Parques e Jardins**, com 28,95%, 5,91% e 2,77%, respetivamente.

Projetos mais relevantes - Plano Plurianual de Investimentos 2018



Relativamente aos projetos mais relevantes, ao nível do PPI para o ano 2018, não poderíamos de deixar uma nota explicativa sobre o valor do projeto de Edificação, Urbanização e Jardim da Quinta da Torre, em Vila Velha de Ródão, uma vez que no gráfico apenas consta o valor a imputar ao projeto no ano 2018. No entanto, o valor total estimado para a execução do mesmo importa em 1.883.054,97€, prevendo-se a conclusão do mesmo em 2019.

4. SITUAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO À DATA DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

No que respeita ao limite anual de endividamento por parte das autarquias locais, estas devem ter em conta o disposto no nº1 do artigo 52º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais). Estabelece esta lei que o limite da dívida total para cada município é apurado da seguinte forma, *em 31 de dezembro de cada ano, a dívida total do município não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.*

De referir ainda que, sempre que o município cumpra os limites previstos no nº1 do artigo 52º da referida lei, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, de acordo com o previsto na b) do nº3 do artigo 52º da lei nº73/2013.

A tabela 9 reflete a posição do município face ao endividamento, no 3º trimestre de 2017, verificando-se ainda que os limites legalmente definidos se encontram em cumprimento.

Limite da Dívida Total	Margem Absoluta	Margem Utilizável	Dívida Total 30/09/2017	Margem (5)= (1)-(4)	Margem Disponível para Utilizar
Art.º52 Lei 73/2013	1/1/2017	(3)=(2)x20%	(4)		
(1)	(2)	(3)		(5)	
9.987.418€	9.426.305€	1.885.261€	806.774€	9.180.644€	1.639.600€

Tabela 9: Situação do endividamento à data de elaboração do orçamento 13

De referir ainda que o Município não tem *pagamentos em atraso* nos termos da *Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso* e que o **prazo médio de pagamento a fornecedores** era, no terceiro trimestre de 2017, de **18 dias**, situação esta que muito nos satisfaz e que não poderíamos deixar de ressaltar, tendo em conta o panorama nacional no que a esta matéria diz respeito.

¹³ Para a elaboração da tabela foram utilizados os dados disponíveis no SIIAL (Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais)

5. ANÁLISE COMPARATIVA 2017/2018

Quando olhamos para o orçamento para 2018 verificamos que este sofreu um aumento ligeiro na ordem dos 2,36% (210.000€). Este aumento justifica-se pela variação positiva das rubricas *Impostos Diretos* e *Transferências Correntes* com respetivamente, 17,37%, 9,88%.



	2017	2018	Cresc.
<i>Receitas Correntes</i>	6.755.000€	7.415.000 €	9,77%
<i>Receitas de Capital</i>	2.135.000€	1.685.000 €	-21,08%
Total	8.890.000€	9.100.000 €	2,36%
<i>Despesas Correntes</i>	5.670.000€	6.310.000 €	11,29%
<i>Despesas de Capital</i>	3.220.000€	2.790.000 €	-13,35%
Total	8.890.000€	9.100.000 €	2,36%

Tabela 10: Previsão Orçamental

5.1. RECEITA

No que diz respeito à rubrica da **Receita**, na componente de **Receita Corrente** estima-se um aumento na ordem dos 9,77%, o que representa um montante de 660.000€. Esta variação positiva da receita corrente deve-se essencialmente aos aumentos registados nas rubricas *Impostos Diretos* e das *Transferências Correntes*.

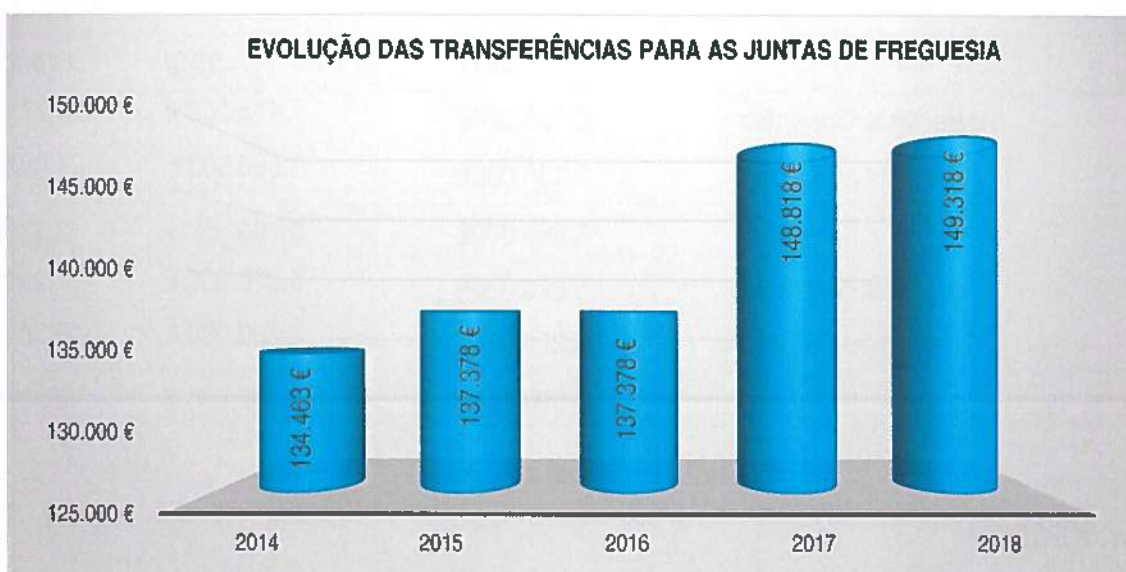
Em contrapartida, prevê-se um decréscimo nas rubricas *Outras Receitas Correntes* e *Rendimentos de Propriedade* com respetivamente, 7,71% e 4,29% ao nível da receita corrente.

No que concerne à **Receita de Capital** e quando comparado com o valor orçamentado para 2017, verifica-se uma diminuição na ordem dos 21,08%, a que lhe corresponde um montante 450.000€. Este aumento justifica-se em parte pela variação positiva da rubrica *Transferências de Capital*, na qual se prevê um crescimento de 39,44% quando comparado com o ano anterior. Esta diminuição justifica-se, essencialmente pela redução, em cerca de 21,51%, das transferências de capital.

5.2. DESPESA

Quando olhamos para o campo da **Despesa**, verificamos que a **Despesa Corrente** sofreu um acréscimo, na ordem dos 11,29% face ao ano anterior, tendo contribuído, essencialmente, para este acréscimo as variações positivas registadas nas rubricas *Transferências Correntes*, *Subsídios* e *Despesas com Pessoal*, com 19,47%, 12% e 11,46%, respetivamente.

O grupo das **Transferências Correntes**, registou um acréscimo de dotação na ordem dos 19,47%, tendo contribuído para este aumento as transferências para as *Famílias* (39,09%), *Outras Entidades* (22,92%), *Instituições sem Fins Lucrativos* (20,64%) e para as *Juntas de Freguesia* (0,34%).

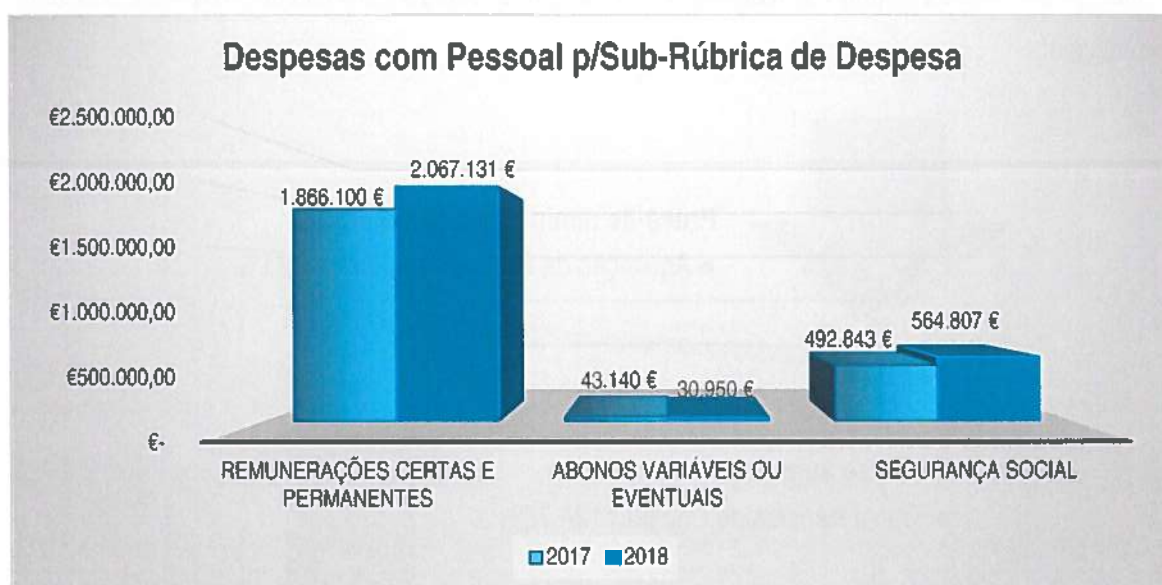


Da análise ao gráfico, referente às **Despesas com Pessoal**, verificamos que a despesa com esta rubrica sofreu um ligeiro acréscimo (0,41%) no período compreendido entre 2014 e 2015, em resultado do acréscimo com encargos com as contribuições do Município para com o regime de proteção social dos trabalhadores (CGA) e das prestações sociais de saúde, bem como a reposição dos valores da Opção Gestionária aos trabalhadores, processo que vinha a decorrer desde o ano 2013. No entanto, no período compreendido entre 2015 a 2017, registou-se um

decréscimo na ordem dos 3,36%, fruto da redução do pessoal ao serviço do município e das restrições, impostas pela administração central, no que concerne ao recrutamento de pessoal.

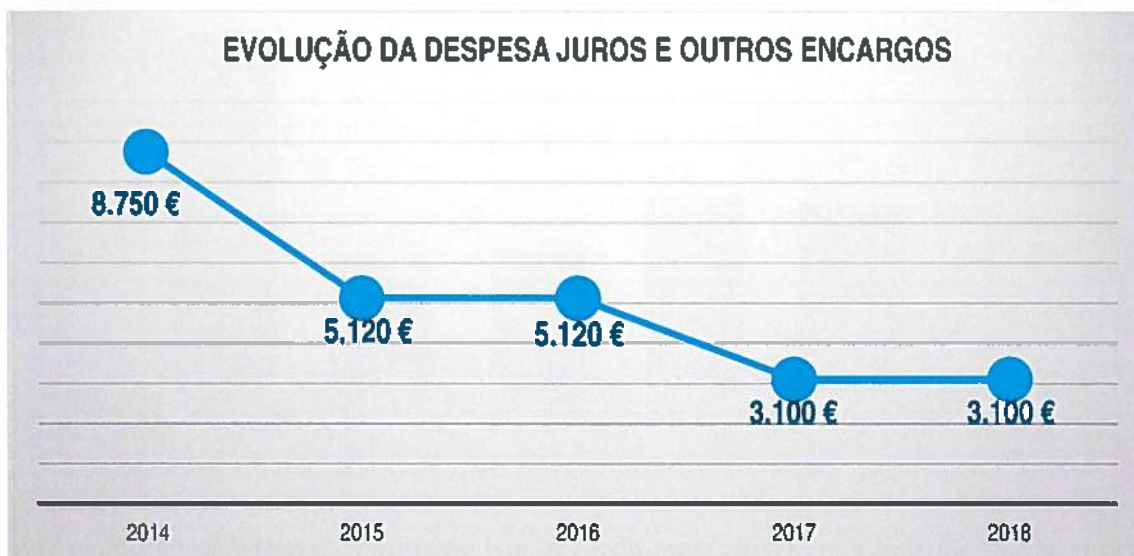


Para o ano de 2018, a rubrica *Despesas com Pessoal* regista um crescimento na ordem dos 11,46%. Este deve-se essencialmente à variação positiva da sub-rúbrica *Remunerações Certas e Permanentes*, na ordem dos 10,77%, sub-rúbrica esta que agrega as despesas com os vencimentos mensais, com os subsídios de férias, natal e de refeição, entre outras despesas e dos encargos com a Segurança Social, que regista um aumento ordem dos 14,60%, apenas a sub-rúbrica *Abonos Variáveis ou Eventuais* registou uma diminuição, esta foi de 28,26%.



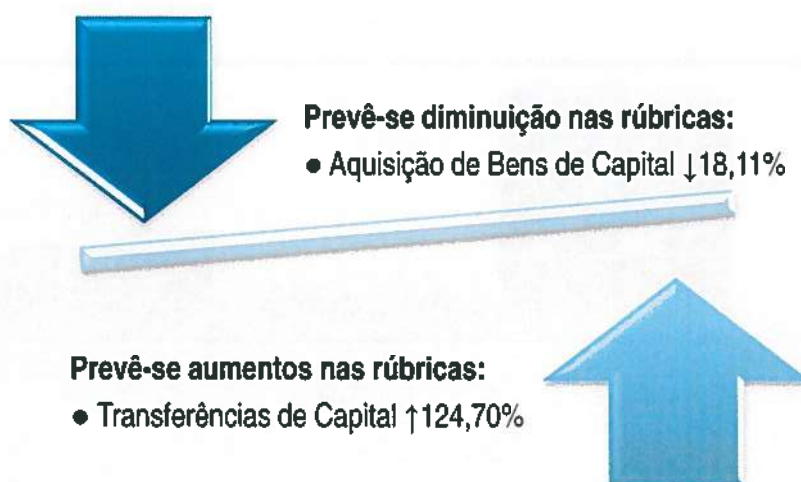
Ainda no campo das **Despesas Correntes**, a rubrica com *Juros e Outros Encargos* mantém-se inalterada, face ao ano anterior, dado que o valor existente em passivo financeiro é residual, não

tendo sido contraídos novos empréstimos, resultado de uma gestão responsável do erário público por parte do executivo municipal. O município pretende ainda dar continuidade a esta rota descendente que se tem vindo a registar, desde 2014, por forma a reduzir ainda mais os seus encargos com despesas desta natureza.



Já no que concerne à **Despesa de Capital**, verificou-se uma redução na ordem dos 13,35% em resultado da diminuição acentuada na rubrica *Aquisição de Bens de Capital*, em cerca de 18,11%.

No geral da rubrica, *Aquisição de Bens de Capital*, foram vários os fatores que contribuíram para a sua diminuição, entre eles a redução do investimento em instalações desportivas e recreativas, onde se encontrava inserido o investimento, já concluído, e que se prendia com o ginásio e piscina municipal.



Ao nível das Despesas de Capital na qual se insere a rubrica *Aquisição de Bens de Capital*, é possível verificar no gráfico que esta manteve uma rota ascendente desde 2014 a 2017. No

entanto para o ano 2018 prevê-se uma contração na ordem dos 18,11%, em valor absoluto esta redução representa 535.000€, face ao ano anterior.



A rubrica dos *Passivos Financeiros*, compreende as operações financeiras, de tesouraria e as de médio e longo prazo, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, de garantias. Esta rubrica não sofreu qualquer alteração face ao valor previsto no ano anterior.

5.3. EVOLUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL (PAM)

O Plano de Atividades Municipal registou uma rota descendente até ao ano de 2013, tendo-se no entanto conseguido inverter essa tendência a partir dos orçamentos previsionais, no período compreendido entre 2014 a 2016. No orçamento do ano anterior o PAM sofreu uma ligeira redução (5,7%) tendência que o executivo conseguiu já inverter na elaboração do orçamento previsual para 2018, prevendo-se um acréscimo significativo, na ordem dos 18,44%. Foi na rubrica das **Funções Sociais**, que se registou o maior contributo, na ordem dos 22,25%, face ao orçamento do ano anterior, a que lhe corresponde um montante de 338.210€. Esta variação positiva resulta no reforço das medidas, de âmbito social, que o executivo tem vindo a apostar desde que assumiu os destinos deste Concelho, entre elas encontram-se as áreas da *Segurança e Ação Social, Habitação e Serviços Coletivos e da Educação*.



6. RÁCIOS FINANCEIROS

RÁCIOS	2018	2017
<i>Impostos Diretos/Receitas Correntes</i>	19,04%	17,81%
<i>Transferências Correntes/Receitas Correntes</i>	68,19%	68,13%
<i>Receitas Correntes/Receitas Totais</i>	81,48%	75,98%
<i>Despesas de Pessoal/Receitas Correntes</i>	36,11%	35,56%
<i>FEF+FSM+IRS/Despesas Totais</i>	46,07%	45,18%
<i>Despesa Corrente/Receita Corrente</i>	85,10%	83,94%
<i>Despesas de Capital/Receitas de Capital</i>	165,58%	150,82%
<i>Despesas de Pessoal/Despesas Correntes</i>	42,43%	42,36%
<i>Despesas Correntes/Despesas Totais</i>	69,34%	63,78%
<i>Investimentos/Despesas de Capital</i>	93,51%	94,38%

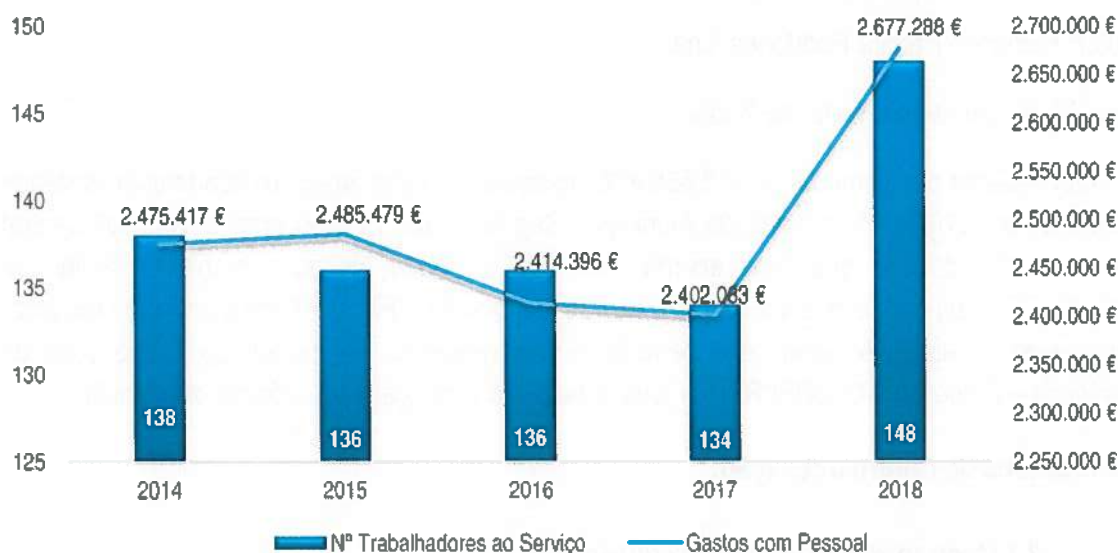
Tabela 11: Rácios Financeiros

7. MAPA DE PESSOAL 2018

Num quadro de gestão criteriosa e de respeito pelos recursos públicos, o Governo tomou a opção clara de reforçar a aposta em recursos humanos, encontrando-se previsto na proposta do OE2018 o início do processo de descongelamento de carreiras. Esta decisão virá reforçar práticas de gestão rigorosa e de motivação do pessoal.

No que diz respeito à contratação pública, a proposta do OE2018 prevê apenas o impedimento no recrutamento de trabalhadores para os municípios em situação de saneamento ou rutura. Mantendo uma política rigorosa na gestão dos recursos disponíveis, no ano de 2018 o Município propõe dotar-se dos recursos humanos necessários à prossecução do melhor serviço público e à promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população.

Evolução de Gastos com Pessoal e de Pessoal ao Serviço



Da análise ao mapa de pessoal do município, é possível verificar que, no período compreendido entre 2011 a 2017, estes sofreram uma diminuição de 17 trabalhadores, a que lhe corresponde uma redução na ordem dos 11,26%. Pelo exposto, urge agir no sentido de colmatar estas reduções, que têm implicações diretas na qualidade dos serviços prestados. Para suprir esta necessidade, estão previstos ocorrer processos de recrutamento de pessoal no ano 2018, razão pela qual se justifica o aumento dos custos com esta rubrica, em cerca de 11,46%.

Importa ainda referir que no total se prevê à contratação de 17 trabalhadores, entre eles assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores, sendo que desse número, 5 trabalhadores dizem respeito a uma candidatura, aprovada e inscrita em PAM, designada de *Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar*.

8. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do art.º 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o orçamento municipal deverá incluir, no relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, a identificação e descrição das responsabilidades contingentes.

Para tal, elencam-se as ações judiciais de natureza condenatória que podem vir a implicar o pagamento de quantidades pecuniárias, sendo que o único critério possível será o valor das respetivas ações, uma vez que as suas causas de pedir, constituem matéria controvertida ou, na sua falta, a percentagem de 50% do valor mínimo da coima aplicável em abstrato.

Descrição:

1- Processos Judiciais:

Processo 9/06.0 BELRS

Autor: Fernando Pereira Rodrigues, Lda.

Réu: Município de Vila Velha de Ródão

O autor reclama o pagamento de 113.655,47€, acrescido de juros legais, existindo uma sentença favorável em 21/09/2010 a favor do Município. Seguiu-se um recurso para o Tribunal Central Administrativo do Sul, que ditou acórdão favorável ao autor, sendo o montante devido de 213.709,73€, que não foi possível pagar uma vez que o autor – Firma – tinha a atividade fechada, tendo sido a mesma liquidada e encerrada, já não existindo. Foi instaurado a Execução da sentença – Processo 9/06.0BELRS-A e feita oposição à execução, aguardando-se decisão.

2-Processos de Contraordenação:

2.1-Contraordenação nº 00002.2015-DJUR.DCCO

Autor: Agência Portuguesa do Ambiente

Réu: Município de Vila Velha de Ródão

Contraordenação Ambiental-Depósito de águas residuais numa fossa, que transbordaram para o rio.

Está em causa uma coima variável entre 38.500.00€ e 70.000.00€ em caso de negligência, e entre 200.000.00€ e 2.500.000.00€ em caso de dolo. Foi feita defesa escrita, aguarda-se decisão.

2.2-Contraordenação nº 00003.2015-DJUR.DCCO

Autor: Agência Portuguesa do Ambiente

Réu: Município de Vila Velha de Ródão

Contraordenação Ambiental-Depósito de águas residuais numa fossa, que transbordaram para o rio

Está em causa uma coima variável entre 38.500.00€ e 70.000.00€ em caso de negligência, e entre 200.000.00€ e 2.500.000.00€ em caso de dolo. Foi feita defesa escrita e aguarda-se decisão.

2.3-Contraordenação n° 00161/2016-DJUR.DCCO

Autor: Agência Portuguesa do Ambiente

Réu: Município de Vila Velha de Ródão

Contraordenação Ambiental-Utilização de Recursos Hídricos sem título.

Está em causa uma coima variável entre 24.000.00€ a 144.000.00€ em caso de negligência, e entre 240.000.00€ a 5.000.000.00€ em caso de dolo. Foi feita defesa escrita, aguarda-se decisão.

2.4-Contraordenação n° 00399/207-DJUR.DCCO

Autor: Agência Portuguesa do Ambiente

Réu: Município de Vila Velha de Ródão

Contraordenação Ambiental- Depósito de águas residuais numa fossa, que transbordaram para o rio.

Está em causa uma coima variável entre 24.000.00€ a 144.000.00€ em caso de negligência, e entre 240.000.00€ a 5.000.000.00€ em caso de dolo. Foi feita defesa escrita, aguarda-se decisão.

2.5-Contraordenação n° 00371/2017-DJUR.DCCO

Autor: Agência Portuguesa do Ambiente

Réu: Município de Vila Velha de Ródão

Contraordenação Ambiental- Depósito de águas residuais numa fossa, que transbordaram para o rio.

Está em causa uma coima variável entre 24.000.00€ a 144.000.00€ em caso de negligência, e entre 240.000.00€ a 5.000.000.00€ em caso de dolo. Foi feita defesa escrita, aguarda-se decisão.

3-Reforma Vitalícia

A Câmara Municipal é responsável pelo pagamento de uma reforma vitalícia a Maria de Fátima Pires Silva, viúva de trabalhador José dos Santos Afonso, vítima de um acidente em serviço que motivou a sua morte, facto que originou a constituição da respetiva provisão atualmente com o valor de 135.214,21€, estimando-se para 2018 nova atualização correspondente a uma redução em cerca de 6.525€.

Documentos Previsionais

ANO ECONÓMICO DE 2018

Grandes Opções do Plano

Município de Vila Velha de Ródão
Câmara Municipal



EMPRESA	RESUMO DAS CRIANÇAS DEPENDENTES DO PLANO	DOÇÕES INICIAIS DO ANO 2018
MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RIBEIRO		

PÁGINA : 1

OBJETIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DISPENSE (PREVISÃO)							TOTAL PREVISÃO
		PREM. ANO 1-001-2017	PREM. PREV DE 001-2018	ANO EM CURSO (EMPENHAMENTO)			ANOS SEQUENTES				
				TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021	OUTROS	
1.	FUNÇÕES GERAIS	61.859,68		539.830,00	294.810,00	245.020,00	226.200,00	181.230,00	151.200,00		1.132.259,68
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	50.859,68		292.830,00	117.810,00	175.020,00	171.200,00	126.230,00	96.200,00		731.259,68
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	50.859,68		292.830,00	117.810,00	175.020,00	171.230,00	126.200,00	96.200,00		731.259,68
1.2.	SEGURANÇA E CIDADANIA PÚBLICA	35.000,00		247.000,00	177.000,00	70.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00		445.000,00
1.2.1.	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	35.000,00		247.000,00	177.000,00	70.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00		445.000,00
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	1.134.673,76		4.829.409,00	3.525.409,00	1.304.000,00	4.005.462,00	2.570.355,00	1.850.355,00		14.431.194,76
2.1.	EDUCAÇÃO	139.000,02		695.592,00	478.592,00	125.000,00	380.681,00	241.614,00	241.614,00		1.575.493,02
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	8.354,25		420.092,00	295.092,00	125.000,00	203.681,00	64.614,00	64.614,00		765.335,25
2.1.1.1.	ENSINO PRÉ-ESCOLAR	690,75		44.214,00	44.214,00		44.214,00	44.214,00	44.214,00		100.214,75
2.1.1.2.	ENSINO BÁSICO	7.663,50		375.878,00	250.878,00	125.000,00	159.467,00	19.700,00	19.700,00		500.985,50
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	99.645,77		121.500,00	183.500,00		177.000,00	177.000,00	177.000,00		214.254,77
2.1.2.1.	ENSINO PRÉ-ESCOLAR	41.177,77		42.000,00	42.000,00		42.000,00	42.000,00	42.500,00		209.177,77
2.1.2.2.	ENSINO BÁSICO	36.046,76		34.000,00	34.000,00		32.500,00	32.500,00	32.500,00		407.216,76
2.1.2.3.	ENSINO SUPERIOR	8.156,91		16.500,00	16.500,00		15.500,00	15.500,00	16.500,00		74.762,91
2.1.2.4.	ENSINO SECUNDÁRIO	12.663,31		30.000,00	30.000,00		25.000,00	25.000,00	25.000,00		118.563,31
2.1.2.5.	ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
2.3.	SEGURANÇA E APOIO SOCIAL	365.682,11		621.691,00	621.691,00		615.691,00	615.691,00	615.691,00		2.435.456,11
2.3.1.	SEGURANÇA SOCIAL	249.691,42		411.591,00	411.591,00		411.591,00	411.591,00	411.591,00		1.571.055,42
2.3.2.	APOIO SOCIAL	106.000,69		210.100,00	210.100,00		204.100,00	204.100,00	204.100,00		528.400,69
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS	443.453,43		1.035.176,00	1.535.176,00	1.179.000,00	2.703.500,00	1.421.500,00	741.500,00		8.335.128,43
2.4.1.	HABITAÇÃO			2.000,00	2.000,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00		8.000,00
2.4.2.	ORÇAMENTO DO TERRITÓRIO	65.701,30		1.524.476,00	1.109.476,00	515.000,00	1.562.500,00	661.500,00	217.500,00		4.657.677,30
2.4.3.	SANEAMENTO	70.636,62		525.200,00	105.200,00	420.000,00	275.000,00	81.000,00	61.000,00		1.030.936,62
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	245.015,31		323.000,00	323.000,00		322.000,00	322.000,00	322.000,00		1.535.315,31
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	55.074,69		105.000,00	105.000,00		105.000,00	105.000,00	105.000,00		476.074,69
2.4.6.	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO NATURAL	5.027,18		505.500,00	261.500,00	244.000,00	139.000,00	14.000,00	14.000,00		671.527,18
2.4.6.1.	HIGIENE PÚBLICA			5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.000,00
2.4.6.2.	REGULAMENTAÇÃO SANITÁRIA			250.500,00	45.500,00	244.000,00	36.000,00				340.500,00
2.4.6.3.	CEMITÉRIOS			5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.000,00
2.4.6.4.	PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO PAT. NATURAL	5.027,18		205.000,00	235.000,00		75.000,00	4.000,00	4.000,00		297.027,18
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	216.519,23		518.950,00	518.950,00		506.550,00	291.550,00	261.550,00		1.522.119,23
2.5.1.	CULTURA	112.961,09		326.900,00	326.900,00		249.000,00	234.000,00	234.000,00		1.156.567,09
2.5.2.	RECREIO, RECREIO E LAZER	121.852,14		191.050,00	191.050,00		57.550,00	57.550,00	57.550,00		467.552,14
2.5.3.	OUTRAS ATIVIDADES CÍVILIS E RELIGIOSAS			1.000,00	1.000,00						1.000,00
3.	FUNÇÕES ECONÔMICAS	1.705.345,24		1.655.853,00	1.327.353,00	328.550,00	943.700,00	1.188.700,00	538.700,00		6.532.290,24
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	25.037,79		155.495,00	56.599,00	99.500,00	47.050,00	47.050,00	47.050,00		321.742,79
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	259.919,10		400.300,00	400.000,00		230.000,00	235.000,00	235.000,00		1.435.519,10
3.2.1.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	259.919,10		232.000,00	232.000,00		232.000,00	232.000,00	232.000,00		1.197.919,10
3.2.2.	CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES			168.000,00	168.000,00		48.000,00	3.000,00	3.000,00		222.000,00
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	327.259,45		509.000,00	319.000,00	230.000,00	310.000,00	615.000,00	15.000,00		1.872.259,45
3.3.1.	TRANSPORTES RODoviÁRIOS	327.259,45		509.000,00	319.000,00	230.000,00	310.000,00	615.000,00	15.000,00		1.872.259,45
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	556.896,85		261.704,00	261.704,00		81.000,00	56.000,00	36.000,00		1.493.520,85
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	1.161,00		7.000,00	7.000,00		7.000,00	7.000,00	7.000,00		28.161,00
3.4.2.	TURISMO	955.725,85		256.704,00	256.704,00		74.000,00	56.000,00	29.000,00		1.374.429,85
3.5.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÔMICAS	141.140,20		227.650,00	227.650,00		225.650,00	225.650,00	225.650,00		1.045.740,20
4.	OUTRAS FUNÇÕES	261.664,48		337.438,00	337.438,00	266.682,89	266.843,84	289.547,45	7.583,21		1.542.779,87
	A TRANSPORTES ...	2.324.378,45		7.025.052,00	5.147.562,00	1.877.500,00	5.176.302,00	3.940.255,00	2.590.255,00		21.666.752,45

ENTIDADE MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE NOVO	RESUMO DAS CÂMBIAS ORÇÁRIAS DO PLANO	ORÇAMENTOS INTÉGRAIS DO ANO 2019
---	--------------------------------------	-------------------------------------

Página : 2

OBJETIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISÃO
				ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE				
		PACAM. ANO 1-JAN-2017	PACAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021	OUTROS	
	A TRANSPORTAR ...	2.924.878,23		7.025.062,00	5.147.562,00	1.877.500,00	5.176.302,00	3.940.255,00	2.680.255,00		21.666.752,23
4.1.	OPERAÇÕES DA DEVIDA AFRAFRONICA	125.156,17		130.600,00	130.600,00		67.314,89	67.505,84	10.311,15	7.503,21	408.421,56
4.2.	TRANSFERENCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	111.499,31		153.318,00	153.318,00		149.318,00	149.318,00	149.318,00		712.770,31
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	25.010,00		53.520,00	53.520,00		50.020,00	50.020,00	50.018,00		228.588,00
	TOTAL GERAL ...	3.166.543,16		7.362.500,00	5.485.000,00	1.877.500,00	5.442.934,89	4.207.098,84	2.889.582,15	7.503,21	23.016.532,55

Handwritten signatures and initials:
 B. Dias
 H. U. e F.

Página 45

by *Handwritten* *Handwritten* *Handwritten*

CLASSIFIC.	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ORÇAMENTARIA	CÓDIGO ANEXO/PROJETO/ATIVIDADE	FUNÇÃO	PROGRAMA	SUBPROGRAMA	ELEMENTOS DE DESPESA	MODALIDADE DE CAPITALIZAÇÃO	ANEXO	PROJETO	ATIVIDADE	PERÍODO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (R\$)						TOTAL DESPESAS		
											INÍCIO	FIM	ANO DE DESPESA (FUNDEB/PROJETO)			ANOS SEQUENTES					
													1-01-2017	1-01-2018	1-01-2019	2017	2018	2019		OUTROS	
A TRANSFERÊNCIAS ...												92.183,93		930.692,00	442.560,00	370.400,00	473.960,00	245.181,00	215.004,00		1.193.184,93
2.1.1.2.	0002/0005/0002	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERMIO DE CURSOS AO PROCESSO ESCOLAR VTO-FIN															
2.1.1.2.	0002/0005	02	2017	03		PLANO INTEGRADO E INTERM															

3210
3211
3212
3213
3214
3215
3216
3217
3218
3219
3220
3221
3222
3223
3224
3225
3226
3227
3228
3229
3230
3231
3232
3233
3234
3235
3236
3237
3238
3239
3240
3241
3242
3243
3244
3245
3246
3247
3248
3249
3250
3251
3252
3253
3254
3255
3256
3257
3258
3259
3260
3261
3262
3263
3264
3265
3266
3267
3268
3269
3270
3271
3272
3273
3274
3275
3276
3277
3278
3279
3280
3281
3282
3283
3284
3285
3286
3287
3288
3289
3290
3291
3292
3293
3294
3295
3296
3297
3298
3299
3300
3301
3302
3303
3304
3305
3306
3307
3308
3309
3310
3311
3312
3313
3314
3315
3316
3317
3318
3319
3320
3321
3322
3323
3324
3325
3326
3327
3328
3329
3330
3331
3332
3333
3334
3335
3336
3337
3338
3339
3340
3341
3342
3343
3344
3345
3346
3347
3348
3349
3350
3351
3352
3353
3354
3355
3356
3357
3358
3359
3360
3361
3362
3363
3364
3365
3366
3367
3368
3369
3370
3371
3372
3373
3374
3375
3376
3377
3378
3379
3380
3381
3382
3383
3384
3385
3386
3387
3388
3389
3390
3391
3392
3393
3394
3395
3396
3397
3398
3399
3400
3401
3402
3403
3404
3405
3406
3407
3408
3409
3410
3411
3412
3413
3414
3415
3416
3417
3418
3419
3420
3421
3422
3423
3424
3425
3426
3427
3428
3429
3430
3431
3432
3433
3434
3435
3436
3437
3438
3439
3440
3441
3442
3443
3444
3445
3446
3447
3448
3449
3450
3451
3452
3453
3454
3455
3456
3457
3458
3459
3460
3461
3462
3463
3464
3465
3466
3467
3468
3469
3470
3471
3472
3473
3474
3475
3476
3477
3478
3479
3480
3481
3482
3483
3484
3485
3486
3487
3488
3489
3490
3491
3492
3493
3494
3495
3496
3497
3498
3499
3500
3501
3502
3503
3504
3505
3506
3507
3508
3509
3510
3511
3512
3513
3514
3515
3516
3517
3518
3519
3520
3521
3522
3523
3524
3525
3526
3527
3528
3529
3530
3531
3532
3533
3534
3535
3536
3537
3538
3539
3540
3541
3542
3543
3544
3545
3546
3547
3548
3549
3550
3551
3552
3553
3554
3555
3556
3557
3558
3559
3560
3561
3562
3563
3564
3565
3566
3567
3568
3569
3570
3571
3572
3573
3574
3575
3576
3577
3578
3579
3580
3581
3582
3583
3584
3585
3586
3587
3588
3589
3590
3591
3592
3593
3594
3595
3596
3597
3598
3599
3600
3601
3602
3603
3604
3605
3606
3607
3608
3609
3610
3611
3612
3613
3614
3615
3616
3617
3618
3619
3620
3621
3622
3623
3624
3625
3626
3627
3628
3629
3630
3631
3632
3633
3634
3635
3636
3637
3638
3639
3640
3641
3642
3643
3644
3645
3646
3647
3648
3649
3650
3651
3652
3653
3654
3655
3656
3657
3658
3659
3660
3661
3662
3663
3664
3665
3666
3667
3668
3669
3670
3671
3672
3673
3674
3675
3676
3677
3678
3679
3680
3681
3682
3683
3684
3685
3686
3687
3688
3689
3690
3691
3692
3693
3694
3695
3696
3697
3698
3699
3700
3701
3702
3703
3704
3705
3706
3707
3708
3709
3710
3711
3712
3713
3714
3715
3716
3717
3718
3719
3720
3721
3722
3723
3724
3725
3726
3727
3728
3729
3730
3731
3732
3733
3734
3735
3736
3737
3738
3739
3740
3741
3742
3743
3744
3745
3746
3747
3748
3749
3750
3751
3752
3753
3754
3755
3756
3757
3758
3759
3760
3761
3762
3763
3764
3765
3766
3767
3768
3769
3770
3771
3772
3773
3774
3775
3776
3777
3778
3779
3780
3781
3782
3783
3784
3785
3786
3787
3788
3789
3790
3791
3792
3793
3794
3795
3796
3797
3798
3799
3800
3801
3802
3803
3804
3805
3806
3807
3808
3809
3810
3811
3812
3813
3814
3815
3816
3817
3818
3819
3820
3821
3822
3823
3824
3825
3826
3827
3828
3829
3830
3831
3832
3833
3834
3835
3836
3837
3838
3839
3840
3841
3842
3843
3844
3845
3846
3847
3848
3849
3850
3851
3852
3853
3854
3855
3856
3857
3858
3859
3860
3861
3862
3863
3864
3865
3866
3867
3868
3869
3870
3871
3872
3873
3874
3875
3876
3877
3878
3879
3880
3881
3882
3883
3884
3885
3886
3887
3888
3889
3890
3891
38

EMPRESA DEPARTAMENTO DE VILA VELHA DE RIBEIRO	GRUPO DE EMPRESAS DO RJ	CONTAS ANUAIS DO RJO 2014
---	--------------------------------	--------------------------------------

Página: 6

CATEGORIA	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANEXO/ITEM DO RJO	DESCRIÇÃO	TIPO DE INVESTIMENTO	FORMA DE FINANCIAMENTO			RECURSOS	CUSTO	RECURSOS		RECURSOS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISÃO	
					AC	PA	PC			CUSTO	VALOR	ANO DE CUSTO (FINANCIAMENTO)			ANOS CREDITOS				
												2013	2014	2015	2016	2017	2018		
A TRANSFERÊNCIA ...										190.705,81		1.159.322,00	709.322,00	309.000,00	609.330,00	609.330,00	609.330,00	2.792.706,81	
2.1.1.		02	2102.01.11	CATIA CEMAS DE APOSENTADORIA/SEGURANÇA SOCIAL	OUTRA					255.055,14		409.463,00			409.463,00	409.463,00	409.463,00	1.072.033,14	
2.1.1.	0102/01030201	02	2102.01.11	CATIA CEMAS DE APOSENTADORIA/SEGURANÇA SOCIAL									211.570,00						
2.1.1.	0102/01030202	02	2102.01.11	CATIA CEMAS DE APOSENTADORIA/SEGURANÇA SOCIAL									122.530,00						
2.1.2.		04	2102.01.13	AGENCIAS DAS EMPRESAS DE LOGRAD	OUTRA					106.004,51		209.100,00	209.100,00	209.100,00	209.100,00	209.100,00	209.100,00	828.004,51	
2.1.2.	0102/010415	04	2102.01.13	AGENCIAS DAS EMPRESAS DE LOGRAD									6.000,00					6.000,00	
2.1.2.	0102/010415	04	2102.01.13	AGENCIAS DAS EMPRESAS DE LOGRAD									3.000,00						
2.1.2.	0102/010401	01	2102.01.13	AGENCIAS DAS EMPRESAS DE LOGRAD									500,00						
2.1.2.	0102/010410	01	2102.01.13	AGENCIAS DAS EMPRESAS DE LOGRAD									2.000,00						
2.1.2.	0102/010425	01	2102.01.13	AGENCIAS DAS EMPRESAS DE LOGRAD									500,00						
2.1.2.		01	2104.01.1	DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DE JOVENS E FAMILIAS	OUTRA					14.537,59		164.100,00			164.100,00	164.100,00	164.100,00	749.932,59	
2.1.2.	0102/010410	01	2104.01.1	DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DE JOVENS E FAMILIAS									7.500,00						
2.1.2.	0102/010401	01	2104.01.1	DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DE JOVENS E FAMILIAS									96.600,00						
2.1.2.	0102/010401	01	2104.01.1	DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DE JOVENS E FAMILIAS									60.000,00						
2.1.2.	0102/010402	02	2104.01.2	DESENVOLVIMENTO DE APOIO A ENTIDADES SOCIAIS E ASSOCIATIVAS	OUTRA					942,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	49.942,00	
2.1.2.	0102/010701	01	2107.1.0	TRANSF. PARA DISTRIÇÕES DE APOIO A ENTIDADES SOCIAIS E ASSOCIATIVAS	OUTRA							5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00	
2.1.2.	0102/010102	02	2107.1.5	APOIO A FORTALECIMENTO DE JOVENS E FAMILIAS	OUTRA					20.500,00		25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	120.500,00	
2.4.				CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA						403.033,00		3.005.176,00	1.916.176,00	1.179.000,00	2.769.500,00	1.021.500,00	741.500,00	8.385.125,00	
2.4.1.				CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA								2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	
2.4.1.		01	2102	PROPOSTA DE VILA VELHA DE RIBEIRO								2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00	
2.4.1.	0102	2102.1.125	2102.1.125	AGÊNCIAS DE TERCEIROS DAS EMPRESAS	OUTRA							2.000,00			2.000,00	2.000,00	2.000,00	1.000,00	
2.4.1.	0102/010401	0102	2102.1.125	AGÊNCIAS DE TERCEIROS DAS EMPRESAS									1.000,00						
2.4.1.	0102/010402	0102	2102.1.125	AGÊNCIAS DE TERCEIROS DAS EMPRESAS									1.000,00						
2.4.2.				CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA						65.700,30		1.024.000,00	1.002.000,00	525.000,00	1.002.500,00	897.500,00	217.500,00	4.687.000,30	
2.4.2.		01	2104.1.2	REQUALIFICAÇÃO URBANA NA PERIFERIA DE FORTALEZA	OUTRA							3.000,00			49.000,00	49.000,00	49.000,00	123.000,00	
2.4.2.	0102/010101	01	2104.1.2	REQUALIFICAÇÃO URBANA NA PERIFERIA DE FORTALEZA									1.000,00						
2.4.2.	0102/010102	01	2104.1.2	REQUALIFICAÇÃO URBANA NA PERIFERIA DE FORTALEZA									1.000,00						
2.4.2.	0102/010103	01	2104.1.2	REQUALIFICAÇÃO URBANA NA PERIFERIA DE FORTALEZA									1.000,00						
A TRANSFERÊNCIA ...										558.540,81		1.170.002,00	1.029.002,00	500.000,00	1.261.552,00	1.008.505,00	1.059.505,00	5.728.265,81	

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

ENTIDADE MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE MATO	ORÇÃO ANUAL DE 2018	ORÇAMENTOS ANUAIS DO ANO 2018
--	----------------------------	--------------------------------------

Página : 2

FUNÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ORÇAMENTARIA	CÓDIGO/ANO/PLANO/PROG./FUN./ITEM	DESCRIÇÃO	NOME DO EMPREENHAMENTO	NOME DO RESPONSÁVEL	DATA INÍCIO	DATA FIM	VALOR		DESCRIÇÃO DO EMPREENHAMENTO (DESCRIÇÃO)						TOTAL		
								ANUAL 2017	TOTAL 2017	ANO DE CESSA (INVESTIMENTO)			ANOS SEGUINTE					
										TOTAL	2018	2019	2020	2021	OUTROS			
A TRANSFERIR ...								550.568,00		1.700.000,00	1.400.000,00	300.000,00	1.200.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00		5.726.265,11	
2.4.2.		02	2014/11/3	REQUALIFICAÇÃO CENÁRIO NA PRAIA DE FERRAS	OUTRA	100,0	2014/01/01	2014/12/31			3.000,00			40.000,00	40.000,00	40.000,00		122.100,00
2.4.2.	0102/000101	02	2014/11/3	REQUALIFICAÇÃO CENÁRIO NA PRAIA DE FERRAS								1.000,00						
2.4.2.	0102/000101	02	2014/11/3	REQUALIFICAÇÃO CENÁRIO NA PRAIA DE FERRAS								1.000,00						
2.4.2.	0102/000101	02	2014/11/3	REQUALIFICAÇÃO CENÁRIO NA PRAIA DE FERRAS								1.000,00						
2.4.2.	0102/000101	03	2014/11/4	REQUALIFICAÇÃO CENÁRIO NA PRAIA DE SOMBAS DE FERRAS	OUTRA	100,0	2014/01/01	2014/12/31	1.000,00		15.000,00			40.000,00	40.000,00	40.000,00		143.000,00
2.4.2.	0102/000101	03	2014/11/4	REQUALIFICAÇÃO CENÁRIO NA PRAIA DE SOMBAS DE FERRAS								4.000,00						
2.4.2.	0102/000101	03	2014/11/4	REQUALIFICAÇÃO CENÁRIO NA PRAIA DE SOMBAS DE FERRAS								10.000,00						
2.4.2.	0102/000101	03	2014/11/4	REQUALIFICAÇÃO CENÁRIO NA PRAIA DE SOMBAS DE FERRAS								1.000,00						
2.4.2.		04	2014/11/3	REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES DO CANTO DAS PESQUEIRAS	ENTRETERENHO	100,0	2014/01/01	2014/12/31			1.000,00							4.000,00
2.4.2.	0102/000101	04	2014/11/3	REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES DO CANTO DAS PESQUEIRAS								1.000,00						
2.4.2.	0102/000101	04	2014/11/3	REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES DO CANTO DAS PESQUEIRAS								1.000,00						
2.4.2.	0102/000101	04	2014/11/3	REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES DO CANTO DAS PESQUEIRAS								2.000,00						
2.4.2.		02	2015/1/3	TRANSLAÇÃO ENTRADA NORTE DA VILA	ENTRETERENHO	100,0	2015/01/01	2015/12/31	24.120,30		0.500,00			205.000,00	500.000,00			813.620,30
2.4.2.	0102/000101	02	2015/1/3	TRANSLAÇÃO ENTRADA NORTE DA VILA								1.000,00						
2.4.2.	0102/000101	02	2015/1/3	TRANSLAÇÃO ENTRADA NORTE DA VILA								1.000,00						
2.4.2.	0102/000101	02	2015/1/3	TRANSLAÇÃO ENTRADA NORTE DA VILA								5.500,00						
2.4.2.	0102/000101	02	2015/1/3	TRANSLAÇÃO ENTRADA NORTE DA VILA								1.000,00						
2.4.2.	0102/000101	04	2016/1/1	PLANOS NAVEGAÇÃO/REVISÃO	OUTRA	100,0	2016/01/01	2016/12/31			7.500,00			7.500,00	7.500,00	7.500,00		38.000,00
2.4.2.		02	2016/1/2	REABILITAÇÃO DE BANCOS EM VILA	ENTRETERENHO	100,0	2016/01/01	2016/12/31	35.573,00		22.000,00			40.000,00	40.000,00	40.000,00		176.173,00
2.4.2.	0102/000101	02	2016/1/2	REABILITAÇÃO DE BANCOS EM VILA								1.000,00						
2.4.2.	0102/000101	02	2016/1/2	REABILITAÇÃO DE BANCOS EM VILA								12.000,00						
2.4.2.	0102/000101	02	2016/1/2	REABILITAÇÃO DE BANCOS EM VILA								6.000,00						
2.4.2.		03	2016/1/3	OBRA DE REABILITAÇÃO CENÁRIO EM VILA	ENTRETERENHO	100,0	2016/01/01	2016/12/31			48.306,00			50.000,00	50.000,00	50.000,00		158.306,00
A TRANSFERIR ...								624.262,11		1.071.050,00	1.460.000,00	300.000,00	1.500.000,00	1.120.000,00	1.120.000,00		7.216.313,11	

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

INDEX

- Página 60
- Handwritten notes:
- L
 - A
 - C
 - Bis
 - Handwritten signature

En _____ de _____

En _____ de _____

Buenas
H. U.
Brenda

Documentos Previsionais

ANO ECONÓMICO DE 2018

Plano Plurianual de Investimentos

Município de Vila Velha de Ródão
Câmara Municipal



ENTIDADES MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RIAN	RESUMO DO PLANO FINANCEIRO DE INVESTIMENTOS	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018
---	--	--------------------------------------

PÁGINA : 1

OBJETIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISITO
				ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
		PACEM. ATÉ 1-OUT-2017	PACEM. FAVZ DE OUT-052	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021	OUTROS	
1.	FUNÇÕES GERAIS	38.584,68		456.800,00	212.800,00	245.000,00	143.200,00	99.200,00	69.200,00		804.904,68
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	38.584,68		264.800,00	89.800,00	175.000,00	143.200,00	99.200,00	69.200,00		612.584,68
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	38.584,68		264.800,00	89.800,00	175.000,00	143.200,00	99.200,00	69.200,00		612.584,68
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA			192.000,00	122.000,00	70.000,00					192.000,00
1.2.1.	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS			192.000,00	122.000,00	70.000,00					192.000,00
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	154.295,70		2.854.976,00	1.666.976,00	1.188.000,00	2.370.400,00	1.053.500,00	373.500,00		6.006.671,70
2.1.	EDUCAÇÃO	1.660,50		162.300,00	37.300,00	125.000,00	27.400,00	7.500,00	7.500,00		206.369,50
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	1.660,50		162.300,00	37.300,00	125.000,00	27.400,00	7.500,00	7.500,00		206.369,50
2.1.1.1.	ENSINO PRÉ-ESCOLAR			3.000,00	1.000,00		3.000,00	3.000,00	3.000,00		12.000,00
2.1.1.2.	ENSINO BÁSICO	1.660,50		159.300,00	36.300,00	125.000,00	24.400,00	4.500,00	4.500,00		194.369,50
2.3.	SAÚDE E AÇÃO SOCIAL	20.500,00		30.000,00	30.000,00		30.000,00	30.000,00	30.000,00		140.500,00
2.3.2.	AÇÃO SOCIAL	20.500,00		30.000,00	30.000,00		30.000,00	30.000,00	30.000,00		140.500,00
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS	120.622,24		2.476.676,00	1.413.676,00	1.063.000,00	2.226.000,00	941.000,00	264.000,00		6.031.258,24
2.4.1.	HABITAÇÃO			2.000,00	2.000,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00		8.000,00
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	65.701,30		1.624.476,00	1.109.476,00	515.000,00	1.862.500,00	897.500,00	217.500,00		4.667.671,30
2.4.3.	SANEAMENTO	20.778,66		415.200,00	25.200,00	420.000,00	193.000,00	1.000,00	1.000,00		669.978,66
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	24.489,70		19.000,00	19.000,00		18.000,00	18.000,00	18.000,00		97.489,70
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	4.624,80		11.500,00	11.500,00		11.500,00	11.500,00	11.500,00		50.624,80
2.4.6.	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERV. NATUREZA	5.027,78		374.500,00	246.500,00	128.000,00	139.000,00	14.000,00	14.000,00		516.527,78
2.4.6.1.	HIGIENE PÚBLICA			5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.000,00
2.4.6.2.	FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA			159.500,00	31.500,00	128.000,00	50.000,00				209.500,00
2.4.6.3.	CEMITÉRIOS			5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.000,00
2.4.6.4.	PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO PAT. NATURAL	5.027,78		205.000,00	205.000,00		19.000,00	4.000,00	4.000,00		297.027,78
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	11.512,96		106.000,00	106.000,00		87.000,00	72.000,00	72.000,00		428.512,96
2.5.1.	CULTURA	6.957,13		109.000,00	109.000,00		74.000,00	59.000,00	59.000,00		307.957,13
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	4.555,83		76.000,00	76.000,00		13.000,00	13.000,00	13.000,00		119.555,83
2.5.3.	OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS			1.000,00	1.000,00						1.000,00
3.	FUNÇÕES ECONÔMICAS	1.386.921,52		1.054.700,00	726.204,00	328.500,00	378.000,00	628.000,00	28.000,00		3.475.625,52
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA			100.500,00	2.000,00	98.500,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		103.500,00
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	113.296,37		170.000,00	170.000,00		50.000,00	5.000,00	5.000,00		343.296,37
3.2.1.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	113.296,37		2.000,00	2.000,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00		121.296,37
3.2.2.	CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E MODERNIZ. PARQ. INDUSTRIAIS			168.000,00	168.000,00		48.000,00	3.000,00	3.000,00		222.000,00
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	323.299,16		609.000,00	319.000,00	230.000,00	310.000,00	615.000,00	15.000,00		1.872.299,16
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	323.299,16		609.000,00	319.000,00	230.000,00	310.000,00	615.000,00	15.000,00		1.872.299,16
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	950.325,69		173.204,00	173.204,00		17.000,00	7.000,00	7.000,00		1.154.529,69
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
3.4.2.	TURISMO	950.325,69		172.204,00	172.204,00		16.000,00	6.000,00	6.000,00		1.150.529,69
3.5.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÔMICAS			2.000,00	2.000,00						2.000,00
4.	OUTRAS FUNÇÕES	149.012,02		105.020,00	105.020,00		114.284,89	114.425,00	57.229,45	7.503,21	627.456,21
4.1.	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTARQUICA	124.002,02		127.500,00	127.500,00		64.244,89	64.405,81	7.211,45	7.503,21	394.863,21
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES			4.000,00	4.000,00						4.000,00
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	25.010,00		53.520,00	53.520,00		50.020,00	50.020,00	50.018,00		228.538,00
TOTAL GERAL ...		1.728.814,72		4.551.500,00	2.799.000,00	1.761.500,00	3.005.664,89	1.891.125,81	526.529,45	7.503,21	11.714.739,11

Handwritten signature and initials

CATEGORIA	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ORÇAMENTARIA	CÓDIGO (ANO/UNIDADE)	DESCRIÇÃO	FUNÇÃO	FORMA DE FINANCIAMENTO	FORMA DE FINANCIAMENTO		USUÁRIO	DATA INÍCIO	DATA FIM	VALORES		DESCRIÇÃO DE INVESTIMENTO (DESCRIÇÃO)						TOTAL INVESTIDO		
						AC	AR				RC	VALOR 1-01-2011	VALOR 01-01-2012	ANO EM CURSO (DESCRIÇÃO)			ANOS SEQUENTES			OUTROS	
														TOTAL	DETERMINADO	NÃO DETERMINADO	2013	2014			2015
1.			PROJETOS ESPECIAIS								30.500,00		455.400,00	210.000,00	245.000,00	143.200,00	50.200,00	60.200,00	884.500,00		
1.1.			SERVIÇOS ESPECIAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA								30.500,00		245.000,00	20.000,00	175.000,00	143.200,00	50.200,00	60.200,00	872.500,00		
1.1.1.			ADMINISTRAÇÃO GERAL								30.500,00		245.000,00	20.000,00	175.000,00	143.200,00	50.200,00	60.200,00	872.500,00		
1.1.1.1.		02	2002.2	0000	OUTRA			02	2002/01/01	2011/12/31	13.303,47		42.000,00			42.000,00	42.000,00	42.000,00	131.303,47		
1.1.1.1.1.		0102/00000002	02	2002.2										1.000,00							
1.1.1.1.1.1.		0102/00000001	02	2002.2										12.500,00							
1.1.1.1.1.1.1.		0102/00000000	02	2002.2										10.500,00							
1.1.1.1.1.1.1.1.		0102/00000000	02	2002.2										2.000,00							
1.1.1.1.1.1.1.1.1.		0102/00000000	02	2002.2										0.500,00							
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.		0102/00000000	02	2002.2										1.000,00							
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.		0102/00000000	02	2002.2										6.500,00							
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.		0102/00000000	03	2002.3	0000	OUTRA			03	2002/01/01	2011/12/31	21.000,00		26.000,00			21.000,00	21.000,00	21.000,00	108.000,00	
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.		0102/00000000	03	2002.3										5.000,00							
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.		0102/00000000	03	2002.3										1.000,00							
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.		0102/00000000	03	2002.3										20.000,00							
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.		0102/00000000	25	2005.19	0000	OUTRA			01	2005/01/01	2011/12/31			3.000,00	3.000,00		3.000,00	3.000,00	12.000,00		
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.		0102/00000000	03	2003.01	0000	OUTRA			03	2003/01/01	2011/12/31			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	4.000,00		
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.		0102/00000000	03	2004.0	0000	OUTRA			02	2004/01/01	2011/12/31	6.000,45		1.500,00					5.500,45		
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.		0102/00000000	03	2004.0										500,00							
1.		0102/00000000	03	2004.0										500,00							
1.		0102/00000000	03	2004.0										500,00							
1.		0102/00000000	03	2005.0										5.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	105.000,00		
1.		0102/00000000	03	2007.0				02	2007/01/01	2011/12/31			1.000,00			1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.400,00		
A TRANSFERIR ...											30.400,00		164.300,00	20.500,00	25.400,00	93.200,00	50.200,00	61.200,00	482.700,00		

Handwritten signature and initials.

ENTIDADES		PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										CONTAS INICIAIS DO ANO 2010	
MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE NOVA												PÁGINA : 1	

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO FUNDAÇÃO	CÓDIGO PROJETO	DESCRIÇÃO	FONTE DE RECURSOS	FONTE DE FINANCIAMENTO			ANOS	RECURSOS		DESCRIÇÃO DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISÃO			
						AC	AR	PR		INÍCIO	FIM	FONTE. ANO 1-2017	FONTE. PRET 2018-2023	ANO EM CURSO (PREVISÃO)			ANOS SEQUENTES			OUTRAS	
														2017	2018	2019	2020		2021		2022
A TRANSFERIR ...												40.245,11		509.300,40	216.320,40	370.110,10	150.700,10	105.710,40	75.710,40		561.545,10
2.1.1.2.	0002/000007	02	2002-24	AMPLIAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DO ENSINO BÁSICO										500,00							
2.1.1.2.	0002/000008	02	2002-24	AMPLIAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DO ENSINO BÁSICO										500,00							
2.1.1.2.	0002/000102	02	2002-24	AMPLIAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DO ENSINO BÁSICO										1.000,00							
2.1.1.2.	0002/000105	02	2002-24	AMPLIAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DO ENSINO BÁSICO										1.600,40							
2.1.1.2.		03	2002-24	PLANO INTERMIO E INTERMIO DE CÔRTELE AO INTERMIO ESCOLAR VIL-PII	OUTRA	15.00	05.00	01	2002/00/24	2002/12/31	2009/12/31			29.000,00			19.000,00			48.000,00	
2.1.1.2.	0002/000107	03	2002-24	PLANO INTERMIO E INTERMIO DE CÔRTELE AO INTERMIO ESCOLAR VIL-PII										12.000,00							
2.1.1.2.	0002/000108	03	2002-24	PLANO INTERMIO E INTERMIO DE CÔRTELE AO INTERMIO ESCOLAR VIL-PII										9.000,00							
2.1.1.2.	0002/0001102	03	2002-24	PLANO INTERMIO E INTERMIO DE CÔRTELE AO INTERMIO ESCOLAR VIL-PII										1.000,00							
2.3.				SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL								20.500,00		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00		180.500,00	
2.3.2.				AÇÃO SOCIAL								20.500,00		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00		180.500,00	
2.3.2.	0002/000101	01	2002-04	TRABALHO DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS	OUTRA	100.00		00	2002/00/01	2002/12/31	2003/12/31			5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.000,00	
2.3.2.	0002/000102	02	2002-05	TRABALHO DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS	OUTRA	100.00		00	2002/00/02	2002/12/31	2003/12/31			25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00		100.000,00	
2.4.				DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS COMUNITÁRIOS								120.022,00		2.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	2.220.000,00	900.000,00	200.000,00	6.000.200,00	
2.4.1.				DESENVOLVIMENTO										2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00		8.000,00	
2.4.1.	0002/000101	01	2002	DESENVOLVIMENTO DE VILA VELHA DE NOVA										2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00		8.000,00	
2.4.1.	0002/000102	02	2002-125	DESENVOLVIMENTO DE TERCEIROS NAS PROPOSTAS	OUTRA	100.00		00	2002/00/02	2002/12/31	2003/12/31			2.000,00			2.000,00			2.000,00	
2.4.1.	0002/000103	03	2002-125	DESENVOLVIMENTO DE TERCEIROS NAS PROPOSTAS											1.000,00					1.000,00	
2.4.2.				DESENVOLVIMENTO DO TERCEIRO SETOR								65.700,00		1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	6.000.000,00	
2.4.2.	0002/000101	01	2002-02	DESENVOLVIMENTO DE TERCEIROS NAS PROPOSTAS	OUTRA	100.00		00	2002/00/01	2002/12/31	2003/12/31			1.000,00			1.000,00			1.000,00	
2.4.2.	0002/000102	02	2002-02	DESENVOLVIMENTO DE TERCEIROS NAS PROPOSTAS											1.000,00					1.000,00	
2.4.2.	0002/000103	03	2002-02	DESENVOLVIMENTO DE TERCEIROS NAS PROPOSTAS											1.000,00					1.000,00	
2.4.2.	0002/000104	04	2002-02	DESENVOLVIMENTO DE TERCEIROS NAS PROPOSTAS											1.000,00					1.000,00	
2.4.2.	0002/000105	05	2002-02	DESENVOLVIMENTO DE TERCEIROS NAS PROPOSTAS											1.000,00					1.000,00	
2.4.2.	0002/000106	06	2002-03	DESENVOLVIMENTO DE TERCEIROS NAS PROPOSTAS	OUTRA	100.00		00	2002/00/06	2002/12/31	2003/12/31			1.000,00			1.000,00			1.000,00	
2.4.2.	0002/000107	07	2002-03	DESENVOLVIMENTO DE TERCEIROS NAS PROPOSTAS											1.000,00					1.000,00	
2.4.2.	0002/000108	08	2002-03	DESENVOLVIMENTO DE TERCEIROS NAS PROPOSTAS											1.000,00					1.000,00	
A TRANSFERIR ...												69.705,11		657.160,10	206.110,40	370.110,10	202.610,10	212.710,40	117.700,40		1.005.005,11





[illegible]

~~Kongstad~~
Bian H. f @ \$.

CONTINUA RESUMO DE TODA VIDA DE 2000	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	DESCRIÇÃO ORÇAMENTAL DO RPO 2010
--	--	---

Página : 7

ANEXO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ORÇAMENTAL	CÓDIGO (ANEXO) DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESP. SÍNCR.	ANOS		RESULTADO		DESCRIÇÃO DE INVESTIMENTO (DETALHADA)						TOTAL INVESTIDO	
					AC	AA	PC		ENCARGO	FIN	ENCARGO ATE 1-000-0007	ENCARGO DE OUT-001	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES				OUTROS
													TOTAL	DETERMINADO	NÃO DETERMINADO	2019	2020	2021		
A TRANSFERÊNCIAS ...											176.303,64		2.315.716,00	1.002.776,00	1.433.000,00	2.342.600,00	1.070.700,00	340.700,00		6.066.195,64
2.4.6.3.	0102/0001002	02	2002/01	AMPLIAÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			03	2002/01/01	2002/12/31			5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.000,00
2.4.6.4.	0102/0001003	02	2002/01	AMPLIAÇÃO/REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			03	2002/01/01	2002/12/31			205.000,00	205.000,00		20.000,00	4.000,00	4.000,00		217.000,00
2.4.6.4.	0102/0001004	02	2002/01	AMPLIAÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			03	2002/01/01	2002/12/31			2.000,00			2.000,00	2.000,00	2.000,00		6.000,00
2.4.6.4.	0102/0001005	02	2002/01	AMPLIAÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			03	2002/01/01	2002/12/31				500,00						
2.4.6.4.	0102/0001006	02	2002/01	AMPLIAÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			03	2002/01/01	2002/12/31				1.500,00						
2.4.6.4.	0102/0001007	04	2002/01	RECONSTRUÇÃO DO CORPO DE BARRAGENS	OUTR. DER.			04	2002/01/01	2002/12/31			1.000,00	1.000,00		50.000,00				51.000,00
2.4.6.4.	0102/0001008	01	2002/01	RECONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			02	2002/01/01	2002/12/31			2.000,00			2.000,00	2.000,00	2.000,00		12.000,00
2.4.6.4.	0102/0001009	01	2002/01	RECONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			02	2002/01/01	2002/12/31				1.000,00						
2.4.6.4.	0102/0001010	01	2002/01	RECONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			02	2002/01/01	2002/12/31				1.000,00						
2.4.6.4.	0102/0001011	01	2002/01	RECONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			02	2002/01/01	2002/12/31			150.000,00			25.000,00				175.000,00
2.4.6.4.	0102/0001012	01	2002/01	RECONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			02	2002/01/01	2002/12/31				120.000,00						
2.4.6.4.	0102/0001013	01	2002/01	RECONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			02	2002/01/01	2002/12/31				5.000,00						
2.4.6.4.	0102/0001014	01	2002/01	RECONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			02	2002/01/01	2002/12/31				25.000,00						
2.4.6.4.	0102/0001015	01	2002/01	RECONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			02	2002/01/01	2002/12/31			50.000,00	50.000,00						50.000,00
2.5.				RECONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			02	2002/01/01	2002/12/31			11.302,96	100.000,00		01.000,00	72.000,00	72.000,00		150.302,96
2.5.1.	0102/0001016	05	2002/01	RECONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			04	2002/01/01	2002/12/31			6.957,13	100.000,00		70.000,00	50.000,00	50.000,00		170.957,13
2.5.1.	0102/0001017	06	2002/01	RECONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			04	2002/01/01	2002/12/31			5.345,83	50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		150.345,83
2.5.1.	0102/0001018	06	2002/01	RECONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			04	2002/01/01	2002/12/31				1.000,00						
2.5.1.	0102/0001019	06	2002/01	RECONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			04	2002/01/01	2002/12/31				1.000,00						
2.5.1.	0102/0001020	06	2002/01	RECONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			04	2002/01/01	2002/12/31				55.000,00						
2.5.1.	0102/0001021	06	2002/01	RECONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTR. DER.			04	2002/01/01	2002/12/31				1.000,00						
B TRANSFERÊNCIAS ...											106.439,55		3.104.716,00	1.751.776,00	1.433.000,00	2.405.600,00	1.130.700,00	421.700,00		7.424.474,55

Ronald
Bianco

CÓDIGO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/UNIDADE DO FUND. ANEXO	DESCRIÇÃO	FUNDO DE MANUTENÇÃO	FUNDO DE INVESTIMENTO	RECURSOS	DATA	INÍCIO	FIM	REALIZADO	RECEITAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISÃO	
											ANO EM CURSO (PREVISÃO)			ANOS SEGUINTE				
											JAN. 2020	FEV. 2020	MAR. 2020	2021	2022	2023		
A TRANSFERIDA ...										106.634,55	1.194.776,40	1.151.376,40	1.432.000,00	2.995.600,40	1.130.700,00	420.700,00	7.424.400,55	
2.5.1.	0102/000000	01	2017	TRANSF DE CAPITAL P ASSOCIAÇÕES ADOTIV DA CULTURA	OUTRA	100.0	CA	2017/01/01	2018/12/31	1.130,00	20.000,00	20.000,00					21.130,00	
2.5.1.	0102/000015	01	2017	TRANSFERÊNCIA/INVESTIMENTO DO ORÇAMENTO DE VIG. RESERVA, RESERVA E OUTRO	OUTRA	100.0	CA	2017/01/01	2018/12/31		30.000,00	30.000,00		15.000,00			45.000,00	
2.5.2.	0102/000000	02	2017	INSTALAÇÕES DESPESAS E RECEITAS	EXERCÍCIO	100.0	BS	2017/01/01	2017/12/31	0.535,03	70.000,00	70.000,00		13.000,00	13.000,00	13.000,00	116.535,03	
2.5.2.	0102/000030	02	2017	INSTALAÇÕES DESPESAS E RECEITAS	EXERCÍCIO	100.0	BS	2017/01/01	2017/12/31		50.000,00						50.000,00	
2.5.2.	0102/000030	02	2017	INSTALAÇÕES DESPESAS E RECEITAS	EXERCÍCIO	100.0	BS	2017/01/01	2017/12/31			45.000,00					45.000,00	
2.5.2.	0102/000030	02	2017	INSTALAÇÕES DESPESAS E RECEITAS	EXERCÍCIO	100.0	BS	2017/01/01	2017/12/31			5.000,00					5.000,00	
2.5.2.	0102/000030	02	2017	INSTALAÇÕES DESPESAS E RECEITAS	EXERCÍCIO	100.0	BS	2017/01/01	2017/12/31			1.000,00					1.000,00	
2.5.2.	0102/000030	03	2017	CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE EDIFÍCIOS	OUTRA	100.0	CP	2017/01/01	2017/12/31		1.000,00			1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00	
2.5.2.	0102/000030	03	2017	CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE EDIFÍCIOS	OUTRA	100.0	CP	2017/01/01	2017/12/31					500,00			500,00	
2.5.2.	0102/000030	03	2017	CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE EDIFÍCIOS	OUTRA	100.0	CP	2017/01/01	2017/12/31					500,00			500,00	
2.5.2.	0102/000030	05	2017	CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OUTROS DE INVESTIMENTO	OUTRA	100.0	CA	2017/01/01	2017/12/31	1.130,00	12.000,00			12.000,00	12.000,00	12.000,00	45.130,00	
2.5.2.	0102/000030	05	2017	CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OUTROS DE INVESTIMENTO	OUTRA	100.0	CA	2017/01/01	2017/12/31					1.000,00			1.000,00	
2.5.2.	0102/000030	05	2017	CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OUTROS DE INVESTIMENTO	OUTRA	100.0	CA	2017/01/01	2017/12/31					5.000,00			5.000,00	
2.5.2.	0102/000030	05	2017	CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OUTROS DE INVESTIMENTO	OUTRA	100.0	CA	2017/01/01	2017/12/31					6.000,00			6.000,00	
2.5.2.	0102/000030	05	2017	CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OUTROS DE INVESTIMENTO	OUTRA	100.0	CA	2017/01/01	2017/12/31	210,00	2.000,00						2.210,00	
2.5.2.	0102/000030	05	2017	CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OUTROS DE INVESTIMENTO	OUTRA	100.0	CA	2017/01/01	2017/12/31					1.000,00			1.000,00	
2.5.2.	0102/000030	05	2017	CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OUTROS DE INVESTIMENTO	OUTRA	100.0	CA	2017/01/01	2017/12/31					1.000,00			1.000,00	
2.5.2.	0102/000030	05	2017	CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OUTROS DE INVESTIMENTO	OUTRA	100.0	CA	2017/01/01	2017/12/31	2.500,00	10.000,00	10.000,00					22.500,00	
2.5.3.	0102/000030	05	2017	CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OUTROS DE INVESTIMENTO	OUTRA	100.0	CA	2017/01/01	2017/12/31		1.000,00	1.000,00					2.000,00	
2.5.3.	0102/000030	05	2017	CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OUTROS DE INVESTIMENTO	OUTRA	100.0	CA	2017/01/01	2017/12/31		1.000,00	1.000,00					2.000,00	
3.1.	0102/000030	03	2017	CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OUTROS DE INVESTIMENTO	OUTRA	100.0	CA	2017/01/01	2017/12/31	1.305.520,52	1.000.000,00	700.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	3.005.000,52	
3.1.	0102/000030	03	2017	CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OUTROS DE INVESTIMENTO	OUTRA	100.0	CA	2017/01/01	2017/12/31		1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00	
A TRANSFERIDA ...										192.000,00	3.302.776,40	3.073.776,40	3.432.000,00	7.591.600,40	3.152.700,00	492.700,00	14.055.456,20	




EXERCÍCIO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO (ANEXO) DO PROJ. ANEXO		CLASSIFICAÇÃO	ÁREA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÓCIED.	DATA	DESEMBOLSO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (REVISÃO)						TOTAL PREVISÃO		
		AC	AA			FC	EXERCÍCIO	PERÍODO			EXERCÍCIO	PERÍODO	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			DOS EXERCÍCIOS				OUTROS	
													2013	2014	2015	2013	2014	2015			
A TRANSFEREN. ...												130.000,31		3.312.776,40	1.179.776,40	1.433.000,00	2.534.600,00	1.152.700,00	462.700,00		1.445.456,31
3.1.	0402/000005	01	2017	10	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	INTERESSADA							91.500,00	1.000,00	98.500,00					93.500,00	
3.2.					EDUCAÇÃO E CULTURA							113.256,31								363.256,31	
3.2.1.					EDUCAÇÃO BÁSICA							113.256,31								120.256,31	
3.2.1.1.		01	2012	79	ELETRIFICAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE REDES RURAIS	OUTRA	100,0	JP	2012/01/01	2012/12/31	0	113.256,31								121.256,31	
3.2.1.1.1.	0402/000005	01	2012	79	ELETRIFICAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE REDES RURAIS									1.400,00							
3.2.1.1.1.	0402/000102	01	2012	79	ELETRIFICAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE REDES RURAIS									1.000,00							
3.2.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.	0402/000102	01	2012	79	CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS	OUTRA	100,0	CA	2012/01/01	2012/12/31	1		3.400,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00			12.000,00	
3.2.1.1.1.	0402/000300	01	2012	10	CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS	INTERESSADA	100,0	JP	2012/01/01	2012/12/31	0	165.000,00								210.000,00	
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.					CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BENS IMOVEIS																
3.2.1.1.1.1.																					

~~Revised~~
Bios P. H. L. @

1 - OCA PLANETAS TROPICAIS



 Brian Ronald

- 2 - JUSTIFICATIVA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 5 - RESERVA CONTINUA
- 6 - CONCLUSÃO
- 7 -

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

[Handwritten signatures and initials]

Documentos Previsionais

ANO ECONÓMICO DE 2018

Plano de Atividades Municipais

Município de Vila Velha de Ródão
Câmara Municipal



ENTIDADE MUNICÍPIO DE VILA VELHA DO RIOA	RESUMO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL	OPERAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019
---	--	---

PÁGINA : 1

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISÃO
		PACAM. ATÉ 1-OUT-2017	PACAM. PREV DE OUT-DE3	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE				
				TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021	OUTROS	
1.	FUNÇÕES GERAIS	45.275,00		83.000,00	83.000,00		83.000,00	83.000,00	83.000,00		379.275,00
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12.275,00		28.000,00	28.000,00		28.000,00	28.000,00	28.000,00		124.275,00
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	12.275,00		28.000,00	28.000,00		28.000,00	28.000,00	28.000,00		124.275,00
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	33.000,00		55.000,00	55.000,00		55.000,00	55.000,00	55.000,00		253.000,00
1.2.1.	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	33.000,00		55.000,00	55.000,00		55.000,00	55.000,00	55.000,00		253.000,00
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	900.378,06		1.974.433,00	1.850.433,00	116.000,00	1.636.082,00	1.516.855,00	1.516.855,00		7.620.523,06
2.1.	EDUCAÇÃO	106.348,52		441.252,00	441.252,00		353.261,00	234.114,00	234.114,00		1.369.129,52
2.1.1.	ENSINO MEO SUPERIOR	6.693,75		257.792,00	257.792,00		176.261,00	57.114,00	57.114,00		554.914,75
2.1.1.1.	ENSINO PRE-ESCOLAR	699,75		41.914,00	41.914,00		41.914,00	41.914,00	41.914,00		169.316,75
2.1.1.2.	ENSINO BÁSICO	6.003,00		215.878,00	215.878,00		134.347,00	15.200,00	15.200,00		385.628,00
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	99.654,77		183.500,00	183.500,00		177.000,00	177.000,00	177.000,00		814.154,77
2.1.2.1.	ENSINO PRE-ESCOLAR	41.177,77		42.000,00	42.000,00		42.000,00	42.000,00	42.000,00		209.177,77
2.1.2.2.	ENSINO BÁSICO	36.046,76		94.000,00	94.000,00		92.500,00	92.500,00	92.500,00		407.546,76
2.1.2.3.	ENSINO SUPERIOR	8.766,91		16.500,00	16.500,00		16.500,00	16.500,00	16.500,00		74.766,91
2.1.2.4.	ENSINO SECUNDÁRIO	13.663,33		30.000,00	30.000,00		25.000,00	25.000,00	25.000,00		119.663,33
2.1.2.5.	ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL	316.192,11		591.691,00	591.691,00		585.691,00	585.691,00	585.691,00		2.694.956,11
2.3.1.	SEGURANÇA SOCIAL	269.691,52		411.591,00	411.591,00		411.591,00	411.591,00	411.591,00		1.907.855,52
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	85.500,59		180.100,00	180.100,00		174.100,00	174.100,00	174.100,00		787.900,59
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	322.831,16		608.500,00	492.500,00	116.000,00	477.500,00	477.500,00	477.500,00		2.363.831,16
2.4.3.	SANEAMENTO	49.857,96		80.000,00	80.000,00		80.000,00	80.000,00	80.000,00		369.857,96
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	221.523,31		304.000,00	304.000,00		304.000,00	304.000,00	304.000,00		1.437.523,31
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	51.449,89		93.500,00	93.500,00		93.500,00	93.500,00	93.500,00		425.449,89
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO NATURAL			131.000,00	15.000,00	116.000,00					131.000,00
2.4.6.2.	FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA			131.000,00	15.000,00	116.000,00					131.000,00
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	205.006,27		332.550,00	332.550,00		219.550,00	219.550,00	219.550,00		1.196.606,27
2.5.1.	CULTURA	105.709,96		217.900,00	217.900,00		175.000,00	175.000,00	175.000,00		818.609,96
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	99.296,31		115.050,00	115.050,00		44.550,00	44.550,00	44.550,00		347.996,31
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	319.423,72		601.149,00	601.149,00		565.700,00	560.700,00	530.700,00		2.571.672,72
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, C AÇA E PISCICULTURA	25.097,79		54.999,00	54.999,00		46.050,00	46.050,00	46.050,00		218.216,79
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	146.622,73		230.000,00	230.000,00		230.000,00	230.000,00	230.000,00		1.066.622,73
3.2.1.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	146.622,73		230.000,00	230.000,00		230.000,00	230.000,00	230.000,00		1.066.622,73
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	6.563,00		90.500,00	90.500,00		61.000,00	59.000,00	29.000,00		219.063,00
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	1.163,00		6.000,00	6.000,00		6.000,00	6.000,00	6.000,00		25.163,00
3.4.2.	TURISMO	5.400,00		84.500,00	84.500,00		55.000,00	53.000,00	23.000,00		223.900,00
3.5.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	141.140,20		225.650,00	225.650,00		225.650,00	225.650,00	225.650,00		1.043.710,20
4.	OUTRAS FUNÇÕES	112.651,66		152.410,00	152.418,00		152.418,00	152.418,00	152.418,00		722.323,66
4.1.	OPERAÇÕES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA	1.153,35		3.100,00	3.100,00		3.100,00	3.100,00	3.100,00		13.553,35
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	111.498,31		149.310,00	149.318,00		149.318,00	149.318,00	149.318,00		708.770,31
	TOTAL GERAL ...	1.457.728,44		2.811.000,00	2.665.000,00	116.000,00	2.437.120,00	2.312.973,00	2.282.973,00		11.381.794,44

[Handwritten signatures and initials]

ENTIDADE GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL	ATIVIDADES FINANCEIRAS DO ANO 2014
--	--------------------------------------	--

Página: 4

QUANTITATIVO	CÓDIGO DE CLASSIFIC. ORÇAMENTARIA	CÓDIGO FUN. DE ATIV. DE	CÓDIGO PROJ. DE ATIV. DE	NOME DA ATIVIDADE	UNID. DE MEDIDA	TIPO DE FINANCIAMENTO			RECURSOS CANCEL.	DADOS		REALIZADO		PREVISÃO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISÃO	
						AC	PA	TC		EXERCÍCIO	PERÍODO	TOTAL ANS 1-09-2017	PREV. 03-09-2017	ANO DE EXEC. (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
														2014	2015	2016	2017	2018	2019		
A TRANSFERIR ...												402.315,01		955.103,00	955.103,00		840.832,00	728.765,00	728.765,00		2.653.405,44
2.3.2.				ACQU SORTE								85.500,00		100.100,00	100.100,00		170.100,00	170.100,00	170.100,00		100.500,50
2.3.2.		01	2010	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU	NOTA				04	2010/01/01	2011/12/31			6.000,00							6.000,00
2.3.2.	0102/000105	01	2010	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU											3.000,00						
2.3.2.	0102/000106	01	2010	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU											500,00						
2.3.2.	0102/000107	01	2010	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU											2.000,00						
2.3.2.	0102/000108	01	2010	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU											500,00						
2.3.2.		01	2011	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU	NOTA				04	2011/01/01	2012/12/31	14.537,50		166.100,00			166.100,00	166.100,00	166.100,00		166.100,50
2.3.2.	0102/000109	01	2011	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU											7.500,00						
2.3.2.	0102/000110	01	2011	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU											96.600,00						
2.3.2.	0102/000111	01	2011	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU											60.000,00						
2.3.2.	0102/000112	02	2011	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU	NOTA				04	2011/01/01	2012/12/31	563,00		10.000,00			10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.563,00
2.4.				RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU								202.830,16		600.500,00	600.500,00	116.000,00	677.500,00	677.500,00	677.500,00		2.563.830,16
2.4.3.				RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU								49.857,95		60.000,00	60.000,00		60.000,00	60.000,00	60.000,00		360.857,95
2.4.3.	0102/000120	01	2010	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU	NOTA				04	2010/01/01	2011/12/31	49.857,95		60.000,00	60.000,00		60.000,00	60.000,00	60.000,00		360.857,95
2.4.4.				RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU								221.523,31		300.000,00	300.000,00		300.000,00	300.000,00	300.000,00		1.421.523,31
2.4.4.	0102/000130	16	2012	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU	NOTA				04	2012/01/01	2013/12/31	219.123,01		300.000,00	300.000,00		300.000,00	300.000,00	300.000,00		1.419.123,01
2.4.4.	0102/000131	21	2012	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU	NOTA				04	2012/01/01	2013/12/31	1.795,30		4.000,00	4.000,00		4.000,00	4.000,00	4.000,00		11.795,30
2.4.5.				RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU								51.449,09		93.500,00	93.500,00		93.500,00	93.500,00	93.500,00		425.449,09
2.4.5.	0102/000140	01	2012	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU	NOTA				04	2012/01/01	2013/12/31	51.449,09		93.500,00	93.500,00		93.500,00	93.500,00	93.500,00		425.449,09
2.4.6.				RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU										130.000,00	15.000,00	116.000,00					130.000,00
2.4.6.2.				RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU										130.000,00	15.000,00	116.000,00					130.000,00
2.4.6.2.		01	2013	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU	NOTA				04	2013/01/01	2014/12/31	130.000,00		130.000,00		116.000,00					130.000,00
2.4.6.2.	0102/000151	01	2014	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU											2.500,00						
2.4.6.2.	0102/000152	01	2014	RECURSOS DAS CATEGORIAS DE ACQU											2.500,00						
A TRANSFERIR ...												170.446,79		1.794.403,00	1.594.403,00	116.000,00	1.491.452,00	1.300.452,00	1.300.452,00		6.105.452,79

[Handwritten signatures and initials]

~~Bogdan~~ Bogdan Milosavljevic

CLASSIFICATÓRIA	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO DO PROJETO	DESCRIÇÃO	FUNDO DE REALIZAÇÃO	FUNTE DE FINANCIAMENTO			ESPECÍFICA	DATA INÍCIO	DATA FIM	RESULTADO		RECURSOS (R\$)						TOTAL DESPESAS		
						AC	AR	RC				FACED. ANO 1-2024-2024	FACED. 2025-2025	ANO EM CURSO (2024-2024)			ANOS SEGUINTE					
														TOTAL	ACRÉDITO	R\$ DEBITADO	2024	2025	2026		OUTROS	
A TRANSFERÊNCIAS ...											1.403.637,66		2.351.433,00	1.356.812,00	116.100,00	1.719.621,00	1.591.025,00	1.591.025,00		1.401.734,66		
2.5.2.	0002/000005	01	2002-1	ATIVIDADES DESPORTIVAS E DE TEMPO LIVRE										11.000,00								
2.5.2.	0002/000015	00	2002-1	ATIVIDADES DESPORTIVAS E DE TEMPO LIVRE										5.600,00								
2.5.2.	0002/000020	00	2002-1	ATIVIDADES DESPORTIVAS E DE TEMPO LIVRE										1.500,00								
2.5.2.	0002/000021	00	2002-1	ATIVIDADES DESPORTIVAS E DE TEMPO LIVRE										1.500,00								
2.5.2.	0002/000040	01	2002-1	ATIVIDADES DESPORTIVAS E DE TEMPO LIVRE										500,00								
2.5.2.	0002/000025	01	2002-1	ATIVIDADES DESPORTIVAS E DE TEMPO LIVRE										9.600,00								
2.5.2.	0002/000001	00	2002-1	ATIVIDADES DESPORTIVAS E DE TEMPO LIVRE										9.600,00								
3.				PROJETO ECONÔMICO							309.423,72		680.140,00	680.140,00		580.700,00	580.700,00	580.700,00		2.579.672,72		
3.1.				ACORDADO, PROPOSTA, CONVÊNIO, CONTRATO, OUTROS							25.899,79		54.899,00	54.899,00		46.650,00	46.650,00	46.650,00		210.248,79		
3.1.	0002/000001	01	2004-6	TRANSF. CONTRATO ASSOCIAÇÃO OUTROS	OUTROS	100.0			CA	2004/01/01	2004/12/31	2004/12/31	30.400,00	30.400,00		30.400,00	30.400,00	30.400,00		140.599,79		
3.1.		01	2004-3	ACÓES DE SUSTENTABILIDADE PATRIMÔNIO	OUTROS	100.0			RECEB	2004/01/01	2004/12/31	2004/12/31	19.650,00			16.650,00	16.650,00	16.650,00		70.749,00		
3.1.	0002/000003	00	2004-3	ACÓES DE SUSTENTABILIDADE PATRIMÔNIO										10.550,00								
3.1.	0002/000020	00	2004-3	ACÓES DE SUSTENTABILIDADE PATRIMÔNIO										500,00								
3.1.	0002/000020	02	2007-2	PROTEÇÃO PROTEÇÃO DA PATRIMÔNIO DA CIDADANIA	PROTEÇÃO	15.0	05.0		RECEB	2007/01/01	2007/12/31	2007/12/31	5.910,00	5.910,00						5.910,00		
3.2.				INICIATIVA E INICIATIVA							146.622,73		230.000,00	230.000,00		230.000,00	230.000,00	230.000,00		1.466.622,73		
3.2.1.				TERMINO PROPOSTA							146.622,73		230.000,00	230.000,00		230.000,00	230.000,00	230.000,00		1.466.622,73		
3.2.1.	0002/000025	01	2007-3	TERMINO PROPOSTA	OUTROS	100.0			OP	2007/01/01	2007/12/31	2007/12/31	230.000,00	230.000,00		230.000,00	230.000,00	230.000,00		1.466.622,73		
3.4.				CONDOMÍNIO E OUTROS							6.963,00		90.500,00	90.500,00		90.000,00	90.000,00	90.000,00		289.463,00		
3.4.1.				RECURSOS E OUTROS							1.163,00		6.000,00	6.000,00		6.000,00	6.000,00	6.000,00		25.163,00		
3.4.1.		03	2002-19	APÓIO A REALIZAÇÃO DE FEIRAS TRADICIONAIS	OUTROS	100.0			CA	2002/01/01	2002/12/31	2002/12/31	6.000,00			6.000,00	6.000,00	6.000,00		25.163,00		
3.4.1.	0002/000021	00	2002-19	APÓIO A REALIZAÇÃO DE FEIRAS TRADICIONAIS										3.000,00								
3.4.1.	0002/000025	03	2002-19	APÓIO A REALIZAÇÃO DE FEIRAS TRADICIONAIS										3.000,00								
3.4.2.				PROPOSTA							5.400,00		84.500,00	84.500,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		229.900,00		
3.4.2.		01	2004-5	PROTEÇÃO DE PROPOSTAS	OUTROS	100.0			CA	2004/01/01	2004/12/31	2004/12/31	3.000,00			3.000,00	3.000,00	3.000,00		12.000,00		
3.4.2.	0002/000020	01	2004-5	PROTEÇÃO DE PROPOSTAS										1.500,00								
3.4.2.	0002/000025	01	2004-5	PROTEÇÃO DE PROPOSTAS										1.500,00								
3.4.2.		01	2007-1	PROTEÇÃO DE PROPOSTAS	OUTROS	15.0	05.0		CA	2007/01/01	2007/12/31	2007/12/31	5.400,00	20.400,00		20.400,00	20.400,00	20.400,00		85.400,00		
3.4.2.	0002/000015	01	2007-1	PROTEÇÃO DE PROPOSTAS										1.500,00								
B TRANSFERÊNCIAS ...											1.203.936,50		2.311.432,00	2.236.952,00	116.000,00	2.424.632,00	1.904.965,00	1.904.965,00		9.499.734,50		

Romário
 Dias
 J. d. P.

Documentos Previsionais

ANO ECONÓMICO DE 2018

Orçamento

Município de Vila Velha de Ródão
Câmara Municipal



RESUMO DO ORÇAMENTO

ENTIDADE
MUNICIPIO DE VILA VELHA DE RODAO

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	7.410.000,00	Correntes	6.310.000,00
De capital	1.690.000,00	De capital	2.790.000,00
Total	9.100.000,00	Total	9.100.000,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	9.100.000,00	Total Geral	9.100.000,00

Handwritten signatures and initials:
 B. Dias, J. L., and others.

ENTIDADE	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVAÇÕES :
MVVR		Executivo <u> / / </u>
		Deliberativo <u> / / </u>

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

RECEITAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	1.412.074,00	15.5
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	7.740,00	0.1
03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E A ADSE		
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	27.895,00	0.3
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	267.964,00	2.9
06 TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.056.393,00	55.6
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	562.803,00	6.2
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	75.123,00	0.8
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	7.410.000,00	81.4
RECEITAS DE CAPITAL		
00 SALDO DA GERENCIA ANTERIOR		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	5.635,00	0.1
10 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.671.928,00	18.4
11 ACTIVOS FINANCEIROS		
12 PASSIVOS FINANCEIROS		
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	7.437,00	0.1
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	1.685.000,00	18.5
OUTRAS RECEITAS		
15 REPOSIÇÕES NAO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5.000,00	0.1
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	5.000,00	0.1
TOTAL GERAL	9.100.000,00	100.0

DESPESAS	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	2.677.288,00	29.4
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.649.978,00	29.1
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	3.100,00	0.0
04 TRANSFERENCIAS CORRENTES	821.434,00	9.0
05 SUBSIDIOS	28.000,00	0.3
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.200,00	1.4
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6.310.000,00	69.3
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.419.780,00	26.6
08 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	189.200,00	2.1
09 ACTIVOS FINANCEIROS	50.520,00	0.6
10 PASSIVOS FINANCEIROS	127.500,00	1.4
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	3.000,00	0.0
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	2.790.000,00	30.7
TOTAL GERAL	9.100.000,00	100.0

[Handwritten signatures and initials]

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018
MUNICIPIO DE VILA VELHA DE RODAO		

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	RECEITAS CORRENTES	7.410.000,00
01	IMPOSTOS DIRECTOS	1.412.074,00
01.02	OUTROS	1.412.074,00
01.02.02	IMI	413.665,00
01.02.03	IMPOSTO UNICO DE CIRCULAÇÃO	49.574,00
01.02.04	INT	500.665,00
01.02.05	DERRAMA	447.970,00
01.02.07	IMPOSTOS ABOLIDOS	150,00
01.02.07.01	IMPOSTOS ABOLIDOS-CONT AUTARQUICA	50,00
01.02.07.02	IMPOSTOS ABOLIDOS-SISA	50,00
01.02.07.03	OUTROS IMPOSTOS ABOLIDOS - IMPOSTO MUNICIPAL S/VEICULOS	50,00
01.02.99	IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS	50,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	7.748,00
02.02	OUTROS	7.748,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECIFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	7.748,00
02.02.06.01	MERCADOS E FEIRAS	50,00
02.02.06.02	LOTEAMENTO E OBRAS	3.394,00
02.02.06.03	OCUPAÇÃO DA VIA PUBLICA	465,00
02.02.06.05	PUBLICIDADE	50,00
02.02.06.06	SANEAMENTO-CONSERVAÇÃO	3.454,00
02.02.06.99	OUTROS	335,00
02.02.06.99.01	TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM	50,00
02.02.06.99.02	TAXA DE DEPOSITO DE FICHA TECNICA DE HABITAÇÃO	50,00
02.02.06.99.99	OUTOS	235,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	27.895,00
04.01	TAXAS	22.255,00
04.01.23	TAXAS ESPECIFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	22.255,00
04.01.23.02	LOTEAMENTO E OBRAS	5.187,00
04.01.23.03	OCUPAÇÃO DA VIA PUBLICA	285,00
04.01.23.05	CAÇA, USO E PORTE DE ARMA	50,00
04.01.23.06	SANEAMENTO-CONSERVAÇÃO	13.425,00
04.01.23.99	OUTRAS TAXAS	3.308,00
04.01.23.99.01	TAXA DE DEPOSITO DA FICHA TECNICA DA HABITAÇÃO	50,00
04.01.23.99.02	TAXA PELA EMISSAO DO CERTIFICADO DE REGISTO	50,00
04.01.23.99.99	OUTRAS	3.208,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	5.640,00
04.02.01	JUROS DE MORA	5.296,00
04.02.02	JUROS COMPENSATORIOS	204,00
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	90,00
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	50,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	267.964,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	9.108,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	9.108,00
05.07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS	50,00
05.07.02	EMPRESAS PUBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	50,00
05.09	PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE ADMINISTRAÇÕES PUBLICAS	50,00
05.09.99	OUTROS	50,00
05.10	RENDAS	258.756,00
05.10.01	TERRENOS	11.724,00
05.10.04	EDIFICIOS	18.147,00
05.10.05	BENS DE DOMINIO PUBLICO	228.835,00
05.10.99	OUTRAS RENDAS	50,00
06	TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.056.393,00
06.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS	100.750,00
06.01.02	PRIVADAS	100.750,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4.943.793,00
06.03.01	ESTADO	4.633.862,00
06.03.01.01	FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO	4.051.681,00

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018
MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RODAC		

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
06.03.01.02	FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	45.355,00
06.03.01.03	PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS	95.603,00
06.03.01.99	OUTROS	441.223,00
06.03.06	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	309.931,00
06.03.06.01	FEDER	88.929,00
06.03.06.03	FEADER	500,00
06.03.06.05	FSE	217.368,00
06.03.06.06	FUNDO DE COESAO	3.134,00
06.06	SEGURANÇA SOCIAL	11.850,00
06.06.01	SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	11.850,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	562.803,00
07.01	VENDA DE BENS	278.144,00
07.01.01	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	50,00
07.01.02	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	50,00
07.01.05	BENS INUTILIZADOS	50,00
07.01.06	PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS	1.000,00
07.01.08	MERCADORIAS	276.472,00
07.01.08.02	ÁGUA	276.135,00
07.01.08.04	LIVROS E AVISOS DE OBRA	287,00
07.01.08.99	OUTRAS MERCADORIAS	50,00
07.01.10	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	446,00
07.01.10.01	SUCATA	396,00
07.01.10.99	OUTROS	50,00
07.01.99	OUTROS	76,00
07.02	SERVIÇOS	265.819,00
07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	200,00
07.02.03	VISTORIAS E ENSAIOS	50,00
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	33.310,00
07.02.08.01	SERVIÇOS SOCIAIS	50,00
07.02.08.02	SERVIÇOS RECREATIVOS	26.422,00
07.02.08.02.99	OUTROS	26.422,00
07.02.08.03	SERVIÇOS CULTURAIS	6.788,00
07.02.08.03.99	OUTRAS	6.788,00
07.02.08.04	SERVIÇOS DESPORTIVOS	50,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	232.209,00
07.02.09.01	SANEAMENTO-LIGAÇÃO	127.028,00
07.02.09.02	RESÍDUOS SÓLIDOS	72.252,00
07.02.09.03	TRANSPORTES COLECTIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS	11.901,00
07.02.09.03.02	TRANSPORTES ESCOLARES	11.801,00
07.02.09.03.03	TRANSPORTE DE PESSOAS E MERCADORIAS	50,00
07.02.09.03.99	OUTROS	50,00
07.02.09.04	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	10.579,00
07.02.09.05	CEMITÉRIOS	8.510,00
07.02.09.06	MERCADOS E FEIRAS	249,00
07.02.09.99	OUTROS	1.690,00
07.02.99	OUTROS	50,00
07.03	RENDAS	18.840,00
07.03.01	HABITAÇÕES	5.050,00
07.03.01.01	CASAS DE HABITAÇÃO	5.000,00
07.03.01.03	OUTRAS	50,00
07.03.02	EDIFÍCIOS	8.333,00
07.03.99	OUTRAS	5.457,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	75.123,00
08.01	OUTRAS	75.123,00
08.01.99	OUTRAS	75.123,00
08.01.99.01	INDENIZAÇÕES P/ DETIORAÇÃO, ROUBO E EXTRAVIO DE BENS PATRIMONIAIS	50,00
08.01.99.02	INDENIZAÇÕES DE ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTREM EM VIATURAS OU OUTROS	50,00
08.01.99.03	EQUIPAMENTO	
	IVA REEMBOLSADO	5.000,00

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018
MUNICIPIO DE VILA VELHA DE RODAO		

PÁGINA : 3

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
08.01.99.04	IVA INVERSAO DA LIQUIDAÇÃO	42.106,00
08.01.99.99	DIVERSAS	27.917,00
	RECEITAS DE CAPITAL	1.685.000,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	5.635,00
09.01	TERRENOS	4.935,00
09.01.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS	3.952,00
09.01.10	FAMILIAS	983,00
09.02	HABITAÇÕES	100,00
09.02.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRA	50,00
09.02.10	FAMILIAS	50,00
09.03	EDIFICIOS	150,00
09.03.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRA	50,00
09.03.06	ADMISTRAÇÃO PUBLICA- ADMNISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	50,00
09.03.10	FAMILIAS	50,00
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	450,00
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRA	150,00
09.04.01.01	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	50,00
09.04.01.02	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	50,00
09.04.01.03	OUTROS	50,00
09.04.06	ADMISTRAÇÃO PUBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	150,00
09.04.06.01	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	50,00
09.04.06.02	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	50,00
09.04.06.03	OUTROS	50,00
09.04.10	FAMILIAS	150,00
09.04.10.01	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	50,00
09.04.10.02	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	50,00
09.04.10.03	OUTROS	50,00
10	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.671.928,00
10.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS	177.000,00
10.01.01	PUBLICAS	1.000,00
10.01.01.01	EMPRESAS PUBLICAS	1.000,00
10.01.02	PRIVADAS	176.000,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.494.928,00
10.03.01	ESTADO	495.687,00
10.03.01.01	FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO	450.187,00
10.03.01.04	COOPERAÇÃO TECNICA E FINANCEIRA	500,00
10.03.01.99	OUTROS	45.000,00
10.03.07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITARIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	999.241,00
10.03.07.01	FEDER	993.608,00
10.03.07.03	FEADER	500,00
10.03.07.04	FSE	2.000,00
10.03.07.06	COESAO	3.133,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	7.437,00
13.01	OUTRAS	7.437,00
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES	2.000,00
13.01.99	OUTRAS	5.437,00
	OUTRAS RECEITAS	5.000,00
15	REPOSIÇÕES NAO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5.000,00
15.01	REPOSIÇÕES NAO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5.000,00
15.01.01	REPOSIÇÕES NAO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5.000,00
TOTAL DAS RECEITAS		9.100.000,00

Handwritten signatures and initials:
 Rui Costa
 B. Dias
 J. P.

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

Bonatti
Bujes
L
P
P

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÔMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÔMICA
01.01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	15.000,00	
		DESPESAS CORRENTES		15.000,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		14.400,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		14.200,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		5.000,00
	01.02.04.03	AJUDAS DE CUSTO - ELEITOS LOCAIS		5.000,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		9.200,00
	01.02.13.02	OUTROS		200,00
	01.02.13.03	SENHAS DE PRESENÇA		9.000,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		200,00
	01.03.09	SEGUROS		200,00
	01.03.09.01	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRAB. E DOENÇAS PROFISSIONAIS		200,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		600,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		600,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		600,00
01.02		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	8.901.880,00	
		DESPESAS CORRENTES		6.291.900,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		2.662.888,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		2.067.131,00
	01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		105.575,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		1.342.143,00
	01.01.04.01	PESSOAL DOS QUADROS- REG CONTRATO INDIVIDUAL TRABALHO - PESSOAL EM FUNÇÕES		1.242.725,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		99.418,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		58.662,00
	01.01.06.01	PESSOAL CONTRATADO - PESSOAL EM FUNÇÕES		7.210,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		51.452,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		26.000,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		1.000,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		33.415,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		26.725,00
	01.01.11.01	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		22.045,00
	01.01.11.02	REPRESENTAÇÃO - PESSOAL DOS QUADROS		4.680,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		153.839,00
	01.01.13.01	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL DOS QUADROS-REG CONT INDIVIDUAL TRABALHO		141.259,00
	01.01.13.02	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-PESSOAL OUTRA SITUAÇÃO		8.780,00
	01.01.13.03	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO-ELEITOS LOCAIS		3.800,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		254.262,00
	01.01.14.01	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL DOS QUADROS - REG CONT INDIVIDUAL TRABALHO		238.682,00
	01.01.14.02	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL-PESSOAL OUTRA SITUAÇÃO		15.580,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		65.510,00
	01.01.15.01	REMUNERAÇÃO P/ DOENÇA MATERNIDADE E PATERNIDADE - ÓRGÃO DA AUTARQUIA		100,00
	01.01.15.02	REMUNERAÇÃO P/ DOENÇA MATERNIDADE E PATERNIDADE - PESSOAL DO QUADRO		65.410,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		30.950,00
	01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		50,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		1.050,00
	01.02.02.01	HORAS EXTRAORDINÁRIAS - PESSOAL DO QUADRO		1.000,00
	01.02.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS - PESSOAL EM OUTRA SITUAÇÃO		50,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		21.200,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.02.04.01	AJUDAS DE CUSTO - PESSOAL DO QUADRO		12.000,00
	01.02.04.02	AJUDAS DE CUSTOS- PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUACAO		500,00
	01.02.04.03	AJUDAS DE CUSTO - ELEITOS LOCAIS		8.700,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		3.650,00
	01.02.06	FORMACAO		50,00
	01.02.07	COLABORACAO TECNICA E ESPECIALIZADA		50,00
	01.02.12	INDEMNIZACOES POR CESSACAO DE FUNCOES		50,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PREMIOS		4.850,00
	01.02.13.02	OUTROS		50,00
	01.02.13.03	SENHAS DE PRESENÇA		4.800,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		564.807,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAUDE		70.000,00
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAUDE		20.000,00
	01.03.03	SUBSIDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		4.630,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇOES FAMILIARES		50,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		444.997,00
	01.03.05.01	ASSISTENCIA NA DOENÇA DOS FUNC. PUBLICOS		500,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS		444.447,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		281.530,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		162.917,00
	01.03.05.03	OUTROS		50,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		50,00
	01.03.08	OUTRAS PENSOES		6.530,00
	01.03.09	SEGUROS		17.500,00
	01.03.09.01	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRAB. E DOENÇAS PROFISSIONAIS		17.500,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		1.050,00
	01.03.10.01	EVENTUALIDADE - MATERNIDADE/PATERNIDADE/ADOPCAO		1.000,00
	01.03.10.99	OUTRAS DESPESAS - SEGURANÇA SOCIAL		50,00
	02	AQUISICAO DE BENS E SERVIÇOS		2.649.378,00
	02.01	AQUISICAO DE BENS		917.406,00
	02.01.01	MATERIAS-PRIMAS E SUBSIDIARIAS		75.000,00
	02.01.02	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES		152.500,00
	02.01.02.01	GASOLINA		5.500,00
	02.01.02.02	GASOLEO		140.000,00
	02.01.02.99	OUTROS COMBUSTIVEIS		7.000,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		12.500,00
	02.01.05	ALIMENTACAO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		75.860,00
	02.01.06	ALIMENTACAO- GENEROS PARA CONFECCIONAR		50,00
	02.01.07	VESTUARIO E ARTIGOS PESSOAIS		7.000,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITORIO		10.000,00
	02.01.09	PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS		5.000,00
	02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLINICO		1.000,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		30.000,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		20.000,00
	02.01.15	PREMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		76.150,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		300.500,00
	02.01.16.01	AGUA		300.000,00
	02.01.16.03	OUTROS		500,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSILIOS		17.000,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTACAO TECNICA		500,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORIFICOS E DE DECORACAO		1.000,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCACAO, CULTURA E RECREIO		48.723,00
	02.01.21	OUTROS BENS		84.623,00
	02.02	AQUISICAO DE SERVIÇOS		1.731.972,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALACOES		131.000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		10.000,00
	02.02.03	CONSERVACAO DE BENS		98.550,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFICIOS		50,00
	02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMATICA		50,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		50,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		153.450,00

Handwritten signatures and initials:
 [Signature] [Signature] [Signature] [Signature] [Signature]
 Dias

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		36.900,00
	02.02.10	TRANSPORTES		92.629,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		2.000,00
	02.02.12	SEGUROS		85.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		500,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		122.297,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		17.769,00
	02.02.16	SEMINARIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		1.000,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		45.040,00
	02.02.18	VIGILANCIA E SEGURANÇA		50,00
	02.02.19	ASSISTENCIA TECNICA		45.500,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		393.268,00
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		14.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		482.869,00
	04	TRANSFERENCIAS CORRENTES		821.434,00
	04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS		50,00
	04.01.02	PRIVADAS		50,00
	04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		20.500,00
	04.03.01	ESTADO		20.500,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		234.418,00
	04.05.01	CONTINENTE		234.418,00
	04.05.01.02	FREGUESIAS		149.318,00
	04.05.01.04	ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS		85.000,00
	04.05.01.07	ASSEMBLEIAS DISTRITAIS		100,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		414.164,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		414.164,00
	04.08	FAMILIAS		152.302,00
	04.08.02	FAMILIAS-OUTRAS		152.302,00
	04.08.02.01	PROGRAMAS OCUPACIONAIS		71.302,00
	04.08.02.02	OUTRAS		81.000,00
	05	SUBSIDIOS		28.000,00
	05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS		28.000,00
	05.01.03	PRIVADAS		28.000,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		130.200,00
	06.02	DIVERSAS		130.200,00
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS (RESTITUIÇÕES/ANULAÇÕES)		41.700,00
	06.02.01.01	IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA		1.000,00
	06.02.01.01.01	TAXA DE GESTAO DE RESIDUOS - TGR		500,00
	06.02.01.01.99	OUTRAS		500,00
	06.02.01.02	RESTITUIÇÕES DE IMPOSTOS/TAXAS COBRADOS		40.700,00
	06.02.03	OUTRAS		88.500,00
	06.02.03.01	OUTRAS RESTITUIÇÕES		1.000,00
	06.02.03.02	IVA PAGO		20.000,00
	06.02.03.04	SERVIÇOS BANCARIOS		7.500,00
	06.02.03.05	OUTRAS		60.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL		2.609.980,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		2.419.780,00
	07.01	INVESTIMENTOS		1.493.080,00
	07.01.01	TERRENOS		24.000,00
	07.01.02	HABITAÇÕES		694.050,00
	07.01.02.01	CONSTRUÇÃO		634.450,00
	07.01.02.02	AQUISIÇÃO		29.000,00
	07.01.02.03	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO		30.600,00
	07.01.03	EDIFICIOS		321.000,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		11.000,00
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		215.000,00
	07.01.03.04	CRECHES		1.000,00
	07.01.03.05	ESCOLAS		1.000,00
	07.01.03.07	OUTROS		93.000,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		55.000,00
	07.01.04.03	ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE AGUAS RESIDUAIS		15.000,00
	07.01.04.04	ILUMINAÇÃO PUBLICA		1.000,00
	07.01.04.05	PARQUES E JARDINS		5.500,00

Rodrigues
Buias

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01.03	07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		12.000,00
	07.01.04.12	CEMITERIOS		5.000,00
	07.01.04.13	OUTROS		16.500,00
	07.01.05	MELHORAMENTOS FUNDIARIOS		1.000,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES		11.000,00
	07.01.06.02	OUTRO MATERIAL DE TRANSPORTE		11.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMATICA		68.000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMATICO		31.500,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		3.000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BASICO		144.004,00
	07.01.10.01	EQUIPAMENTO BASICO-EQUIP. RECOLHA DE RESIDUOS		11.500,00
	07.01.10.02	OUTRO EQUIPAMENTO BASICO		132.504,00
	07.01.11	FERRAMENTOS E UTENSILIOS		2.000,00
	07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		1.000,00
	07.01.13	INVESTIMENTOS INCORPOREOS		100,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		137.426,00
	07.03	BENS DE DOMINIO PUBLICO		926.700,00
	07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		926.700,00
	07.03.03.01	VIADUTOS, ARRUEAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		700.500,00
	07.03.03.02	SISTEMA DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS		7.200,00
	07.03.03.05	PARQUES E JARDINS		67.000,00
	07.03.03.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA		500,00
	07.03.03.08	VIAÇÃO RURAL		8.500,00
	07.03.03.13	OUTROS		143.000,00
	08	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		189.200,00
	08.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS		3.000,00
	08.01.02	PRIVADAS		3.000,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		5.100,00
	08.05.01	CONTINENTE		5.100,00
	08.05.01.02	FREGUESIAS		4.500,00
	08.05.01.04	ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS		500,00
	08.05.01.07	ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS		100,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		156.100,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS-		156.100,00
	08.08	FAMILIAS		25.000,00
	08.08.02	OUTRAS-FAMILIAS		25.000,00
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		1.000,00
	11.02	DIVERSAS		1.000,00
	11.02.01	RESTITUIÇÕES		1.000,00
		OPERAÇÕES FINANCEIRAS	183.120,00	
		DESPESAS CORRENTES		3.100,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		3.100,00
	03.01	JUROS DA DIVIDA PUBLICA		3.100,00
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS		3.100,00
		INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		
	03.01.03.02	JUROS EMPRESTIMOS DE MEDIO E LONGO PRAZO		3.100,00
		DESPESAS DE CAPITAL		180.020,00
	09	ACTIVOS FINANCEIROS		50.520,00
	09.07	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES		500,00
	09.07.02	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS-		500,00
		PUBLICAS		
	09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		50.020,00
	09.08.02	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS-		50.020,00
		PUBLICAS		
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		127.500,00
	10.06	EMPRESTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZOS		127.500,00
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS		127.500,00
		INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		2.000,00
	11.02	DIVERSAS		2.000,00
	11.02.01	RESTITUIÇÕES		1.000,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA ECONÓMICA		DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	11.02.99	OUTRAS		1.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				9.100.000,00

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

[Handwritten signatures and initials]

Documentos Previsionais

ANO ECONÓMICO DE 2018

Normas de Execução do Orçamento

Município de Vila Velha de Ródão
Câmara Municipal



NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Capítulo 1 Âmbito e princípios genéricos

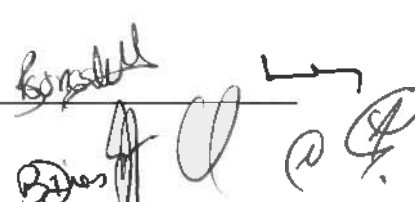
Artigo 1.º Definição e objeto

O presente articulado estabelece regras e procedimentos complementares necessários à execução do Orçamento da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, em conformidade com a alínea d) do n.º 1 do art.º 46.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e para cumprimento das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, aplicável ainda por força do adiamento da implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro e conforme entendimento da Comissão de Normalização Contabilística (CNC)¹, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município no ano de 2018, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.

Artigo 2.º Utilização de dotações orçamentais

1. Durante o ano de 2018 a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis a curto prazo, previstos ao abrigo do disposto na LCPA, podendo esta regra ser derrogada por força da aprovação da Lei do Orçamento de Estado para 2018, uma vez que a proposta deste normativo legal prevê, no n.º 5 do art.º 65.º, que os municípios que, a 31 de dezembro de 2017, cumpram o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, são excluídos do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual.
2. A utilização das dotações orçamentais deve ser enquadrada numa lógica de contenção, rigor e permanente avaliação pelo que as cativações de dotação orçamental (diminuição da dotação orçamental disponível) são um instrumento de gestão financeira para conter despesa cuja receita depende de circunstâncias de mercado e de conjuntura.

¹ Nota Explicativa: Elaboração e aprovação de documentos previsionais 2018.



Artigo 3.º
Execução orçamental

1. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.
2. A execução dos documentos previsionais será efetuada dando cumprimento não só ao limite máximo das dotações aprovadas, como também ao nível dos compromissos, em obediência aos fundos disponíveis apurados mensalmente nos termos da LCPA.
3. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:
 - a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos no ano de 2017 que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
 - b) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada;
 - c) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados para 2018;
 - d) Registo dos compromissos assumidos no ano económico, em cumprimento da LCPA.

Artigo 4.º
Modificações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano

1. A Câmara Municipal, baseado em critérios de economia, eficiência e eficácia, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, confirmando as seguintes regras:
 - a) Estão proibidas as alterações orçamentais nas seguintes situações:
 - i. Que impliquem aumento ou redução da despesa obrigatória por conta de despesa com outra natureza;
 - ii. Que reduzam rubricas em que ocorram necessidades certas ou que estejam associadas a "compromissos assumidos";
 - iii. Que impliquem anulação em dotações de projetos com financiamento alheio sendo proibida a reafectação de dotações de projetos/ações com financiamento alheio a outros projetos/ações.
 - b) Não deve ser feita anulação em dotações orçamentais de capital para reforço de despesa corrente, ficando sujeita a prévia avaliação do equilíbrio corrente orçamental municipal;
 - c) As dotações inscritas no Orçamento, participadas por Fundos Comunitários, ou outros, só poderão ser utilizadas para reforços de outras iniciativas no valor da contrapartida do próprio Município.
2. As dotações orçamentais são afetadas, em primeira instância, aos compromissos e à dívida transitados de anos anteriores.

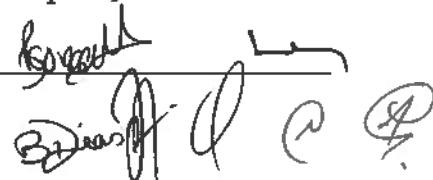
3. Em consequência do número anterior, as dotações orçamentais são alocadas, na primeira alteração orçamental, com os ajustamentos, em termos de classificações económicas e orgânicas que se mostrem necessários e de acordo com os compromissos e a dívida transitada.
4. A aprovação das revisões orçamentais é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, sempre que impliquem uma alteração ao valor global do orçamento aprovado, salvo quando se trate da aplicação de receitas legalmente consignadas, de empréstimos contratados e da nova tabela de vencimentos publicada após a aprovação do orçamento inicial.
5. No caso do PPI — Plano Plurianual de Investimentos, as modificações a efetuar a estes documentos consubstanciam-se em revisões sempre que se torne necessário incluir ou anular novos projetos, ou alterar o seu valor global.
6. O excesso de cobrança em relação à totalidade das receitas previstas no orçamento poderá conduzir à elaboração de uma revisão ao orçamento bem como à diminuição ou anulação de receitas sempre que o desenrolar da atividade municipal seja reveladora de que as fontes de financiamento serão comprovadamente inferiores ao previsto inicialmente. Caso a diminuição da receita esteja subjacente a uma diminuição de receitas legalmente consignadas ou de empréstimos contratados, deve essa redução implicar a formulação de uma alteração orçamental.

Artigo n.º 5 **Registo Contabilístico**

1. Os Serviços emissores de receita são responsáveis pela correta identificação da receita e sua liquidação sendo, em regra, a cobrança efetuada pela tesouraria.
2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores diretamente para a Secção de Administração Geral, para darem entrada.
3. As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para a Secção de Administração Geral, no prazo máximo de 48 horas, de modo a permitir efetuar, em tempo útil, o seu pagamento.
4. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, devem ser enviados à Secção de Contabilidade em 24 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até às 48 horas posteriores à realização da despesa.
5. Os documentos relativos a despesas referentes às situações descritas em 4 e 5 devem ser acompanhados de nota justificativa suficientemente detalhada para caracterizar e fundamentar a natureza excecional da mesma.
6. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, são as constantes da Norma de Controlo Interno.

Artigo 6.º **Gestão dos Bens Móveis e Imóveis da Autarquia**

1. A Gestão do património municipal executar-se-á nos termos do procedimento de Gestão do Património.
2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as GOP, nomeadamente o PPI e com base nas orientações do Órgão Executivo, através de requisições externas ou



documento equivalente, designadamente contratos, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Artigo 7.º **Gestão de Stocks**

1. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
2. A regra será a de aquisição de bens por fornecimento contínuo, ou com um período de armazenagem mínimo.
3. Todos os bens entrados e saídos de armazém, afetos a obras por administração direta ou outras atividades municipais, deverão ser objeto de registo no sistema de gestão de stocks, devendo expressamente identificar-se o fim a que se destinam.

Capítulo II **Receita orçamental**

Artigo 8.º **Princípios gerais para a arrecadação de receitas**

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no Orçamento.
2. É proibida a arrecadação de quaisquer receitas municipais sem o registo da respetiva liquidação, sob pena de responsabilidade disciplinar.
3. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
4. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.
5. Em conformidade com o n.º 1 do artigo 9º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de agosto, poderá proceder-se à atualização do valor das taxas com base no indexante regulamentarmente previsto.
6. Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da Autarquia relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor a apresentar pela respetiva unidade orgânica ao serviço emissor da respetiva receita.

Artigo n.º 9 **Anulação e Restituição de Receita Cobrada**

1. As anulações de dívida devem ser efetuadas, mediante informação devidamente fundamentada quanto ao motivo da anulação da liquidação da dívida, após autorização da Câmara Municipal exceto quanto ao motivo seja duplicação ou lapso

no cálculo do valor a cobrar que passará para a competência do Presidente da Câmara Municipal.

2. A devolução de valores já arrecadados terá que ser efetuada mediante informação dos serviços contendo obrigatoriamente as razões que a justificam, e assinada pelo responsável do respetivo serviço, sendo a autorização de devolução da competência do Presidente da Câmara.

Artigo n.º 10 **Pagamento em Prestações**

1. Os pedidos de pagamento em prestações são formalizados através de requerimento, devidamente fundamentados e devem ser autorizados pelo Presidente da Câmara Municipal, tendo em consideração a situação económica do requerente.

2. Para efeitos do número anterior não devem ser fixadas prestações inferiores a um quarto da unidade de conta.

3. Excluem-se os pedidos de pagamento em prestações, no âmbito dos processos de execução fiscal, os quais têm natureza judicial.

Artigo n.º 11 **Isenções e benefícios fiscais**

1. Em cumprimento do estipulado no n.º 2 do art.º 16.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, é concedida autorização genérica pela Assembleia Municipal à Câmara Municipal, para a concessão de isenções totais ou parciais relativamente a taxas e outros tributos próprios, até aos limites máximos anuais estipulados.

2. No exercício de 2018, para efeitos do número anterior, é fixado o valor de 40.000€, como limite anual à despesa fiscal.

3. Até ao limite fixado no número anterior pode a Câmara municipal deliberar, de forma justificada e fundamentada e a pedido dos interessados, conceder isenções totais ou parciais, no respeito pelos âmbitos subjetivos e objetivos, e nos termos e condições regulamentares ou nas normas municipais devidamente aprovadas.

4. Em cada sessão ordinária da Assembleia, será dado conhecimento das isenções concedidas ao abrigo da presente autorização

Capítulo III **Despesa orçamental**

Secção I **Princípios e Regras**

Artigo 12.º **Princípios gerais para a realização da despesa**

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e ainda as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes do Decreto-Lei n.º 1 27/2012, de 21 de junho, com as devidas alterações.

2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
 - b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - e) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda;
3. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.
4. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, sendo que as despesas permanentes como salários, comunicações, água, eletricidade, rendas, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, devem ser registados mensalmente para um período deslizando de seis meses. De igual forma se deve proceder para os contratos de quantidades.
5. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no orçamento e no PPI, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.
6. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.

Artigo 13.º

Fundos de maneo

1. Compete ao órgão executivo a aprovação da constituição em caso de reconhecida necessidade, de fundos de maneo, desde que a cada fundo corresponda uma dotação orçamental e este seja regularizado periodicamente e saldado no fim do ano:
2. A utilização dos fundos de maneo tem como objetivo fazer face a despesas urgentes inadiáveis;
3. As despesas efetuadas por recurso a fundos de maneo, deverão obedecer ao estabelecido no regime jurídico de contratação de despesas públicas;
4. A deliberação para autorização anual dos fundos a atribuir pelo órgão executivo deverá ser exarada sobre documento que evidencie:
 - a) O responsável pelo fundo;
 - b) A dotação orçamental anual;
 - e) Rubrica ou rubricas disponíveis para a assunção da(s) despesa(s);
 - d) Data para reforço ou reconstituição do fundo.

Artigo 14.º

Processo de Despesa

1. Após a autorização da despesa pelo órgão competente, é da responsabilidade da Secção de Contabilidade, Património e Aprovisionamento a criação do processo de despesa, bem como a atribuição do respetivo compromisso.

2. O compromisso só pode ser assumido pelo Município quando este disponha de fundos disponíveis que lhe permitam cumprir as suas obrigações contratuais, conforme estipulado na LCPA.
3. É da competência da Secção de Contabilidade, Património e Aprovisionamento o cálculo mensal dos fundos disponíveis, devendo para o efeito ser assegurado o acompanhamento da sua evolução.

Artigo 15.º **Descativação de Verbas**

Compete aos serviços que desencadearam a assunção de despesa:

1. Comunicar à Secção de Contabilidade, Património e Aprovisionamento a eventual desistência ou redução de valores, tendo em vista a descativação de verbas cabimentadas e/ou comprometidas. Esta comunicação deverá ser efetuada pelo menos sempre que o procedimento de assunção de despesa tenha excedido os 6 meses sem que tivesse existido o fornecimento dos bens ou serviços objeto do procedimento de despesa, ou;
2. Sempre que os procedimentos para assunção de despesas, em regime simplificado (requisições), não tenham execução à mais de seis meses desde a sua autorização, fica a Secção de Contabilidade, Património e Aprovisionamento, autorizada a proceder à descativação das respetivas verbas, determinando-se automaticamente a não adjudicação e a revogação da decisão de contratar;
3. Sempre que se verifique, pelos documentos obrigatórios ao início de cada despesa de investimento, que o valor comprometido se encontrar sobrevalorizado, relativamente ao plano de pagamentos aprovado para o ano em curso, deve o respetivo compromisso ser reajustado para o(s) ano(s) e seguinte(s), desde que não haja um aumento global da despesa prevista, nos termos da LCPA e do n.º 1 do art.º 18 do presente documento.

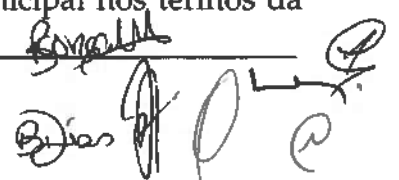
Artigo 16.º **Conferência e Registo da Despesa**

1. A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
2. A conferência e registo referidos no número anterior serão efetuados pela Secção de Contabilidade, Património e Aprovisionamento.

Secção II **Autorização da despesa e pagamentos**

Artigo 17.º **Competências**

A competência para autorizar o pagamento de todas as despesas, independentemente da entidade que as autorizou, é do Presidente da Câmara Municipal nos termos da



alínea h) do n.º 1 do art.º 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sem prejuízo das delegações de competências que possam vir a ser definidas.

Artigo 18.º

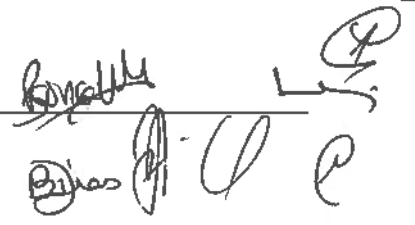
Assunção de compromissos plurianuais

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da LCPA e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA, aquando da aprovação das GOP, é concedida autorização prévia favorável, pela Assembleia Municipal, à assunção de compromissos plurianuais e sua reprogramação até aos limites máximos indicados nas GOP, desde que a reprogramação não implique aumento da despesa.
2. A competência para assunção de compromissos plurianuais é delegada no Presidente da Câmara, nos termos do n.º 3 do art.º 6 da LCPA, quando os mesmos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.
3. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia prevista no n.º 1, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na LCPA e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, sem prejuízo do previsto no art.º 9 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.
4. Em cada sessão ordinária da Assembleia, será dado conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente autorização.

Artigo 19.º

Autorizações assumidas

1. Consideram-se automaticamente autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:
 - a) Vencimentos e salários;
 - b) Subsídio familiar — crianças e jovens;
 - c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
 - d) Encargos de empréstimos;
 - e) Rendas;
 - f) O Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
 - g) Água, energia elétrica, gás;
 - h) Comunicações telefônicas e postais;
 - i) Prémios de seguros;
 - j) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos Legalmente celebrados.
2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.



Capítulo IV Disposições finais

Artigo 20.º Dúvidas sobre a Execução do Orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação das presentes normas serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara e submetidas para posterior ratificação à Câmara Municipal e Assembleia Municipal quando sejam da sua competência.

Artigo 21.º Execução do Orçamento

1. O presente articulado poderá vir a ser sujeito a alteração/revisão, a aprovar pelos respetivos órgãos competentes, por força da implementação da Reforma da Contabilidade e Contas Públicas, consubstanciada na nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) e no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovados, respetivamente, em anexo à Lei n.º 151/2015 e pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, ambos de 11 de setembro, cuja implementação passou a ser obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2018.
2. As normas relativas à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro poderão deixar de se aplicar se estiverem reunidas as condições referidas no art.º 2.º

Artigo 22.º Vigência

O orçamento, as GOP bem como as normas reguladoras da execução orçamental vigorarão, após aprovação em Assembleia Municipal, a partir de 01/01/2018.

Anexo I: Fundamentação dos artigos 11.º e 18.º

ANEXO I

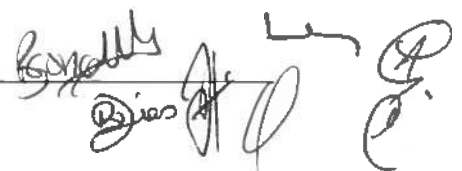
1. Fundamentação do artigo 11.º

AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A CONCESSÃO DE ISENÇÕES TOTAIS OU PARCIAIS RELATIVAMENTE A TAXAS E OUTROS TRIBUTOS PRÓPRIOS, EXCLUINDO IMPOSTOS - Nº 2 DO ARTIGO 16º DA LEI Nº 73/2013

1. A Lei 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, prevê, no nº 2 do artigo 16º, sob a epígrafe Isenções e benefícios fiscais, que "Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios;
2. Nos termos estabelecidos no nº 9 do mesmo artigo, "apenas podem ser concedidas pelos municípios quando exista lei que defina os termos e as condições para a sua atribuição";
3. Referindo-se a previsão do artigo 16º a "impostos e outros tributos próprios" dos Municípios, e não subsistindo dúvidas que "Os tributos (que podem ser locais) compreendem os impostos, incluindo os aduaneiros e fiscais, e outras espécies tributárias criadas por lei, designadamente as taxas e demais contribuições financeiras a favor de entidades públicas";
4. Perscrutando-se a elucidação do âmbito substantivo de aplicação do nº 9 do referido artigo 16º, pronunciou-se sobre a matéria a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, através da Nota Informativa nº 8/2014, DSAJAL/DAAL, podendo aí ler-se que, "para que os municípios concedam isenções, totais, ou parciais, toma-se necessário que haja uma lei que defina os termos e condições para essa atribuição, estando pois essa concessão condicionada a tal pressuposto básico", o mesmo é dizer, "só cabe na esfera de atuação dos competentes órgãos do município a concessão de isenções, totais ou parciais, quando exista lei que defina os termos e as condições para essa atribuição".
5. Deixando agora de lado a questão dos impostos, no que respeita à concessão de isenções totais ou parciais de taxas municipais pode concluir-se que a legitimação legal, mediante a fixação dos termos e condições para as decisões administrativas a proferir, é conferida pelo regime geral das taxas das autarquias locais, aprovado pela Lei 53-E/2006, de 29 de Dezembro que, ex. vi artigo 8º, sob a epígrafe Criação de taxas, prevê nos seus n.ºs 1 e 2, c) e d), que as taxas das autarquias locais são criadas por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo respetivo, que deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de nulidade, entre outros elementos, a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas e as isenções e a sua fundamentação (cfr., também, a alínea g) do n.º 1 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro e artigo 20º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro);

6. A este respeito e no que concerne ao Município de Vila Velha de Ródão, importa referir que o Regulamento e Tabela de Taxas Tarifas e Outras Receitas Municipais, bem como o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, aprovados pela Assembleia Municipal e em vigor, ao abrigo dos quais têm vindo a ser concedidas isenções totais ou parciais de taxas (aí previstas, com definição dos termos e condições da respetiva atribuição e a estatuição da devida fundamentação) foram elaborados e aprovados no respeito pelo prescrito na Lei 53-E/2006, de 29 de Dezembro, nomeadamente no disposto no artigo 8º;
7. Encontram-se em vigor no Município um conjunto de outros regulamentos municipais, ao abrigo dos quais foram concedidas isenções totais ou parciais de taxas que a seguir se explicitam;
8. Vem sendo advogado – interpretação que se aceita – que, a fim de dar cumprimento integral ao prescrito no artigo 16º, 2 da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, aquando da aprovação dos instrumentos de gestão previsional para o ano de 2018, deverá ser emitida uma autorização genérica pela Assembleia Municipal, com a definição de limites à concessão de isenções totais ou parciais de taxas, tendo presente a “estimativa da respetiva despesa fiscal”, habilitando-se, desta forma e por esta via, o órgão executivo municipal a deliberar, de forma justificada e fundamentada, em cada caso decidendi, a pedido dos interessados, a concessão de isenções de taxas, no respeito pelos âmbitos subjetivo e objetivo, pelos respetivos termos e condições regulamentares definidos e pelos limites estabelecidos;
9. Durante o ano de 2017, os montantes correspondentes às isenções totais e parciais de taxas concedidas ao abrigo dos regulamentos referidos foram: Regulamento de taxas tarifas e outras receitas municipais e respetiva tabela: € 240; Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação: €337,79; Regulamento para Atribuição do Cartão do Idoso e Cartão Social na Área do Município de Vila Velha de Ródão: €4350; Regulamento Municipal de Apoio à Fixação de Jovens e Famílias: €7.625; Regulamento das Piscinas Municipais:€ 7.245; Regulamento de Apoio a Extratos Sociais Desfavorecidos:€2.928 e Normas de funcionamento do ATL: €774. O que perfaz o total (estimado) de **€ 25.175,79** tratando-se, de um mero valor de referência (ou mínimo), para efeitos de determinação e fixação da estimativa do montante de isenções de taxas (e outros tributos próprios, que correspondem a contribuições financeiras a favor do Município), excluindo os impostos, a conceder pelo Município de Vila Velha de Ródão, no ano de 2018, mediante autorização a conceder pelo órgão deliberativo ao órgão executivo municipal;
10. Sem prejuízo da fundamentação ínsita e constante dos diversos regulamentos municipais, não será demais acrescentar que, atenta a política de proximidade e subsidiariedade e o propósito de incentivo à atividade económica, associativa e às famílias, com especial ênfase na atual conjuntura económica e social, é propósito a prosseguir pelo executivo municipal a manutenção de medidas que consubstanciem o alívio da carga tributária, em que se inclui a concessão de isenções totais ou parciais de taxas e outros tributos próprios;

11. Assim, afigura-se adequada, a fixação da estimativa (máxima) da despesa fiscal a conceder, em matéria de isenções totais ou parciais relativamente a taxas e outros tributos próprios, que correspondem a contribuições financeiras [aqui e agora, excluindo os impostos], como custo a internalizar ou a suportar pelo Município de Vila Velha de Ródão, pela não cobrança, no ano de 2018, no montante máximo estimado de € 40.000

Handwritten signatures and initials in black ink, including the name 'Bonalda' and other illegible marks.

2. Fundamentação do artigo 18.º

AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012 E ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI 127/2012

1. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro, que aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local.
2. Por sua vez, o artigo 12º do Decreto-lei 127/2012, de 21 de Junho veio esclarecer que, “Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano”.
3. Face ao carácter imperativo e à prevalência deste normativo sobre quaisquer outras normas legais que disponham em sentido contrário (artigo 13º da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro), a referida disposição legal sobrepõe-se (no que por ela for contrariado) ao artigo 22º do Decreto-lei 197/99, de 8 de Junho [que se mantém em vigor, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 14º, do Decreto-lei 18/2008, de 29 de Janeiro], que estabelece que a abertura de um procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem a autorização da Assembleia Municipal, salvo quando: a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; b) Os seus encargos não excedam o limite de 20.000 contos [leia-se, € 99.759,58] em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.
4. Face à metodologia e técnica contabilística adotadas na elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 não são discriminados individualmente e de forma exaustiva, nestes documentos, todos os projetos, programas, medidas ou ações que se traduzem em despesas de capital e correntes não consideradas como atividades mais relevantes, e que são suscetíveis de gerar encargos plurianuais, que, em regra, assumem valor financeiro que não excede o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos, de harmonia com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 22º do Decreto-lei 197/99, de 8 de Junho. Trata-se de situações pontuais e com reduzida expressão financeira.
5. A disposição alínea c), n.º 1 dos artigos 6º, da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e 12º do Decreto-lei 127/2012, de 21 de Junho não derroga ou afasta a admissibilidade de emissão,

pela Assembleia Municipal, de autorização para a assunção de compromissos plurianuais, nestas situações descritas, quando a assunção da despesa e do compromisso plurianual seja legalmente admissível, ainda que as medidas, programas, ações ou projetos que dão origem aos encargos não constem elencados expressamente das Grandes Opções do Plano e Orçamento, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 42º, da Lei 73/2013, de 3 de Setembro.

6. A sujeição da assunção do compromisso plurianual, nestes casos e individualmente, a autorização prévia da Assembleia Municipal requereria graves constrangimentos e atrasos inevitáveis para a gestão corrente municipal.
7. Ao abrigo das disposições legais enunciadas, do enquadramento efetuado e por questões de cautela, racionalidade e eficiência, entende-se que a Assembleia Municipal poderá deliberar, em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-lei 197/99, de 8 de Junho e ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigos 6º da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12º do Decreto-lei 127/2012, de 21 de Junho, no sentido de:
 - a) Emitir autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais constantes das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para o ano de 2018;
 - b) Emitir autorização genérica favorável para a assunção de compromissos plurianuais durante o ano de 2018, referentes a despesas de capital e correntes que deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, que não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
 - c) A assunção de compromissos plurianuais ao abrigo da autorização prévia e genérica concedida nos termos das alíneas anteriores só poderá efetuar-se quando, para além das condições aí previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e no Decreto-lei 127/2012, de 21 de Junho e cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas;
 - d) Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização genérica concedida.

Documentos Previsionais

ANO ECONÓMICO DE 2018

Mapa de Entidades Participadas

Município de Vila Velha de Ródão
Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Exercício 2018



Mapa das participações da entidade

(alínea c), n.º 2, artigo 46.º, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

Participações em entidades societárias

Unidade: Euros

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação			Forma de realização de capital		Observações
Denominação	NIPC				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Valnor - Valorização e Tratamento Resíduos Sólidos, SA	505255090	SA	38212	10.000.000,00	38.380,00	0,38%	38.380,00	---	---	
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	513606130	SA	36001	167.807.560,00	122.000,00	0,07%	122.000,00	---	---	
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas de Direito Coletivo	84114	650.000.000,00	350.138,80	0,008%	125.050,00	50.020,00	---	

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Exercício 2018



Mapa das participações da entidade

(alínea c), n.º 2, artigo 46.º, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

Participações em entidades não societárias

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital estatutário	Observações
Denominação	NIPC				
1	2	3	4	5	6
Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa	508831725	Associação Municípios	84133	350.000,00	
ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses	501627413	Associação Municípios	91333	1.492.435,49	
Associação de Municípios Natureza e Tejo	509084206	Associação Municípios	91333	1.050.000,00	
Inocluster - Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro	508977495	Associação	94110	10.800,00	
ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro	502706759	Associação	91333	-	
Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão	501663177	Outro Não Societária	94991	35.113,04	
Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	502883308	Sociedade quotas	91933	745.000,00	

Handwritten signatures and initials:
 Gonçalves
 B. Dias
 P.

Handwritten signature:
 P.

Documentos Previsionais

ANO ECONÓMICO DE 2018

Nota explicativa

Município de Vila Velha de Ródão
Câmara Municipal





MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO
CÂMARA MUNICIPAL

DECLARAÇÃO

----- Luís Miguel Ferro Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão:-----

----- **Declara que**, de acordo com o 2.5.1 Códigos da Classificação Económica da Receita, a rubrica 15 “Reposições não abatidas aos pagamentos” foi dotada com a importância de 5.000,00 € (cinco mil euros) correspondente à regularização do processo de contratação de seguros 2013/2014.

Vila Velha de Ródão, 24 de novembro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

Dr. Luís Miguel Ferro Pereira



MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA Nº27/2017

DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2018

Os Documentos Previsionais para o ano 2018, constituídos pelo Relatório do Orçamento, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipais e Orçamento, Normas de execução do Orçamento, Mapa das entidades Participadas e Nota explicativa, que antecedem, foram presentes à Assembleia Municipal realizada em 22/12/2017 e foram nos termos da alínea a) do nº1, do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, aprovados por 15 votos a favor e 4 abstenções

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

Paços do Município de Vila Velha de Ródão, aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete.

(O Presidente da Mesa Assembleia Municipal)

(1º. Secretário)

(2º. Secretário)

Abstenção dos membros:
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Luís Manuel Machado Brito Coutinho Dias
Rania Leonor Trigueiros Soares de Azevedo
Júlia Cristina Machado Ceia



MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO
CÂMARA MUNICIPAL
02-DIVISÃO DE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

MINUTA N° 163/2017

DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2018

-----A Câmara Municipal deliberou, por quatro votos a favor e uma
abstenção do Vereador Carlos Faria, aprovar
a proposta dos Documentos Previsionais para o ano 2018, constituída pelo Relatório
do Orçamento, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Plano
de Atividades Municipais e Orçamento, Normas de Execução do Orçamento, Mapa
das Entidades Participadas e Nota Explicativa, em cumprimento do disposto na
alínea c) do n°1 do artigo 33° da Lei 75/2013 de 12 de Setembro conjugado com o n.º
2, do artigo 45.º e artigo 46 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e nos termos da
alínea a) do n°1 do artigo 25° da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, e propor à
Assembleia Municipal a sua aprovação -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, e vai ser assinada por todos
quantos nela participaram, e por mim, Fernando Alves
que secretariei a reunião. -----

LMF
12.11.17
Augusto Lourenço
Minha filha
Fernando Alves
(O secretário da reunião)

Reunião de 30/11/2017